

# DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL



ARQUITETURA  
CONSULTORIA E  
PLANEJAMENTO  
URBANO

Márcia Bounassar

# PLHIS

PLANO DE  
HABITAÇÃO DE  
INTERESES SOCIAL



JARDIM ALEGRE - PR



# **FASE II – DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL**



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

**SUMÁRIO**

FASE II – DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL .....	22
SUMÁRIO .....	IV
LISTA DE FIGURAS .....	VI
LISTA DE TABELAS .....	VIII
LISTA DE SIGLAS .....	IX
APRESENTAÇÃO .....	11
OBJETIVOS .....	14
METODOLOGIA.....	16
DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL .....	19
1. INTRODUÇÃO .....	20
2. O MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE NO CONTEXTO REGIONAL .....	22
2.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO .....	22
2.2 LOCALIZAÇÃO .....	22
2.3 MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE .....	24
Histórico.....	25
Características Populacionais.....	26
Desenvolvimento Humano .....	28
Transportes .....	30
Economia .....	31
Turismo <sup>32</sup>	
2.4 MICROREGIÃO DE CAMPO MOURÃO .....	32
2.5 ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.....	33
2.6 DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	34
2.6.1 Educação .....	36
Longevidade .....	37
Renda 37	
2.7 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS.....	37
2.8 EVOLUÇÃO URBANA .....	38
2.9 SANEAMENTO BÁSICO .....	40
2.9.1 Abastecimento de Água.....	40
Esgotamento Sanitário .....	42
Resíduos Sólidos Urbanos .....	42
Drenagem Urbana e Pavimentação .....	43
2.10 EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	44
3. POPULAÇÃO FOCO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL.....	58
4. DIAGNOSTICO HABITACIONAL: BASE DE DADOS E DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA ..	58
5. CONDIÇÕES DE ESCOLARIDADE E RENDA DA POPULAÇÃO FOCO .....	60
5.1 ESCOLARIDADE .....	60
5.2 RENDIMENTOS POR DOMICÍLIO .....	60
6. NECESSIDADES HABITACIONAIS .....	63
6.1 DÉFICIT HABITACIONAL .....	65



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

---

6.1.1 Déficit por reposição de estoque.....	65
6.2 INADEQUAÇÃO HABITACIONAL.....	84
6.3 DEMANDA DEMOGRÁFICA FUTURA.....	97
6.4 OFERTA HABITACIONAL.....	99
6.5 PROGRAMAS HABITACIONAIS .....	106
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
8. GEOPROCESSAMENTO .....	116
9. REFERÊNCIAS .....	118
ANEXO XX - DECRETO DAS EQUIPES DE COORDENAÇÃO (EC) E TÉCNICA DE APOIO (ETA) .....	122
ANEXO XX - CÓPIA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO QUE NOMEIA OS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DO PLHIS .....	123
CONSULTORIA CONTRATADA .....	124



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Contexto no Estado do Paraná.....	24
Figura 2 – Mesorregião Norte Central Paranaense. ....	25
Figura 3 - Níveis de centralidade e classes de centro do estado do Paraná. ....	28
Figura 4 – Serviços de saneamento básico em domicílios urbanos.....	29
Figura 5 – Serviços de saneamento básico em domicílios rurais. ....	29
Figura 6 – Índice de Desenvolvimento Humano na região Sul e São Paulo – 2000.....	35
Figura 7 – Evolução Urbana. ....	39
Figura 8 – Sistema de Abastecimento de Água de Jardim Alegre.....	41
Figura 9 – Equipamentos de Saúde de Jardim Alegre. ....	47
Figura 10 – Equipamentos de Educação de Jardim Alegre. ....	49
Figura 11 – Equipamentos de Educação de Jardim Alegre. ....	57
Figura 12 – Limites e códigos dos setores censitários. ....	59
Figura 13 – Rendimento salarial médio dos domicílios por setor censitário. ....	62
Figura 14 – Déficit habitacional por reposição de estoque (domicílios rústicos). ....	67
Figura 15 – Déficit habitacional por reposição de estoque (domicílios rústicos) relacionado ao rendimento salarial médio. ....	69
Figura 16 – Moradia precária.....	70
Figura 17 – Moradia precária.....	70
Figura 18 – Domicílios improvisados e/ou do tipo cômodo em Jardim Alegre. ....	72
Figura 19 – Domicílios improvisados e/ou do tipo cômodo em Jardim Alegre. ....	73
Figura 20 – Domicílios cedidos em Jardim Alegre. ....	76
Figura 21– Domicílios alugados em Jardim Alegre. ....	79
Figura 22 – Domicílios alugados por rendimento médio mensal em Jardim Alegre. ....	81
Figura 23 - Matriz das variáveis que compõe o cálculo do índice. ....	85
Figura 24 - Índice de Carência Habitacional do Município de Jardim Alegre-PR.....	87
Figura 25 – Gráfico de inadequação habitacional por carência de infraestrutura.....	89
Figura 26 – Gráfico de inadequação habitacional por deficiência de infraestrutura. ....	89



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

Figura 27 - Densidade excessiva de moradores por domicílio por setor censitário. Identificação da quantidade de domicílios. ....	91
Figura 28 - Densidade excessiva de moradores por domicílio por setor censitário, identificação dos códigos dos setores. ....	92
Figura 29 - Localização dos setores censitários com possíveis domicílios irregulares. ...	94
Figura 30 - Localização das ocupações em APP. ....	96
Figura 31 - Valor da terra urbana (R\$/m <sup>2</sup> ) de Jardim Alegre .....	100
Figura 32 - Valor da terra urbana (R\$/m <sup>2</sup> ) de Jardim Alegre. Destaque de ruas principais. ....	101
Figura 33 - Vazios urbanos de Jardim Alegre .....	103
Figura 34 - Mapa de zoneamento urbano do município de Jardim Alegre.....	105



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1- INDICADORES DA MESORREGIÃO DO NOROESTE PARANAENSE. ....	27
TABELA 2 – MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO E POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2010.....	33
TABELA 3 – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ (AMUVI). ....	34
TABELA 4 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. ....	36
TABELA 5 – UNIDADE E LIGAÇÕES DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE JARDIM ALEGRE. ....	40
TABELA 6 – RECOLHIMENTO DO LIXO .....	42
TABELA 7 – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE POR GRUPO DE ANOS DE ESTUO .....	60
TABELA 8 – CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> . ..	61
TABELA 9 – FLUXO METODOLÓGICO PARA LEVANTAMENTO DO DÉFICIT E DA INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS DE JARDIM ALEGRE. ....	64
TABELA 10. RELAÇÃO DE DOMICÍLIOS TOTAIS POR DOMICÍLIOS CEDIDOS RURAIS EM JARDIM ALEGRE .....	74
TABELA 11. RELAÇÃO DE DOMICÍLIOS TOTAIS POR DOMICÍLIOS CEDIDOS URBANOS EM JARDIM ALEGRE .....	74
TABELA 12. RELAÇÃO DE DOMICÍLIOS TOTAIS POR DOMICÍLIOS ALUGADOS RURAIS EM JARDIM ALEGRE .....	77
TABELA 13. RELAÇÃO DE DOMICÍLIOS TOTAIS POR DOMICÍLIOS ALUGADOS URBANOS EM JARDIM ALEGRE .....	77
TABELA 14 – DÉFICIT HABITACIONAL POR INCREMENTO DE ESTOQUE DE JARDIM ALEGRE.....	82
TABELA 15. RELAÇÃO DE DOMICÍLIOS TOTAIS POR DOMICÍLIOS ALUGADOS NA ÁREA RURAL MAIS RENDIMENTO MÉDIO DO DOMICÍLIO EM JARDIM ALEGRE.....	82
TABELA 16. RELAÇÃO DE DOMICÍLIOS TOTAIS POR DOMICÍLIOS ALUGADOS EM ÁREA URBANA MAIS RENDIMENTO MÉDIO DO DOMICÍLIO EM JARDIM ALEGRE .....	83
TABELA 17 - ÍNDICE DA CARÊNCIA HABITACIONAL DE JARDIM ALEGRE.....	86
TABELA 18 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR INFRAESTRUTURA. ....	88
TABELA 19- PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA PARA JARDIM ALEGRE .....	97
TABELA 20 - ESTIMATIVA DE POPULAÇÃO ATÉ 2040.....	98
TABELA 21 - ESTIMATIVA DE POPULAÇÃO ATÉ 2040.....	98
TABELA 22. CONCESSÕES DO PROGRAMA POR FAIXA DE RENDA .....	107
TABELA 23. MODALIDADES DO PROGRAMA .....	107
TABELA 24. SÍNTESE DE INFORMAÇÕES SOBRE O PNHR .....	108



## **LISTA DE SIGLAS**

APPs – Áreas de Preservação Permanente  
BH – Bacia Hidrográfica  
BHIVA – Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNH – Banco Nacional da Habitação  
BT – Banco de Terras  
CAIXA – Caixa Econômica Federal  
CADÚNICO – Cadastro Único  
CAPTARE - Captação de recursos externos às finanças municipais  
CDRU – Concessão do Direito Real de Uso  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CUB – Custo Unitário Básico de Construção Civil  
DAS – Departamento de Ação Social  
DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DS – Desenvolvimento Sustentável  
EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  
EHIS – Empreendimento Habitacional de Interesse Social  
EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança  
FASE – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (ONG)  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FJP – Fundação João Pinheiro  
FMD - Fundo Municipal de Desenvolvimento  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
GIDUR – Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa  
GTR - Geração de Trabalho e Renda  
HBB – Programa Habitar Brasil BID  
HIS – Habitação de Interesse Social  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICH – Índice de Carência Habitacional  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional  
ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

L – Loteamento  
LC – Lei Complementar  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
OGU – Orçamento Geral da União  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
ONU - Habitat – Organização das Nações Unidas – Programa de Assentamentos Humanos  
OPUGM – Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PDM - Plano Diretor Municipal  
PEA - População Economicamente Ativa  
PIA - População em Idade Ativa  
PIB - Produto Interno Bruto  
PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
POLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais  
PRF - Programa de Regularização Fundiária  
PS - Projeto Social  
PSF - Programa Saúde da Família  
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo  
SECAR - Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos  
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo  
SFH - Sistema Financeiro de Habitação  
SIG - Sistema de Informação Geográficas  
SINDUSCON - Sindicato das Indústrias da Construção Civil  
SISCOM – Sistema Compartilhado de Informações Ambientais  
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social  
SRTM – *Shuttle Radar Topography Mission*  
UA – Unidades de Análise  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
USP – Universidade de São Paulo  
UPBH – Unidade de Planejamento da Bacia Hidrográfica  
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

# APRESENTAÇÃO



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) visa ordenar o planejamento das ações habitacionais, atendendo aos princípios da política nacional, através de gestão participativa, considerando a melhoria da qualidade de vida e das condições de habitabilidade.

O PLHIS contempla três principais fases: Fase I - proposta metodológica, que se caracteriza pela estruturação dos mecanismos que nortearão a elaboração e o desenvolvimento dos trabalhos do Plano; Fase II - diagnóstico da situação habitacional no Município e seus impactos na qualidade de vida da população; Fase III - estratégias de ação para o desenvolvimento do setor habitacional local; além de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática das ações programadas e institucionalização do sistema habitacional municipal; dentre outros.

O Diagnóstico do Setor Habitacional busca estabelecer o retrato do município de Jardim Alegre no que diz respeito às características que interferem no setor habitacional, especialmente na habitação de interesse social. Serão avaliados os seguintes temas principais, especializados em mapas correspondentes:

- Caracterização Geral do município de Jardim Alegre;
- Inserção de Jardim Alegre no Contexto Regional;
- Atores Sociais e Participação Popular;
- Aspectos Urbano Ambientais;
- Necessidades Habitacionais;
- Oferta Habitacional;
- Marcos Regulatórios e Legais, que relatam a legislação vigente aplicada à política habitacional;
- Condições Institucionais e Administrativas;
- Programas e Ações;
- Recursos para Financiamento;
- Sistematização das Informações.

Destaca-se que o produto desta etapa foi elaborado em duas partes, a primeira - Subproduto - desenvolve os itens acima mencionados, em uma abordagem conceitual, que agrega os dados e boa parte das informações existentes no Município. A segunda parte - Produto Final - caracteriza-se por uma análise estruturada em potencialidades e conflitos. Constitui-se, desta forma, o caderno da Fase II - Diagnóstico do Setor Habitacional de Jardim Alegre.

Nesta fase, uma das ações relevantes é o trabalho de fornecimento e levantamento de informações e dados realizado pelas Equipes Municipais, imprescindível para o desenvolvimento do Plano, enriquecendo o mesmo através de pontos de vista interdisciplinares das questões relacionadas ao setor habitacional.



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

O PLHIS não expressa apenas a visão do governo. Trata-se da síntese de conceitos e idéias debatidos durante o período de elaboração do Plano, envolvendo vários segmentos sociais. O resultado final, portanto, não representa visão única sobre o setor habitacional, mas produto com base em propostas dos vários segmentos da sociedade.

Neste processo de desenvolvimento territorial Jardim Alegre procura consolidar o planejamento urbano a partir da elaboração e implantação do Plano Local de Habitação de Interesse Social, peça fundamental para a conformação de uma cidade mais justa, democrática e sustentável, na qual as oportunidades sejam oferecidas a qualquer cidadão e o futuro seja construído por todos.

A institucionalização do PLHIS será proposta e submetida à aprovação das Equipes Municipais, Poder Público, Legislativo e Sociedade. Traduzirá a leitura técnica e comunitária formulada ao longo do processo.

# **OBJETIVOS**



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

O PLHIS de Jardim Alegre tem por finalidade principal a instituição do planejamento urbano no setor habitacional. Para isso, tem em vista os seguintes objetivos gerais:

I. Priorizar programas e projetos habitacionais para famílias de baixa renda, articulados no âmbito federal, estadual e municipal;

II. Definir e adotar mecanismos de subsídios financeiros para famílias de baixa renda, concedidos com a finalidade de complementar sua capacidade de pagamento para o acesso à moradia;

III. Incentivar o aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;

IV. Priorizar a utilização de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;

V. Adotar mecanismos de acompanhamento e avaliação e indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;

VI. Priorizar o atendimento a grupos, famílias e pessoas com maior fragilidade social, obedecendo aos mecanismos de cotas a deficientes físicos e idosos;

VII. Priorizar demandas apresentadas por movimentos sociais, associações e grupos representativos dos segmentos da população;

VIII. Promover a melhoria de condições de habitabilidade das famílias que residem em locais inadequados para a moradia;

XI. Planejar a criação de fundo, com dotação orçamentária própria para implementação das ações previstas no PLHIS;

X. Utilizar o PLHIS como principal instrumento de tomada de decisão nas questões relacionadas à habitação;

XI. Incentivar a implementação de mecanismos permanentes de assistência técnica, jurídica e social aos programas e ações de habitação de interesse social.

# **METODOLOGIA**



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

O PLHIS de Jardim Alegre está sendo elaborado conforme metodologia definida pela Fase I - Proposta Metodológica, com complementações e adaptações em função das peculiaridades locais, mediante sugestões e aprovação da Equipes Municipais: Equipe de Coordenação (EC), Equipe Técnica de Apoio (ETA) e Núcleo de Acompanhamento (NA).

A participação da sociedade acontece ao longo do processo de elaboração do Plano, em discussões sobre os conteúdos produzidos com as Equipes de Trabalho e em reuniões com a comunidade, audiências e oficinas públicas, além da interação com os principais atores sociais do Município, sendo, portanto, processo de bases sólidas, ratificado pelos cidadãos do município de Jardim Alegre.

Como parte do PLHIS, inicialmente foi elaborada proposta metodológica contendo o roteiro de trabalho a ser realizado. Na sequência, o diagnóstico habitacional local, que engloba zona urbana e rural, sendo elaborado com base em informações bibliográficas, inspeções de campo, dados secundários coletados nos órgãos estaduais e federais e levantamentos feitos em diversos setores do Município. O diagnóstico contempla, além da caracterização geral de Jardim Alegre, informações históricas, culturais, assistenciais, de saúde, educação, infraestrutura, bases cartográficas, entre outras, no qual foram abordadas as principais deficiências e potencialidades do setor habitacional, de acordo com dados do Plano Diretor Municipal de Jardim Alegre, que está na fase de revisão, repassados pela administração local e/ou adquiridos através de órgãos oficiais, tais como: Associação dos Municípios da Região, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Sistema Nacional de Indicadores de Saneamento (SNIS), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU), Indicadores do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG), Centro de Sensoriamento Remoto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Além destes, foram utilizados dados e informações disponibilizadas diretamente pela Prefeitura Municipal de Jardim Alegre por meio de questionários, levantamentos em campo realizados pelos técnicos das Equipes Municipais e da Consultoria contratada, e informações do CADÚNICO. Foi diagnosticada ainda, a atuação pública relacionada à questão habitacional conforme a Lei Federal nº. 11.124 de 2005.

As informações para a caracterização do setor habitacional estão apresentadas e espacializadas conforme as unidades de planejamento já utilizadas no Município.

O Banco de Dados Georreferenciados do PLHIS foi elaborado utilizando o Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGIS 9.3. Os planos de informação desse



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

sistema foram projetados no sistema de coordenadas Universal Transverso de Mercator (UTM), zona 22S, datum SAD-69.

Por último, será desenvolvido o processo de identificação das estratégias de ação para o desenvolvimento do setor habitacional municipal nos próximos anos.

O detalhamento da metodologia utilizada será complementado ao longo do diagnóstico conforme a necessidade. Da mesma forma, os indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos são citados no decorrer do texto de cada setor pertinente. Os impactos da situação habitacional do Município na qualidade de vida da população estão abordados no decorrer do texto do diagnóstico.

# **DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL**



## **1. INTRODUÇÃO**

As cidades brasileiras têm percorrido inúmeros percalços nas últimas décadas para abrigar a grande massa de população que tem se concentrado nesses meios em busca de uma possível melhoria na qualidade de vida e oportunidades econômicas. Contudo, o despreparo dos municípios para agregar toda essa população tem refletido diretamente nos impactos ambientais e desigualdades sociais, principais características destas cidades. Aquelas que concentram a maior parte da população – as áreas metropolitanas – são comumente as que possuem os impactos e desigualdades mais evidentes, seja pela falta de planejamento e gestão urbana ou pelas fracas políticas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Este processo iniciou-se na década de 1970 com a crise do Estado Desenvolvimentista e a emergência de um novo sistema financeiro global que passou a delinear novas formas na divisão territorial e social do trabalho, conforme aponta Rückert (2004).

A partir disso, a “flexibilização dos lugares” provocada pela alta mobilização do capital fez com que as políticas federais iniciassem um processo de descentralização, ou seja, as responsabilidades de ordenamento econômico e sócio espacial passaram a ser dos estados e municípios, cabendo às leis federais nortear as diretrizes legislativas e os outros entes da federação a constituir sua própria estrutura, com base nos princípios ditados pela primeira.

Inerente a este processo, Rolnik (2001) afirma que surge no Brasil a concepção de planejamento urbano, na tentativa de preceituar as cidades que passavam por transformações extremas.

Este processo conduziu em enormes taxas de êxodo rural, já que a população passou a procurar nas cidades melhores condições de vida e emprego conduzindo assim, a formação de inúmeros aglomerados urbanos.

Grostein (2001), afirma que na segunda metade do século XX, observou-se a formação de 12 regiões metropolitanas e 37 aglomerações não metropolitanas que concentravam aproximadamente 47% da população do país, sendo que nestas regiões metropolitanas, o contingente populacional era de 52,7 milhões de habitantes.

Entretanto, a população que não logrou a inserção na nova estrutura produtiva das cidades passou a fazer parte de uma dualidade urbana: de um lado os residentes das cidades formais e de outro, das cidades informais.

Rolnik (2001) diz que as cidades formais são aquelas que possuem toda a “urbanidade”, ou seja, ruas pavimentadas, ajardinadas com infraestrutura completa, e a cidade informal é aquela cuja infraestrutura é inexistente e que se aproxima muito mais na ideia de um “acampamento” do que propriamente uma cidade.



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

A população residente nessa informalidade acaba por morar naqueles locais pouco valorizados: vazios urbanos sem infraestrutura, áreas de preservação permanente e locais que apresentam risco ambiental, constituindo intensa segregação social.

Segundo Maricato (2003) a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer.

A partir deste contexto, na busca de justiça social e a distribuição do direito à cidade a toda a população surge, no Brasil, marcos jurídicos para garantir a todos a "urbanidade" necessária para vivencia em harmonia nas cidades.

O marco inicial nesse quadro, a Constituição Federal de 1988, implementa a descentralização administrativa e fortalece o papel dos municípios e da participação popular. Fazem parte desse contexto a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, e a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em 2005, que possibilita a articulação de ações e recursos destinados a enfrentar o problema habitacional. No SNHIS, inclui-se o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Para ter acesso aos recursos do SNHIS, os municípios devem desenvolver seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), buscando agregar neste trabalho toda a descrição analítica do setor habitacional, identificando a população mais carente com o objetivo de promover metas e diretrizes para que a população urbana<sup>1</sup>, em sua totalidade, tenha acesso à moradia digna e o sentimento de pertencer ao lugar que mora.

<sup>1</sup> Entende-se, aqui, o "urbano" na concepção de Henri Lefebvre (1999, p. 17), de que este não se constitui apenas pelos domínios edificados das cidades, e sim onde existem residências, rodovias, supermercados, mesmo que estes estejam localizados no campo.



## **2. O MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE NO CONTEXTO REGIONAL**

### **2.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO**

Em 1929, uma grande área que constituía uma fazenda foi adquirida e deu origem a uma empresa imobiliária que deveria colonizar essa região, onde atualmente se encontra o Município de Jardim Alegre.

Somente a partir de 1939, a área começou a ser desbravada com a derrubada das matas e início do cultivo do solo. Inicialmente denominado patrimônio Três Machados, passou mais tarde a se chamar patrimônio Rancho Alegre para posterior e finalmente ser batizado de Jardim Alegre. Criado através da Lei Estadual n.º 4859, de 28 de abril de 1964, e instalado em 14 de dezembro do mesmo ano, foi desmembrado de Ivaiporã.

### **2.2 LOCALIZAÇÃO**

O município de Jardim Alegre é parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Paraná, exercendo a competência e autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e por esta Lei Orgânica.

As coordenadas geográficas que localizam o território são: Longitude de 51º 41'32" Oeste e a Latitude de 24º10'45" Sul. Quanto às características gerais do território, Jardim Alegre está inserido no Território Vale do Ivaí, com uma altitude média de 652 metros do nível do mar. O território municipal é composto pelo Distrito Administrativo de Jardim Alegre, sede do município, a Vila Rural Jardim Alegre, pelos povoados de Barra Preta, Placa Luar, Pouso Alegre e Jardim Florestal, comunidades rurais, o Assentamento 08 de Abril e as propriedades rurais. O Assentamento 08 de Abril possui área de 13.733,67ha e nele foram assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA um total de 900 famílias, expressando a mobilização pelo acesso à terra e a participação do Programa Nacional de Reforma Agrária.

A Fazenda Corumbataí foi adquirida pelo INCRA em novembro de 2004, porém, a primeira ocupação da área se deu em 1996. A inauguração do Assentamento 08 de Abril ocorreu em dezembro de 2006, contribuindo com a geração de emprego e renda na região.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Jardim Alegre é reconhecida pelo código 411250, localiza-se na Mesorregião Norte-central Paranaense e agrupa-se na Microrregião de Ivaiporã.



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

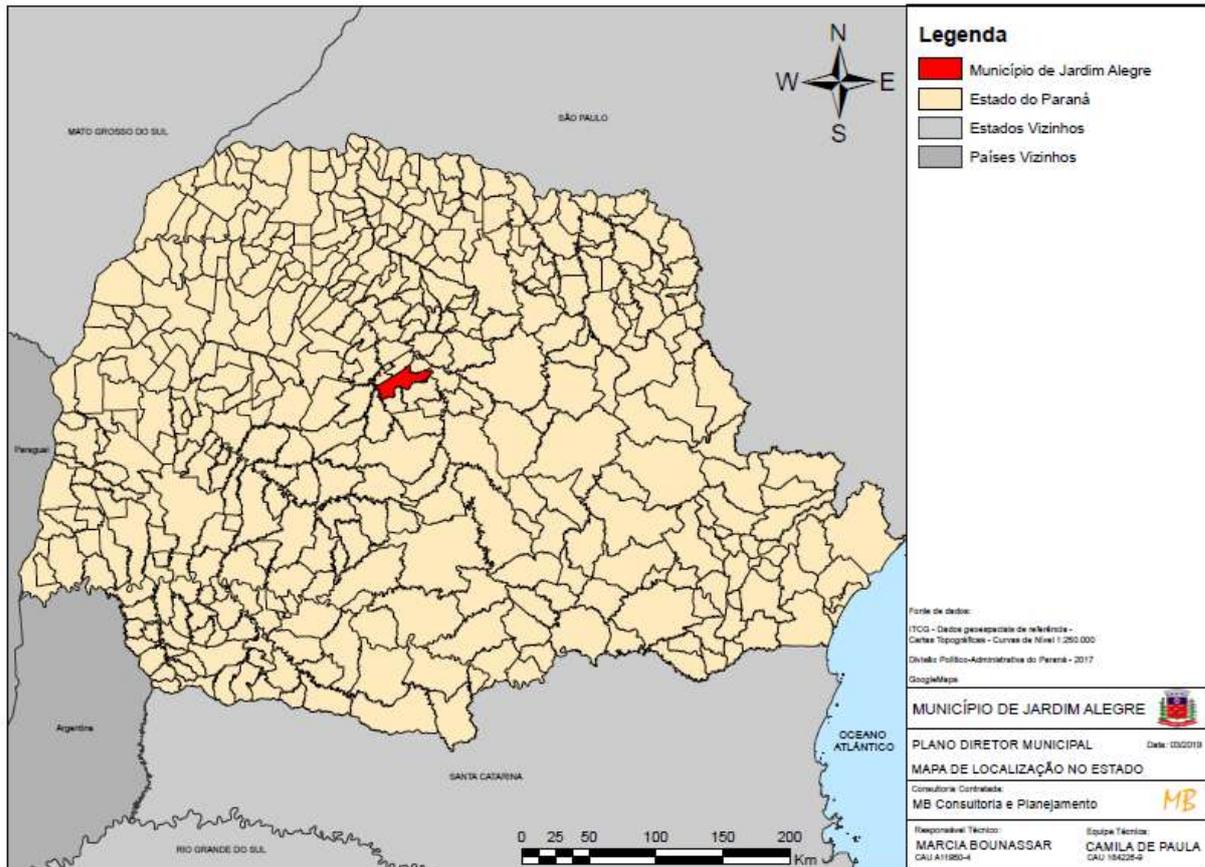
Os limites político-administrativos de Jardim Alegre estão estabelecidos com os municípios de Ivaiporã, com divisas a leste, Arapuã, com divisas a sul, Godoy Moreira e Lunardeli, com divisas a oeste e Lidianópolis, com divisas a norte. Jardim Alegre é Distrito Judiciário pertencente à Comarca de Ivaiporã e é compreendido na 152ª Zona Eleitoral. O código de Discagem Direta à Distância – DDD é o número 043 e o Código de Endereçamento Postal – CEP 86.860-000.

O aeroporto público mais próximo de Jardim Alegre está situado no município de Maringá, distante 110 km de Jardim Alegre. Este aeroporto está situado na Rodovia PR-317, Km 107 e opera com linhas regulares. Outro aeroporto próximo de Jardim Alegre está em Apucarana, na BR 376 – Estrada Correia de Freitas. Este aeroporto é administrado pela prefeitura municipal de Apucarana e não opera com linha regular.

No próprio município de Jardim Alegre existe um aeroporto de administração privada, situado na Fazenda Corumbataí e também não opera com linha aérea regular.

Os feriados municipais festejados são: o dia 28 de abril, quando se comemora o aniversário da cidade e o dia 15 de novembro, quando se comemora a sua padroeira, Nossa Senhora do Rocio.

Através do último censo demográfico nacional realizado em 2010, Jardim Alegre possui área de 396,62 km<sup>2</sup>, a população estimada em 2018 de 11.465 habitantes, densidade demográfica de 29,1 hab./Km<sup>2</sup> e taxa de urbanização em 52,18%. Seu nativo é denominado jardim alegreense.



**Figura 1- Contexto no Estado do Paraná.**

**Fonte:** ITCG/IBGE.

**Organização:** MB Consultoria.

### 2.3 MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

Na divisão territorial do IBGE, o município de Jardim Alegre pertence à Mesorregião Norte Central Paranaense (Figura 2), que segundo o IPARDES, corresponde a 12% do território estadual e faz fronteira ao norte com o estado de São Paulo, pelo rio Paranapanema, e possui como principais divisas o rio Tibagi, a leste, e o rio Ivaí, a sudoeste. É constituída por 79 municípios, dos quais se destacam Londrina e Maringá, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização.

A região possui 33 Unidades de Conservação, sendo 32 delas de proteção integral nos âmbitos do governo estadual e municipal e uma, estadual, de uso sustentável. Aparecem ainda quatro áreas federais de Reservas Indígenas.



**Figura 2 – Mesorregião Norte Central Paranaense.**  
Fonte: Base Cartográfica da COPEL trabalhada por MB Consultoria.

### Histórico

Historicamente a exploração da região iniciou-se na segunda década do século XVI denominada Província Del Guayrá com administração sediada em Ciudad Real Del Guayrá, fundada em 1556, localizada aproximadamente onde hoje é Guaira. Este período foi marcado por expedições militares espanholas, e missionários jesuítas que passaram a explorar os cursos dos rios Iguazu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi até 1631, ano em que passaram a explorar o vale do Uruguai deixando a região à margem do processo de expansão da economia brasileira até meados do século XIX



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

Em 1855, com o Brasil independente, o governo imperial fundou a Colônia Militar de Jataí, às margens do baixo Tibagi que em conjunto com dois aldeamentos indígenas deu origem ao primeiro núcleo permanente do povoamento dessa Região. Com a expansão da agricultura no estado de São Paulo, na década de 1860 inicia-se o lento processo de povoamento da região (norte do Paraná) com a vinda de migrantes e fazendeiros atraídos pela alta fertilidade das terras roxas, inicia-se ao final do século o cultivo do café.

Na década de 20 o governo estadual passou a fomentar a colonização do Norte do Estado convidando grandes grupos da Grã-Bretanha a investirem na região, tendo como resultado a compra da área contígua entre o Tibagi, o Paranapanema e o médio Ivaí por parte da empresa Paraná Plantations Ltda., destinada à venda de lotes, cujas operações no Brasil, ficaram a cargo de uma subsidiária, a Companhia de Terras do Norte do Paraná.

Para facilitar acesso à região e escoamento das safras, a empresa colonizadora assume a ferrovia São Paulo-Paraná iniciando sua expansão até suas glebas, atingindo em 1935 Londrina, 1937 Apucarana e ao final da década Maringá. A estrutura fundiária de pequenos e médios lotes associada à expansão da produção cafeeira impulsionaram a ocupação na região bem como sua representação para o mercado nacional.

Com o declínio da cafeicultura ocorreram mudanças significativas tanto na economia quanto na sociedade brasileira e paranaense. A população total da região reduziu em mais de dois milhões de pessoas que saíram das áreas rurais do Paraná sendo que 1,5 milhão migraram para outros estados.

A urbanização ocorrida na Mesorregião Norte Central se deu de forma bastante similar à do próprio Estado do Paraná. Em 1970, possuía 39,9% da população vivendo nas áreas urbanas, com um grau pouco superior ao do Estado, então de 36,1%. Em 2000, essa proporção segue como superior à média estadual (81,4%), alcançando 88,4% da população nas áreas urbanas, o que situa a mesorregião como a segunda mais urbanizada do Paraná. Destacam-se Maringá, o município mais urbanizado no período, com um grau superior a 80% e Londrina, com pouco mais de 70%, seguido por Arapongas.

### **Características Populacionais**

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a região apresenta grau de urbanização de 88,4%, maior que a taxa verificada no estado (81,4); a taxa de crescimento da população foi de 1,24% ao ano, enquanto que a taxa no estado foi de 1,4. A população rural, devido à migração da população para o centro urbano e para outras regiões, sofreu acentuado declínio. Dentre



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

as mesorregiões, a Norte Central ocupa a segunda posição na Participação no Valor Adicionado Fiscal, responsável por 14,3% no Estado (Tabela 1).

**Tabela 1- Indicadores da Mesorregião do Noroeste Paranaense.**

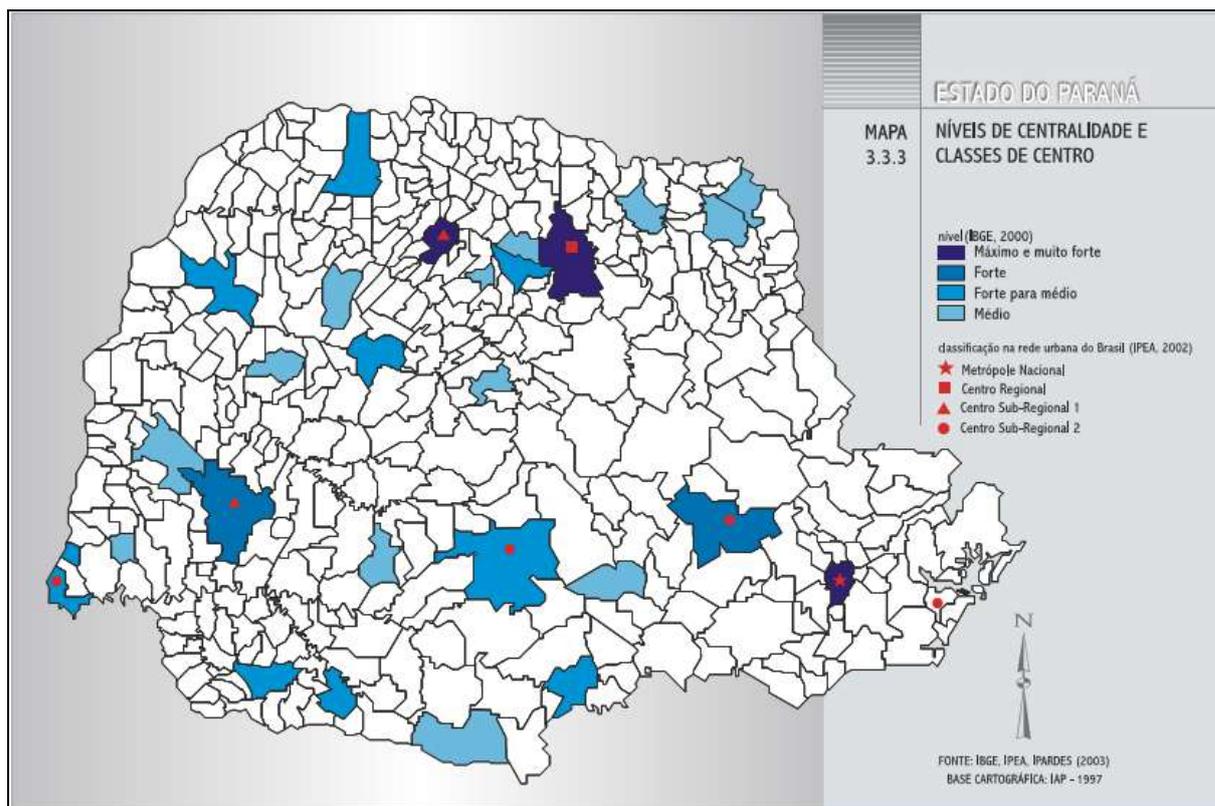
Mesorregião	Nº. de Municípios	População Total (2000)	Taxa de Crescimento Populacional (% a. a.)	Grau de Urbanização (%)	Participação Valor Adicionado Fiscal (%)
Noroeste	61	641.084	-0,25	77,3	3,7
Centro Ocidental	25	346.648	-1,24	72,6	2,2
Norte Central	79	1.829.068	1,24	88,4	14,3
Norte Pioneiro	46	548.190	-0,15	75,1	2,8
Centro Oriental	14	623.356	1,46	81,2	7,6
Oeste	50	1.138.582	1,28	81,6	13,8
Sudoeste	37	472.626	-0,13	59,9	3,5
Centro-Sul	29	533.317	0,69	60,9	3,9
Sudeste	21	377.274	0,89	53,6	2,3
Metropolitana de Curitiba	37	3.053.310	3,13	90,6	45,9
Paraná	399	9.563.455	1,4	81,4	100

Fonte: IPARDES, 2007.

Organização: MB Consultoria.

O decréscimo populacional em diversas áreas do estado do Paraná se deu principalmente a partir da década de 1970 com a tecnificação do campo e a modernização da agropecuária. Tal fato provocou evasão principalmente nas regiões Norte e Noroeste Paranaense conforme apontado por Moura (2004).

Em contrapartida, as regiões de Curitiba, Londrina e Maringá estabeleceram-se como rede urbana paranaense em detrimento das regiões que lideravam a economia na década de 1970. Tal fato delineou novos eixos de integração e desenvolvimento do Estado. A Figura 3 mostra os níveis de centralidade das regiões paranaenses na configuração urbana atual.



**Figura 3 - Níveis de centralidade e classes de centro do estado do Paraná.**  
Fonte: IPARDES.

### Desenvolvimento Humano

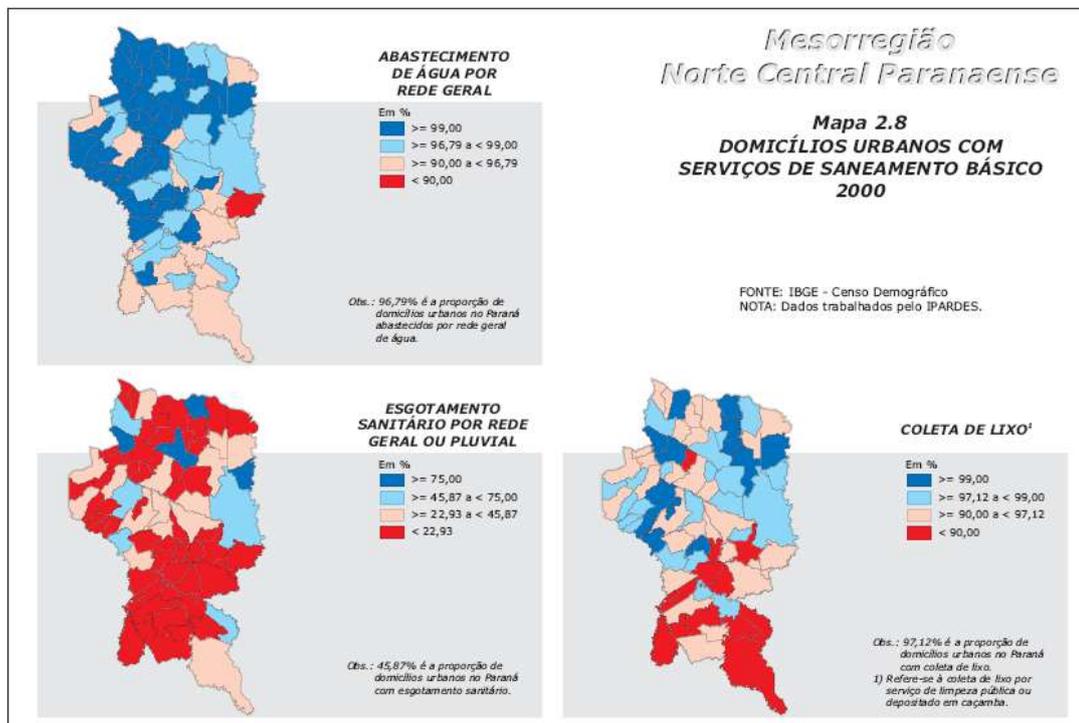
A Mesorregião Norte Central constrói seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M, indicador responsável em expor as desigualdades Municipais de forma abrangente e comparativa, apenas oito de seus 79 municípios apresentando posições acima da média do Estado (0,787).

Quanto ao saneamento básico, um fator de grande importância no desenvolvimento social e a oferta desses serviços na Mesorregião Norte Central, sabe que:

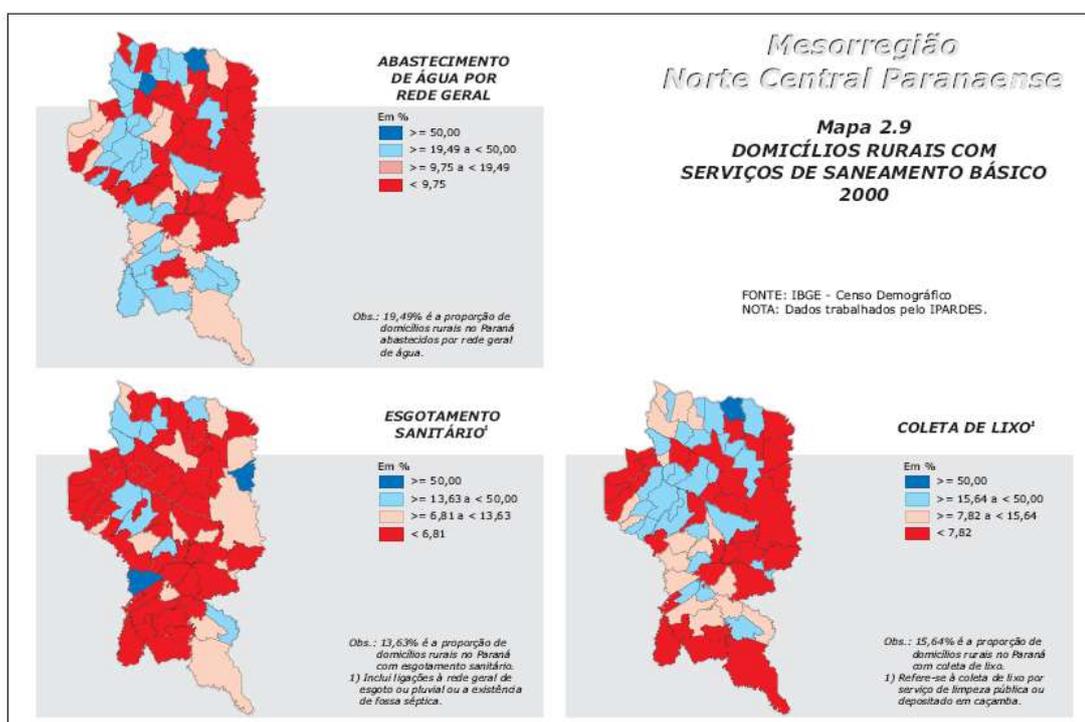
*"A disponibilidade de serviços de saneamento, englobando a oferta de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo, apresenta-se como mais um indicador das desigualdades sociais pela sua importância em dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida." (IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense).*

No atendimento desses serviços, a Mesorregião Norte Central Paranaense, apresenta descompasso entre a oferta de água e adequado esgotamento sanitário: enquanto que quase 100% dos domicílios da região são atendidos por rede geral de abastecimento de água, apenas 17,47% são atendidos por rede geral de esgoto. Em Cambira, o índice de domicílios atendidos por rede geral de esgoto é nulo. Na mesorregião os grandes municípios, Londrina e Maringá, ocupam uma posição favorável,

apresentando grau de cobertura de rede geral de esgoto respectivamente maior que 63,6% e maior 57,9% dos domicílios (Figura 4 e Figura 5), segundo o Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense, elaborado no ano de 2000 pelo IPARDES.



**Figura 4 – Serviços de saneamento básico em domicílios urbanos.**  
 Fonte: IPARDES – 2004.



**Figura 5 – Serviços de saneamento básico em domicílios rurais.**  
 Fonte: IPARDES – 2004.



Na disposição de serviços de energia e telecomunicações a região é bem atendida com altos índices de eletrificação rural e boa disponibilidade de serviços de comunicação de dados.

### **Transportes**

A infraestrutura da região favorece seu desenvolvimento econômico com malha viária atendendo a todos os municípios sendo recentemente recuperados principais trechos pelo governo estadual.

*"O sistema rodoviário da mesorregião Norte Central é formado por dois grandes eixos. O primeiro constituído pela BR-376, cruza diagonalmente o Estado do Paraná em direção a noroeste na fronteira com Mato Grosso do Sul e é a principal ligação dessa mesorregião com a capital do Estado e com o litoral. Essa rodovia, denominada Rodovia do Café, originalmente Estrada de Mato Grosso, foi concebida com o propósito inicial de promover a ligação entre o antigo Estado do Mato Grosso e o litoral através do território paranaense.*

*O segundo eixo é representado pela junção das rodovias BR-369, PR-317 e BR-158. Promove a principal ligação da mesorregião com o Estado de São Paulo, bem como com Cascavel, no oeste paranaense. Anteriormente conhecida como Rodovia dos Cereais, a BR-369 inicia-se em território paranaense, no entroncamento com a BR-153, na divisa entre o Paraná e São Paulo, proveniente de Ourinhos (SP) até São Pedro do Ivaí, dentro da mesorregião atravessa núcleos urbanos importantes, como Londrina, Cambé, Arapongas e Apucarana. Mantendo com esta um traçado contínuo, a PR-317 e a BR-158 promovem a ligação entre Maringá e Campo Mourão, a partir de onde é reincorporada a BR-369 até Cascavel. Internamente à mesorregião, a PR-317 percorre 33 quilômetros, de Maringá ao rio Ivaí. "Juntas, unindo-se em Jandaia do Sul, a BR-376 (proveniente de Maringá) e a BR-369 (proveniente de Londrina) abrigam o principal fluxo intermetropolitano, complementarmente à PR-444, de Arapongas a Mandaguari." (IPARDES, 2004)*

*"A mesorregião Norte Central consiste em área de convergência dos ramais ferroviários provenientes de Cianorte, a oeste, passando por Maringá e Mandaguari, e de Ourinhos (SP) e Cornélio Procópio, a leste, atravessando Londrina, Cambé e Arapongas. Ambos se unem em Apucarana, formando uma via que segue em direção a Ponta Grossa, já fora dos limites da mesorregião, e posteriormente a Curitiba e Paranaguá. Esse sistema é parte da malha sul da Rede Ferroviária Federal, privatizada em 1997, quando sua operação foi repassada à empresa hoje denominada América Latina Logística do Brasil - ALL. Ao longo dessa linha tronco encontram-se, principalmente, moageiras de soja, cuja localização junto à linha férrea viabiliza o transporte do óleo e farelo de soja aos centros consumidores e para exportação. De Araucária, onde se localiza a refinaria da Petrobras, são abastecidas, por via ferroviária, as bases de distribuição de derivados de petróleo localizadas em Guarapuava, Maringá, Londrina e Ourinhos (PARANÁ, 2002b)." (IPARDES, 2004)*



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

#### Diagnóstico do Setor Habitacional

O trecho de trilhos de Maringá a Londrina, segundo estudo de viabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, representa uma potencialidade regional para reativação de transporte de passageiros com “taxas de retorno surpreendentemente elevadas” \*.

A mesorregião Norte Central Paranaense possui uma significativa estrutura aeroportuária, com seis aeroportos públicos e 15 aeródromos privados, os aeroportos públicos estão localizados em: Londrina, Maringá, Arapongas, Apucarana, Manoel Ribas e Centenário do Sul e os aeródromos privados estão situados em Londrina (dois), Iguaraçu, Jaguapitã, Porecatu, Primeiro de Maio (dois), Faxinal, Itambé, Jardim Alegre, Presidente Castelo Branco, Bela Vista do Paraíso, Colorado, Florestópolis e Miraselva.

A região de Jardim Alegre possui como referência, os aeroportos de Londrina e Maringá, para transporte aéreo e malha ferroviária com importante posto avançado servindo toda a região Norte - Noroeste do Paraná sendo utilizado apenas para transporte de cargas. No município de Maringá está localizado o Porto Seco – Zona de Processamento Aduaneiro – ZPA que atende toda a região

### **Economia**

Economicamente, a Mesorregião Norte Central se compõe de forma setorial, no que diz respeito à empregabilidade. A ocupação da população economicamente ativa - PEA em 2000 era composta por 923 mil pessoas, o que significa que de cada 100 pessoas de 10 anos de idade ou mais, 61 estavam inseridas no mercado de trabalho regional, uma taxa de atividade próxima à observada pelo o Estado, representando quase 20% da PEA paranaense. A estrutura se apresenta de forma setorial, conforme Figura 1.2.5.

*“Quando se observa a estrutura ocupacional dos municípios, verifica-se que a região pode ser subdividida em três áreas. Concentrando a ocupação e as atividades mais dinâmicas, há um eixo formado fundamentalmente pelos municípios que compõem as duas aglomerações urbanas polarizadas por Londrina e Maringá. Esses polos caracterizam-se pela acentuada participação do setor serviços na ocupação e, no seu entorno, há um conjunto de municípios (Cambé, Arapongas, Apucarana, Mandaguari, Sarandi e Paçandu) que se destaca pela presença mais expressiva da indústria.” (IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense).*

Os setores mais representativos da mesorregião, em termos de geração de emprego, são os tradicionais – agroindustrial, vestuário, mobiliário, açúcar e álcool e certos segmentos agroindustriais, como, por exemplo, o de abate e processamento de aves. Porém, importância significativa e crescente vem sendo adquirida pelos segmentos

\* SCHARINGER, João F. Trens Regionais de Passageiros, BNDES 2002.



agroquímicos, artefatos e embalagens plásticas e, ainda, equipamentos para instalações industriais e comerciais.

Em termos de valor adicionado, a maior participação é dos agroquímicos, açúcar, álcool e mobiliário. A distribuição espacial da atividade industrial ocorre preferencialmente em torno dos dois polos regionais, estendendo-se em direção a municípios próximos.

### **Turismo**

Os municípios da Mesorregião se caracterizam por sua riqueza natural e por serem historicamente o grande celeiro do Estado. Localizada na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo, apresenta um segmento de população de alto poder aquisitivo, ligado ao agronegócio e que lhe permite ser um grande emissor de turismo, seja ele doméstico ou internacional. Na região existem dois eixos que concentram alguns dos principais pontos turísticos da região, com áreas de parques e remanescentes da mata nativa, sendo o primeiro o rio Paranapanema, ao norte, em direção a Maringá, seguindo em direção ao rio Ivaí ao sul; e o segundo acompanha a rodovia BR-376 no sentido Paranaíba – Londrina, cortando a microrregião de Maringá. Em função também do seu potencial hídrico, as atividades de turismo rural são as mais comuns na região, seguidas das grandes feiras de negócios em Arapongas (móveis), Londrina (agronegócio e atividades recreativas e culturais), Cianorte (vestuário) e Maringá e Rolândia (agropecuária), e das atividades de turismo náutico (Primeiro de Maio e Santo Inácio), pesca (Apucarana, Primeiro de Maio e Londrina), ecoturismo (Mandaguaçu, Ibiporã, Londrina e Maringá) e gastronômicas (Londrina e Maringá).

### **2.4 MICROREGIÃO DE CAMPO MOURÃO**

De acordo com a divisão territorial do IBGE, Jardim Alegre pertence à Microrregião de Ivaiporã, uma das microrregiões do estado brasileiro do Paraná pertencente à mesorregião Norte Central Paranaense. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 128.261 habitantes e está dividida em quinze municípios. Possui uma área total de 6.154,282 km<sup>2</sup> – Tabela 2.



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
Plano de Habitação de Interesse Social  
Diagnóstico do Setor Habitacional

**Tabela 2 – Municípios que compõe a Microrregião de Campo Mourão e população residente em 2010.**

<b>Município</b>	<b>População estimada em 2010</b>
Arapuã	2.772
Ariranha do Ivaí	2.453
Cândido de Abreu	16.662
Godoy Moreira	3.337
Grandes Rios	6.625
Ivaiporã	31.812
<b>Jardim Alegre</b>	<b>12.325</b>
Lidianópolis	3.972
Lunardelli	5.156
Manoel Ribas	13.113
Nova Tebas	7.389
Rio Branco do Ivaí	3.897
Rosário do Ivaí	5.586
São João do Ivaí	11.523
São Pedro do Ivaí	10.164
<b>TOTAL</b>	<b>128.261</b>

Fonte: Censo IBGE – 2010.

## 2.5 ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O município de Jardim Alegre está associado à AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí composta por 26 municípios, conforme Tabela 3, cuja cidade polo é o Município de Apucarana. A população total dos municípios da AMUVI é de aproximadamente 312 mil habitantes, tendo, a menor parte das cidades uma população inferior a 10 mil, dentre as quais se destaca a cidade de Apucarana, com mais de 100 mil habitantes.

A rede institucional da região tem como principais entidades, voltadas para Ciência, Tecnologia e Inovação, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Embrapa/soja e o Parque Tecnológico, localizadas em Londrina. No que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento, somam-se a essas organizações de maior porte aproximadamente 20 entidades privadas de ensino superior que atuam em Londrina e região.



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
Plano de Habitação de Interesse Social  
Diagnóstico do Setor Habitacional

**Tabela 3 – Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI).**

<b>Microrregião / Municípios</b>	<b>População</b>
<b>Microrregião de Apucarana</b>	<b>Nº Habitantes</b>
Apucarana	108.887
Arapuã	3.068
Ariranha do Ivaí	2.108
Bom Sucesso	6.995
Borrazópolis	7.877
Califórnia	8.533
Cambira	7.813
Cruzmaltina	3.162
Faxinal	16.317
Godoy Moreira	3.337
Grandes Rios	6.625
Ivaiporã	31.984
Jandaia do Sul	21.122
<b>Jardim Alegre</b>	<b>11.465</b>
Kaloré	4.473
Lidianópolis	3.972
Lunardelli	5.156
Marilândia do Sul	8.855
Marumbi	4.599
Mauá da Serra	8.553
Novo Itacolomi	2.827
Rio Bom	3.225
Rio Branco do Ivaí	4.096
Rosário do Ivaí	4.786
São João do Ivaí	10.386
São Pedro do Ivaí	10.915

Fonte: IBGE (2010).

## 2.6 DESENVOLVIMENTO HUMANO

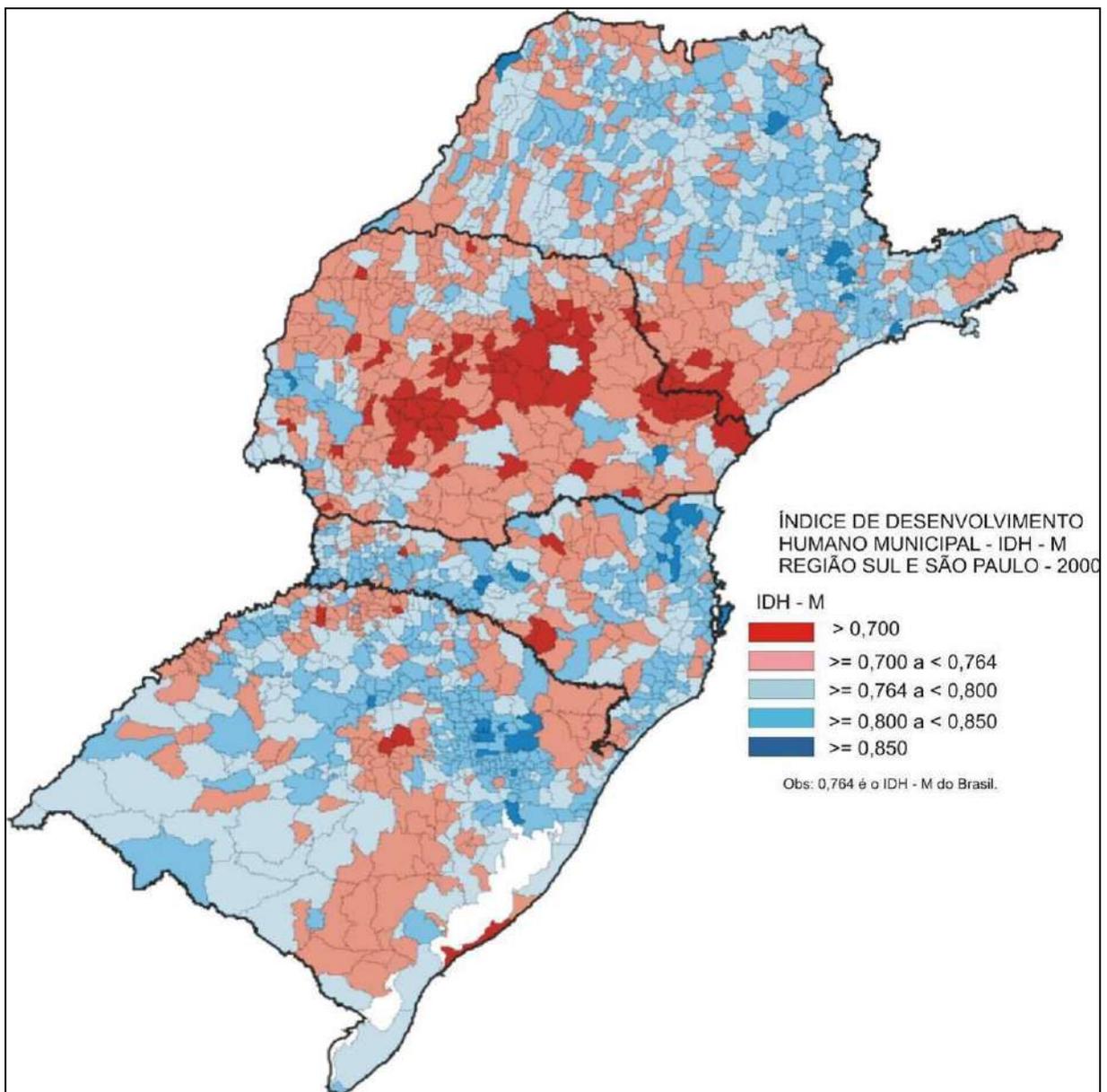
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) varia no intervalo de 0 a 1, sendo que quanto maior for o grau de desenvolvimento econômico-social, mais próximo o indicador estará da unidade. O índice é ainda uma média aritmética de três outros indicadores:

- Indicador econômico: considera o produto interno bruto (PIB) *per capita* em dólar PCC (paridade do poder de compra);
- Indicador de saúde: analisa a expectativa de vida ao nascer;
- Indicador de educação: avalia o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

Em termos de distribuição, 37% da população paranaense vivem nos 296 municípios com IDH-M inferior à média nacional (0,766), conforme cálculos com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Coincidentemente, também 37% encontram-se nos 24 municípios de alto IDH (de 0,800 a 1).

Comparativamente aos estados vizinhos, a situação do Paraná é bastante díspar, sendo que as porcentagens das populações que vivem em municípios com índices de alto desenvolvimento em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul variam em torno de 70% (Figura 6).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Apucarana era 0,748 e, segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (valor entre 0,5 e 0,8).



**Figura 6 – Índice de Desenvolvimento Humano na região Sul e São Paulo – 2000.**

**Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.**



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

**Tabela 4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano.**

Variável	Período de 2010		
	Jardim Alegre	Paraná	Brasil
IDH-M	0,689	0,787	0,766
Educação	0,827	0,879	0,849
Longevidade	0,712	0,747	0,727
Renda	0,696	0,736	0,723

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,406, em 1991, para 0,689, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,507 para 0,749. Isso implica em uma taxa de crescimento de 69,70% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 52,36% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,379), seguida por Renda e por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

### 2.6.1 Educação

A respeito do componente do IDH sobre Educação, Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,43%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 92,97%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 60,89%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 36,84%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 83,26 pontos percentuais, 53,93 pontos percentuais, 44,82 pontos percentuais e 21,54 pontos percentuais.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 28,49% para 36,13%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 16,18%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 18,71% eram analfabetos, 30,10% tinham o ensino fundamental completo, 15,55% possuíam o ensino médio completo e 5,49%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.



## **Longevidade**

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 29,0 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 13,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 39,5. Já na UF, a taxa era de 13,1, em 2010, de 20,3, em 2000 e 38,7, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,4 anos na última década, passando de 69,2 anos, em 2000, para 74,6 anos, em 2010. Em 1991, era de 65,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

## **Renda**

A renda per capita média de Jardim Alegre cresceu 192,02% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 208,26, em 1991, para R\$ 333,78, em 2000, e para R\$ 608,16, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,80%. A taxa média anual de crescimento foi de 5,38%, entre 1991 e 2000, e 6,18%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 56,24%, em 1991, para 32,64%, em 2000, e para 23,97%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,52, em 1991, para 0,55, em 2000, e para 0,66, em 2010.

## **2.7 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS**

O conceito de rede, *retis* em latim, significa, do ponto de vista natural, entrelaçar fios com cobertura regulares para formar um tecido. Da perspectiva social, rede significa um emaranhado de nós formados pelos encontros ou interações sociais, cujos significados podem ser diferentes.

Para Sperandio (2006) o ponto de partida de uma rede social é a comunicação entre as pessoas. E a comunicação depende de laços estabelecidos e a serem estabelecidos. As pessoas interagem entre si e com o meio em que vivem para



descobrir e redescobrir formas de alcançar seus desejos individuais e coletivos, criando canais de transmissão e troca de suas metodologias de ação, resultados e sucessos alcançados.

Na doutrina da geografia urbana existem 02 correntes: a primeira advoga a tese de que somente haveria rede urbana se certas características estivessem presentes, sobretudo nos países desenvolvidos. No caso dos países subdesenvolvidos, a rede urbana estaria em fase embrionária. Para Roberto Lobato Corrêa existe rede urbana a partir: a) do momento em que haja uma economia de mercado que exige uma divisão territorial do trabalho; b) presença de pontos fixos onde se realizam os negócios; c) existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos; articulação no âmbito de circulação.

Convergindo com a doutrina citada acima, a série Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil (2000) "relata que os principais centros da Mesorregião Norte Central são Londrina e Maringá, com nível de centralidade forte para médio". Esta mesma obra apresenta municípios pequenos localizados ao sul da Mesorregião com crescimento urbano muito elevado e baixo grau de urbanização, situados em áreas de evasão recente.

Conclui-se que esta Mesorregião apresenta processos que constituem duas especialidades distintas: a de esvaziamento, distinguindo-se áreas de evasão antiga ao norte – na qual essa evasão antiga ao norte de áreas de evasão recentes ao sul, nas quais ocorre ainda crescimento acentuado dos núcleos urbanos; e a espacialidade de aglomeração, reunindo as ocupações contíguas a Londrina e Maringá, bem como, em continuidade, os principais centros urbanos da região, como Ivaiporã que, exerce uma atração pela proximidade, nas relações comerciais e de serviços sobre o município de Jardim Alegre.

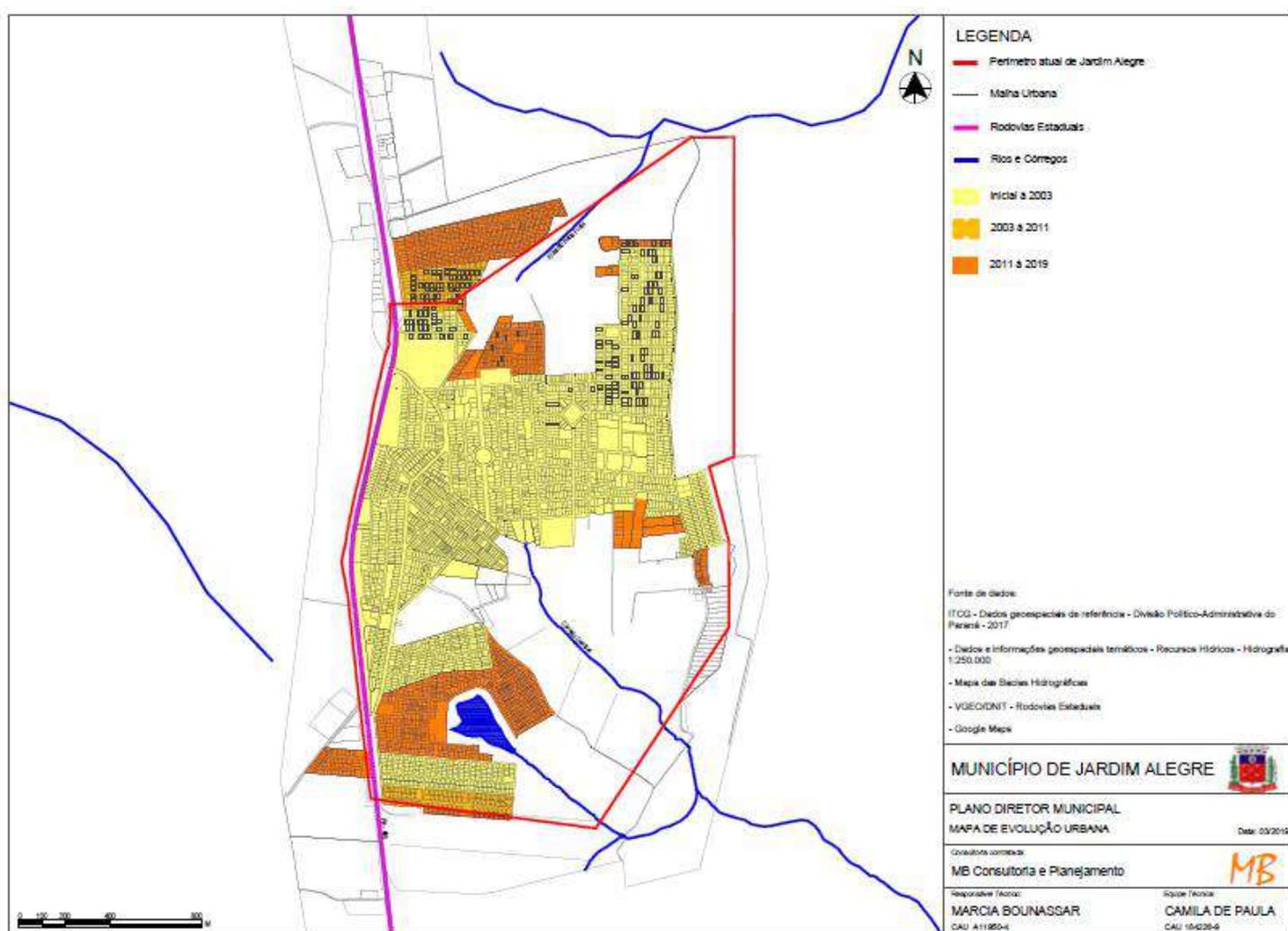
## **2.8 EVOLUÇÃO URBANA**

O Segundo a Lei Municipal 10/79 de 28/08/1979, o perímetro urbano da Sede possui 392 hectares. Conforme levantamento in loco apoiado em material entregue pela Equipe Técnica Municipal, atualmente cerca de 287 lotes encontram-se vazios. Além desses lotes urbanizados que se encontram vazios, existem áreas delimitadas pelo perímetro urbano que ainda não foram parceladas, tanto na porção norte quanto na porção sul. Essa realidade evidencia que não há necessidade imediata de acréscimo de áreas para expansão urbana.

Conforme índices do IBGE, a população projetada para Jardim Alegre em 2018 foi de 11.465 habitantes, 859 habitantes a menos que os recenseados em 2010.

Considerando que no ano 2010 existia na área urbana um total de 2.679 domicílios, e que a média de residentes por unidade habitacional na área urbana em 2010, conforme dados do IPARDES, era de 2 hab./domicílio, pode-se prever uma demanda habitacional mínima, visto o decréscimo populacional.

O Figura 7 mostra as áreas de expansão urbana. Nota-se que há uma grande tendência de crescimento do município em direção ao Norte Sul, e Sudoeste, devido ao solo apresentar de uma maneira mais plaina com declividades aceitáveis para implantação de futuros loteamentos. O setor industrial deve ser disponibilizado área para futuras inserções de empresas de pequeno e médio porte dentro do processo agroindustrial.



**Figura 7 – Evolução Urbana.**  
**Fonte: ITCG/2019.**



## 2.9 SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico engloba o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. É o conjunto de medidas, que visa: controlar e prevenir doenças, melhorar a qualidade de vida da população, aumentar a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.

### 2.9.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água potável residencial e industrial é serviço público necessário a toda cidade ou núcleo urbano, e, como tal, incumbe ao Município prestá-lo nas melhores condições técnicas e econômicas para os usuários.

Entre as décadas de 1960 a 1970 a maioria da população de Jardim Alegre morava na zona rural. Havia grande disponibilidade de recursos hídricos, retirava-se água de poços e minas. Menos de meio século depois ocorreram transformações intensas tanto no cenário municipal como em todo o território nacional. Foram universalizados os serviços de abastecimento de água.

Os Governos Estaduais, por intermédio de suas companhias, coordenaram e executaram o processo. Em Jardim Alegre o sistema de abastecimento de água e esgoto são competências do Poder Público Municipal, sendo concedido por meio da Lei Municipal nº177/2008, e transferido através do instituto administrativo da concessão para a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, com concessão válida para os próximos 30 anos.

Quanto às categorias de abastecimento, segundo a IPARDES/2018, há atualmente 3.068 ligações para residências, 222 de comércios, 09 para indústrias, 24 de utilidade pública e 37 destinada ao Poder Público, com o total de 3.360 ligações efetivas atendendo 3.160 unidades.

**Tabela 5 – Unidade e Ligações do sistema de abastecimento de água de Jardim Alegre.**

<b>Categorias</b>	<b>Unidades Atendidas</b>	<b>Ligações</b>
Residenciais	3.160	3.068
Comerciais	238	222
Industriais	9	9
Utilidade pública	24	24
Poder público	37	37
<b>TOTAL</b>	<b>3.468</b>	<b>3.360</b>

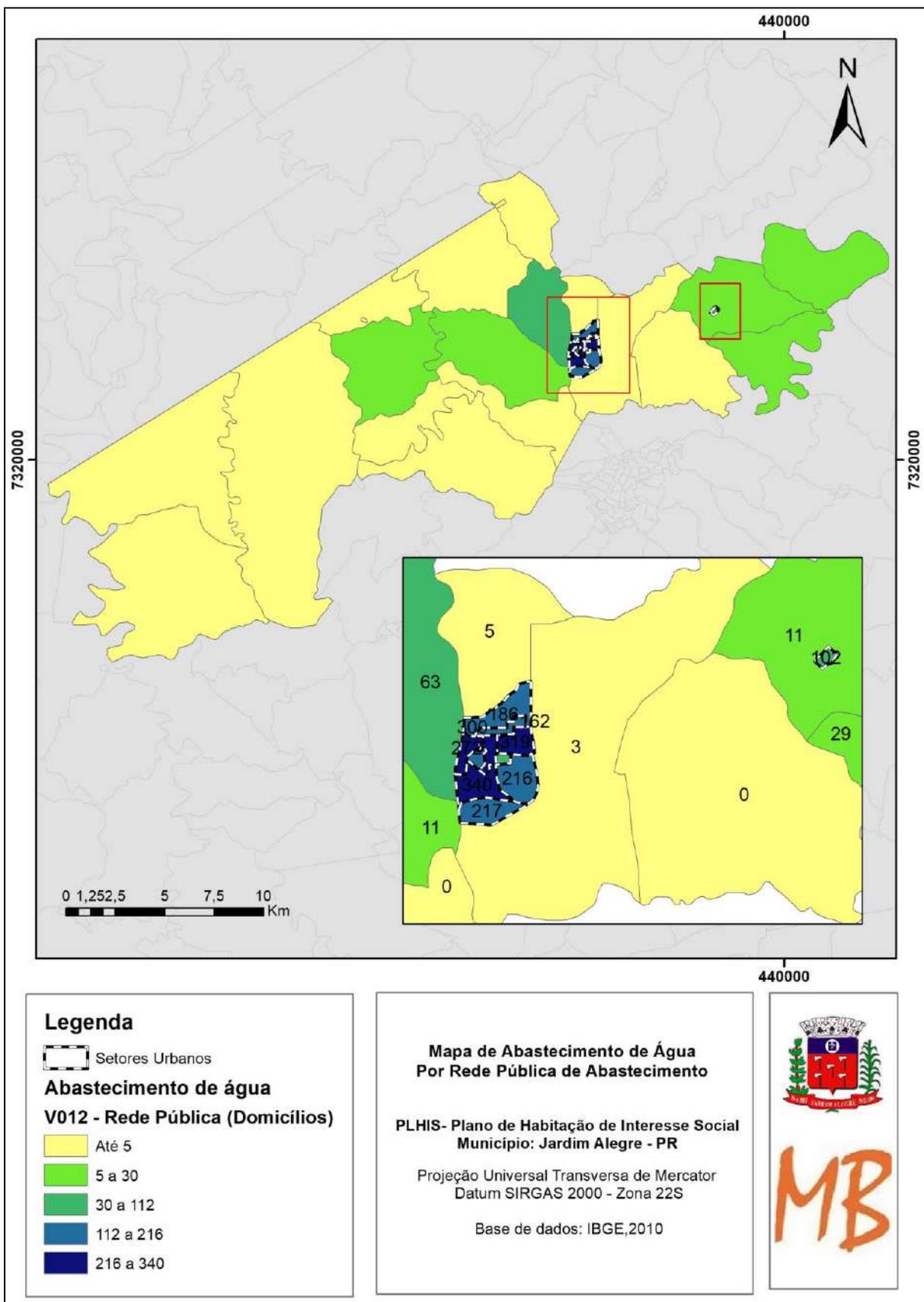
Fonte: IPARDES/ Abastecimento de água e Consumo de água, 2010.



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



**Figura 8 – Sistema de Abastecimento de Água de Jardim Alegre.**  
Fonte: IBGE (2010).



### Esgotamento Sanitário

A Em Jardim Alegre o Sistema de Esgotamento Sanitário, está em construção, sendo que 70% da obra já está concluída. Não há, por parte da SANEPAR, relatórios ou estudos sobre a situação sanitária das áreas urbanas do município. Existe ainda a preocupação em relação à quantidade de fossas sépticas localizadas nos passeios públicos e a existência de fossas negras. Causando poluição das águas subterrâneas.

### Resíduos Sólidos Urbanos

A coleta de lixo é responsabilidade do Departamento de Obras, que utiliza para o serviço um caminhão caçamba. O caminhão de lixo percorre a área urbana e rural, realizando a coleta na segunda, quinta e sexta-feira no Conjunto José Pachulshi e no Parque das Flores; na segunda-feira no Jardim Itaipuã; e todos os dias no centro e demais ruas da área urbana, conforme demonstra o Mapa de Coleta de Lixo. Nos povoados de Placa Luar, Pouso Alegre e na Vila Rural a coleta é realizada uma vez por semana.

A frequência com que o serviço é realizado mostra-se suficiente para suprir a demanda, tanto na sede como nos povoados.

A Tabela 6 demonstra alguns números de domicílios e moradores com relação ao destino do lixo.

**Tabela 6 – Recolhimento do lixo**

RECOLHIMENTO DO LIXO	
Denominação	Quantidade de domicílios - 2010
Coletado	2.698
Coletado Diretamente	2.638
Coletado Indiretamente	60
Outro destino	1.342

Fonte: IBGE, 2010.

Segundo informações do departamento responsável, diariamente são recolhidos 4.200Kg de lixo no município. Com isso, cada habitante do município atinge a média de produção de 0,588Kg de lixo por dia. Essa quantidade está abaixo da média das cidades brasileiras, onde cada habitante produz 1 kg de lixo por dia.

Quanto a Coleta de Entulhos, a área urbana e a Vila Rural contam com o serviço, que percorre toda a área urbana e a Vila Rural, concluindo o trajeto em uma semana.

No Município não existe depósito clandestino de lixo e/ou entulhos. Os resíduos coletados são remetidos ao lixão, situado na Rodovia Olímpio Gean Domingos, a 2 km da sede. A área destinada ao depósito de lixo encontra-se com pouca capacidade e



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

já está em andamento o projeto uma área de transbordo no município. O Poder Executivo Municipal tem buscado junto ao Instituto Ambiental do Paraná a autorização para a construção de um novo aterro sanitário.

A coleta seletiva é feita somente na sede do município por uma ONG (RECICLAJA). A comunidade faz uma pré-separação, separando os resíduos sólidos dos resíduos úmidos e condicionando em sacos verdes fornecidos pela prefeitura. Os catadores trabalham com carroça de mão e seguem um cronograma, passando uma vez por semana nas residências coletando os resíduos pré-separados. Na segunda e quinta-feira os catadores contam com a ajuda de um caminhão Dodge, ano 78 do Departamento Rodoviário, na sequência levam até um barracão cedido pela prefeitura, situado na Rua Santo Antônio, no centro, onde fazem a separação por item e, revendem aos compradores deste tipo de material (ferro velho e atravessadores). A ONG coleta uma média de 5.650 kg de material reciclável por mês, sendo 2.160 kg de papelão, 1.460 kg de plástico, 720 kg de sucata e 1.310 kg de materiais diversos.

A coleta de lixo hospitalar é realizada por uma empresa terceirizada denominada Bio-Access, que também coleta o lixo hospitalar em outros municípios e faz a destinação final e incineração fora de Jardim Alegre.

Sendo assim, no município de Jardim Alegre identifica-se a necessidade de campanhas de conscientização da população sobre a produção excessiva de lixo e a divulgação dos dias em que a coleta é realizada em cada parte da cidade, gerando nos munícipes o hábito de colocar o lixo na rua apenas nos dias da coleta, melhorando a limpeza da cidade. Além disso, existe a necessidade da aquisição de um veículo adequado para a coleta de lixo e a construção do Aterro Sanitário.

### **Drenagem Urbana e Pavimentação**

Drenagem Em Jardim Alegre existem galerias de drenagem de águas pluviais em todas as vias pavimentadas da malha urbana.

Segundo observação feita pela consultoria, existem no perímetro urbano áreas com possíveis problemas de alagamento. Evidencia-se a ocorrência de processos erosivos em áreas urbanas e rurais, principalmente nas ruas sem pavimentação e com alta declividade por onde a chuva passa levando o solo.

Em mapeamento do município de Jardim Alegre realizado pela MINEROPAR (1993) indicando as áreas com potencialidade de Risco Geológico, foram identificadas nas proximidades do Córrego do Genibre na porção sudeste da área urbana e na porção nordeste, próximo ao córrego Ribeirão Barra Preta, áreas sujeitas a processo erosivo (ravinamento e sulcamento) com declividade superior a 15%. Além disso, essas áreas foram classificadas como áreas aptas a ocupação com restrições, com evidências



de afloramentos de rocha/ campo de matações/ solo raso com blocos na matriz, proporcionando dificuldades na implantação de infraestrutura enterrada, tais como tubulações, galerias e fundações, devido à presença de rocha sã aflorante ou blocos e matações englobados no solo raso. Sendo indicada a ocupação com critérios técnicos e restritos a implantação de serviços geradores de poluentes, como aterro sanitário, matadouros e etc.

Contudo, atualmente a área urbanizada já chega bem próxima dessas áreas e devem ser adotadas medidas regulamentadoras que impeçam o avanço da malha urbana nesses pontos.

A operação do sistema de drenagem urbana, principalmente no que se refere à limpeza de bocas de lobos e galerias de águas pluviais, necessárias ao perfeito funcionamento do sistema de drenagem, é realizada por equipe própria 01 (uma) a 02 (duas) vezes por ano.

## **2.10 EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **SAÚDE**

A Secretaria de Saúde funciona junto ao Centro de Saúde de Jardim Alegre. O município conta com o seu Sistema de Saúde Pública dotado das seguintes principais estruturas físicas na sede urbana:

- Centro de Saúde que fica na Rua Castelo Branco;
- Hospital Municipal de Jardim Alegre, localizado na Avenida Getulina, 389 – Centro;
- Posto de Saúde na Rua Paraná, no Povoado de Jardim Florestal;
- Posto de Saúde na Rua Ivaiporã, no Povoado Barra Preta;
- Posto de Saúde na Rua Londrina, no Povoado de Pouso Alegre;
- Posto de Saúde instalado no prédio da escola no Povoado Placa Luar;
- Posto de Saúde na Comunidade do Cascalho; e
- Posto de Saúde na Comunidade do Brasinha.

Os casos mais graves são encaminhados para o Hospital de Ivaiporã, ou se necessário, são encaminhados para Londrina ou outros municípios através do SAMU.

O número de médicos por habitante atende os requisitos do programa estratégia da saúde da família, não há leitos no Município, apenas atenção primária. O Município participa do consórcio CISCOCAM.



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

O perfil da saúde no município reflete o contexto socioeconômico e ambiental no qual está inserida sua população. Concorrem para esse perfil, portanto, não somente os quadros econômicos de distribuição de renda, condições de moradia e a abrangência do bem-estar como um todo. A própria estrutura etária caracterizará as doenças e internações de maior incidência no território.

A principal causa de óbito para a Mesorregião Norte Central e de Jardim Alegre são as doenças do sistema circulatório. Destacam-se também no Município óbitos relacionados a sintomas anormais em exames clínicos e laboratoriais, doenças do aparelho respiratório, neoplasias e a doenças do aparelho digestivo.

O perfil da saúde de uma população resulta do padrão demográfico que a caracteriza, bem como reflete o contexto socioeconômico-ambiental mais amplo em que se insere. No quadro das doenças e óbitos que afetam essa população, tem peso o grau de desenvolvimento e a abrangência do nível de bem-estar social.

Os dados relacionados a óbitos e a internações hospitalares, associados a outros indicadores, tais como a cobertura da rede de atenção básica e hospitalar, fornecem elementos necessários para o conhecimento da saúde da população, oferecendo subsídios para o planejamento das ações das políticas de atenção à saúde.

Um dos principais indicadores de qualidade de vida e assistência à saúde é o coeficiente de mortalidade infantil. Apesar da tendência continuada de declínio dos níveis de mortalidade infantil no país, ainda se observam profundas desigualdades sociais e espaciais.

Dados do IPARDES referentes ao ano de 2018 mostram que o município de Jardim Alegre apresentou coeficiente de mortalidade infantil de 13,07; estando abaixo da média do Estado, de 10,3 por mil nascidos vivos.

Vale lembrar que as mortes infantis incidem, principalmente, no grupo de causas das afecções originadas no período perinatal, que são transtornos específicos do feto ou recém-nascido ocorridos naquele período perinatal. É preciso assinalar que em áreas sociais deprimidas, parcelas expressivas desse conjunto de óbitos poderiam ser evitadas se os serviços básicos de atendimento à saúde da mulher no período da gestação fossem mais eficientes. Outra parcela da mortalidade infantil decorre das doenças infecto-parasitárias, causadas pela desnutrição e pelas precárias condições habitacionais, de saneamento básico e de padrão de vida das famílias dessas crianças.

As internações decorrentes de gravidez, parto e puerpério aparecem como a principal causa das internações hospitalares em Jardim Alegre com 12,5%, estando apenas um pouco abaixo da média do Estado de 16,1%.

O município conta com 04 Equipes de Saúde da Família, 02 Equipes de Saúde Bucal e 30 Agentes Comunitários de Saúde.



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

#### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

Quanto ao quadro efetivo, é composto por 01 enfermeiro, 02 médicos, 01 médico veterinário, 01 farmacêutico, 01 técnico em Raio-X, 01 bioquímico, 02 dentistas, 04 agentes da dengue, 16 auxiliares de enfermagem, 01 auxiliar de vigilância sanitária, mais os servidores do setor administrativo, serviços gerais, vigias, motoristas e outros que prestam atendimento a área da saúde a população. Porém, há necessidade de contratação de outros profissionais para comporem o quadro da saúde no município, como fisioterapeuta, assistente social, fonoaudióloga e nutricionista.

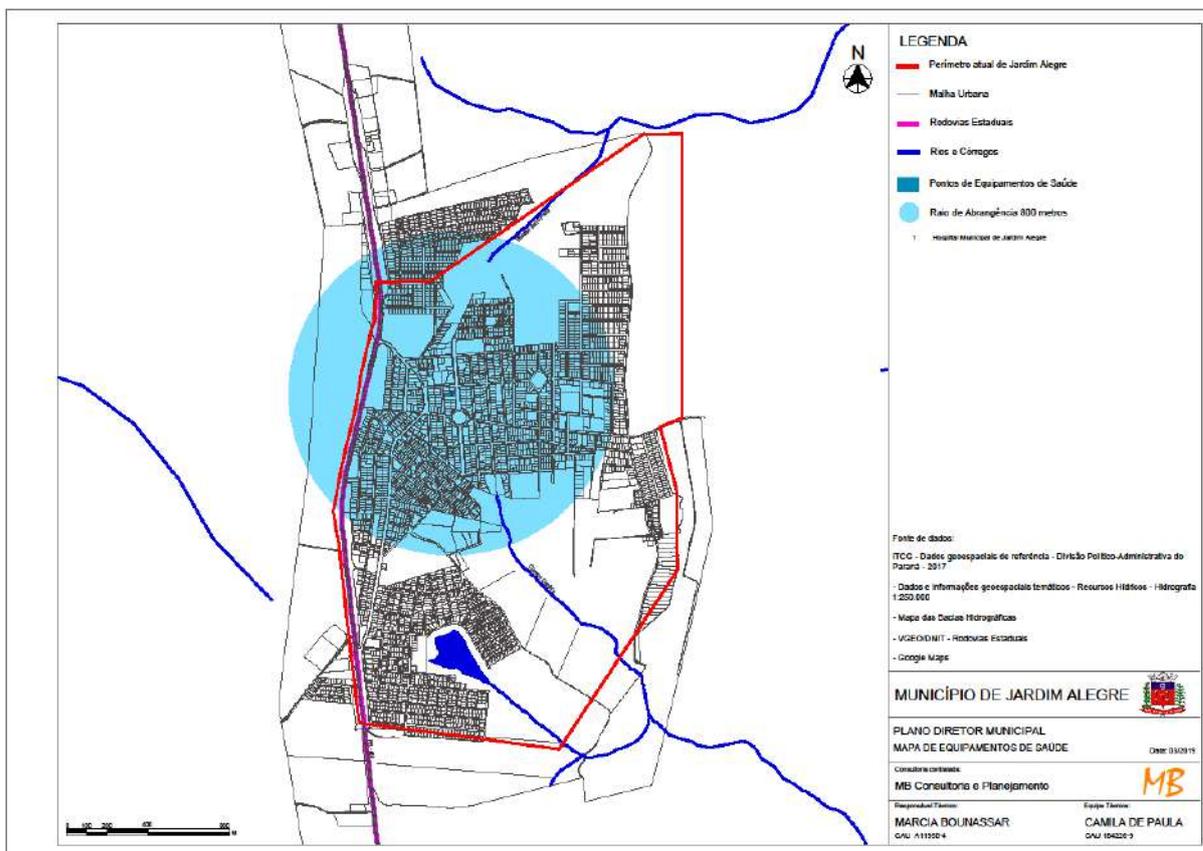
As atividades de saúde e os procedimentos básicos são realizados através do Centro de Saúde, das Unidades Básicas de Saúde e do Hospital Municipal. Quanto ao atendimento especializado, o município tem como referência o CIS – 22ª R. S. de Ivaiporã – Consorcio Intermunicipal de Saúde de Ivaiporã – PR; e demais cidades como Apucarana, Londrina, Arapongas, Maringá, Curitiba e outras.

O Hospital Municipal possui 23 leitos, uma sala de cirurgia e uma sala de parto, para internamento da população de Jardim Alegre onde atende internamentos básicos e de baixa complexidade, as internações de alta complexidade são realizadas nos hospitais de Ivaiporã.

O Município possui 7 veículos para o setor de saúde, sendo 5 veículos para o programa saúde da família e saúde bucal, 1 para vigilância em saúde e outro para viagens fora do município. Possui também 1 ambulância, 1 van para transporte de pacientes até os municípios de Londrina, Apucarana e Maringá, e 1 ônibus para transporte dos pacientes até Ivaiporã.

Ressalta-se a informação que o laboratório de análises clínicas faz apenas os exames básicos, havendo necessidade de equipamentos para a melhoria do trabalho.

Na área de imunização o município possui uma sala no centro de saúde e outras duas na zona rural. A sala de imunização é composta por área de vacinação e rede de frio. A rede de frio possui duas geladeiras, um freezer e ar condicionado.



**Figura 9 – Equipamentos de Saúde de Jardim Alegre.**  
Fonte: ITCG (2010).

## EDUCAÇÃO

Entende-se por educação a dimensão mais nobre e relevante da vida, uma vez que é a formação do ser humano que torna possível o pleno aproveitamento de suas potencialidades e do seu desenvolvimento moral, material e espiritual ao longo de toda a existência. Dispor de cidadãos bem preparados e capacitados, com boa formação humanística, científica e artística será necessário para atingir desenvolvimento e melhor qualidade de vida.

Por meio das Constituições Federais - CF de 1946, 1967 e 1988, compete aos Poderes Públicos Institucionais garantir o direito universal à Educação. Pela Constituição de 1946 e 1967 não cabia ao Município organizar seu sistema de ensino. Pela atual Constituição Federal (1988) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios organizarem seus sistemas de ensino em regime de colaboração.

Quanto à identificação das tendências sócio espaciais em relação às condições de educação/escolaridade, verifica-se no início da colonização, uma Jardim Alegre populosa, superior a 20 mil habitantes e uma disposição da sociedade civil organizada e institucional para criação de escolas na zona rural e no povoado.



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

A política de racionalização da agricultura, eliminação dos cafezais antieconômicos, apogeu e declínio do algodão e mudança de matriz produtiva promoveram êxodo rural e municipal, incluindo grande fluxo de população jovem, que partiram em busca de trabalho, renda e educação. Nesse período foram sendo eliminadas as escolas rurais e consolidando os grupos escolares do núcleo urbano. A necessidade de educação, saúde, trabalho e renda (perspectivas de vida) trouxeram fluxos populacionais para a sede.

Na década de 1990, Jardim Alegre apresentou índices positivos da taxa de crescimento urbano. Em contraste a essa informação, ocorreu um crescimento rural negativo, no entanto, o crescimento total do município foi positivo, ainda que minimamente. Diante dessas considerações, verifica-se êxodo municipal, necessitando da instalação e estruturação de escolas na zona urbana, acompanhadas de um transporte coletivo escolar de qualidade.

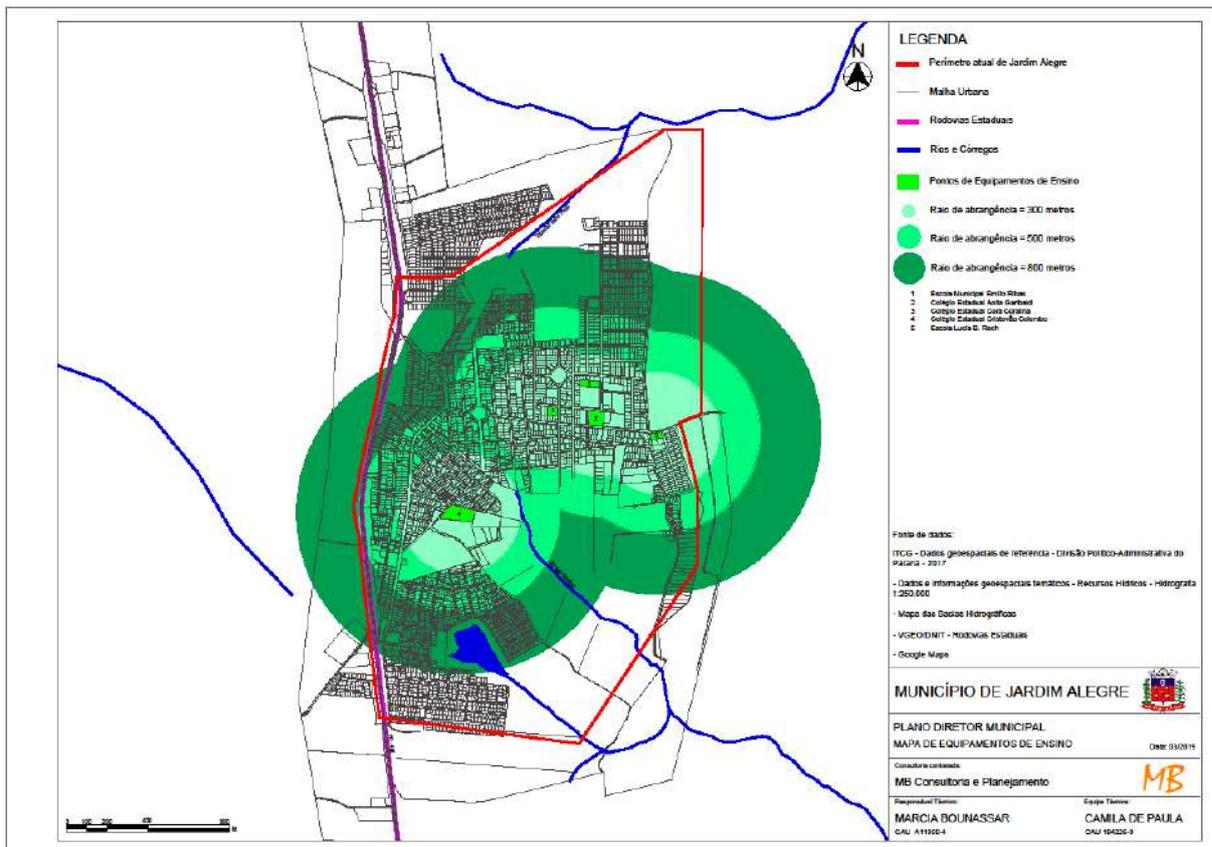
Atualmente as referências educacionais são diversas. A rede educacional de Jardim Alegre é composta por 02 estabelecimentos de ensino para pré-escola, 09 estabelecimentos para ensino fundamental e 03 estabelecimentos de ensino médio.

No nível de pré-escola, há em Jardim Alegre 02 estabelecimentos pertencentes ao sistema municipal de ensino, efetivando 123 matrículas. Para o ensino fundamental, há em Jardim Alegre 05 estabelecimentos de ensino fundamental pertencentes ao sistema municipal de ensino, efetivando 874 matrículas; e 04 estabelecimentos de ensino fundamental, pertencente ao sistema estadual de ensino, efetivando um total de 1.017 matrículas. Para o ensino médio, há em Jardim Alegre 03 estabelecimentos, pertencente ao sistema estadual de ensino, efetivando 804 matrículas.

O Departamento Municipal de Educação e Desenvolvimento Humano tem como objetivo atender a rede municipal de ensino.

De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 208 da Constituição Federal e a Lei 9394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, devendo ser oferecido a toda população brasileira. Assim, o poder público deve promover políticas educacionais que garantam o acesso e a permanência com qualidade a todos os munícipes.

A infraestrutura dos instrumentos públicos disponibilizados para a educação compreende 11 estabelecimentos, oferecendo educação especial, ensino fundamental e médio distribuídos nas redes pública (municipais e estaduais) e particular, conforme demonstra a tabela a seguir e uma biblioteca municipal situada na Avenida Tancredo Neves, nº1.192 a qual possui atualmente um acervo de 7.983 volumes, incluindo livros e revistas.



**Figura 10 – Equipamentos de Educação de Jardim Alegre.**  
Fonte: ITCG (2010).

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria de Assistência Social do Município de Jardim Alegre provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

A assistência social está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Os Serviços Socioassistenciais no Município de Jardim Alegre são ofertados através da rede de Proteção Social local, sendo estas: Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial, de Média e Alta Complexidade.

Os Serviços são prestados de forma continuada e articulada, em uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

#### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

O município conta atualmente com: a Secretaria Municipal de Assistência Social, um CRAS, um CREAS, um espaço de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, um espaço de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas e uma Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes.

Tem como objetivo geral, consolidar o Sistema Único de Assistência Social, de forma a viabilizar a garantia de direitos aos usuários da assistência social nos diferentes níveis de proteção, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei nº. 12.594/2012), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB–RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº.8.742/93).

As ações socioassistenciais são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas vivem, com as suas diferenças regionais, carências e potencialidades. Os programas, serviços e projetos são desenvolvidos junto às localidades com maior vulnerabilidade social, ou seja, locais onde há situações de fragilidade em decorrência da pobreza, ausência de renda, falta de acesso aos serviços públicos, discriminações por idade, raça, gênero ou por deficiências, dentre outras.

O serviço de Assistência Social é prestado por diversas entidades vinculadas à Secretaria de Assistência Social, SCFV, Casa Lar e Grupo de Convivência da Melhor Idade.

No município não existe nenhum programa de assistência à formação de mão-de-obra permanente.

Os principais problemas atendidos são provenientes do alcoolismo, desemprego, crianças em situação de risco, pessoas em situação e moradia precária, idosos em situação de vulnerabilidade e pessoas com dificuldades econômicas.

Em relação aos programas sociais e de transferência de renda, há apenas Programa Bolsa família, e Benefício de Prestação continuada, cujos recursos têm origem tanto no Governo Estadual como no Federal.

Também não existe no Município um levantamento quanto à habitação de demanda espontânea, porém contata a presença de várias habitações precárias. Existindo um déficit habitacional entre as pessoas com renda de um a dois salários mínimos.

A Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável por desenvolver as seguintes ações:

- Elaboração e inserção no sistema SUAS/WEB do plano de ação municipal;
- Elaboração dos Termos de Aceite aos Programas Federal e Estadual;



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

- Realização das Prestações de Contas de todos os recursos dos Programas Federal e Estadual;
- Elaboração do Plano Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente;
- Elaboração do Plano De Ação para o Fortalecimento do Atendimento as Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência e aos Autores de Violência;
- Elaboração do Termo de Colaboração entre a Prefeitura Municipal e o Lar Santo Antônio, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaiporã e Jardim Alegre e Associação de Karatê;
- Realização das Conferencias Municipais de Assistência Social, da Criança e do Adolescente e da Política do Idoso;
- Elaboração do PPA e orçamento;
- Atualização e lançamento da frequência no Sistema SISC das frequências mensal de idosos e crianças e adolescentes nos Serviços de Convivência;
- Inserção no sistema do MDSA do Relatório Mensal de Atividades do CRAS e CREAS e Programa Criança Feliz;
- Elaboração do Plano Municipal de Acolhimento para Crianças e Adolescentes abrigados;
- Elaboração de pauta e coordenação das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Elaboração de ofícios a Prefeitura solicitando aquisição de alimentos, materiais pedagógicos e outros para os Serviços de Assistência Social (Casa Lar, SCFV, CRAS, CREAS e Secretaria);
- Coordenação dos órgãos subordinados (CRAS, CREAS, SCFV, Casa Lar e Conselho Tutelar) de modo a proporcionar um atendimento de excelência, às famílias, idosos, mulheres e crianças e adolescentes;
- Realização de procedimentos no âmbito do Órgão de Assistência Social, com relação a gestão e o controle financeiro dos recursos orçamentários previstos, bem como à gestão de pessoas e recursos materiais existentes, em consonância com as diretrizes e regulamentos emanados do Chefe do Poder Executivo;
- Realização de eventos em datas comemorativas como:  
18 de maio Dia Nacional de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Dia das Mães; Dia da Mulher; Dia dos Pais; Desfile de 7 de setembro; Dia Nacional dos Idosos; Natal, etc.
- Realização de tomada de preços para licitação de todos os materiais permanentes, consumo e prestação de serviços de terceiros para a Política de Assistência Social;



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

- Preenchimento do Censo SUAS/2017 referente as ações da Secretaria municipal de Assistência Social; CRAS, CREAS, Casa Lar, Serviço de Convivência de Crianças e Adolescentes, Serviço de Convivência dos Idosos, APAE e Conselho Municipal de Assistência Social;
- Preparação para o final de Ano com os Grupos do SCFV, Gestantes, Mulheres e Idosos;
- Outras atividades correlatas.

#### **CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS**

O CRAS está localizado na Rua Pio XII. Este tem por finalidade servir de porta de entrada para o atendimento às pessoas e famílias que sofrem as mais diversas formas de vulnerabilidade social. O CRAS é uma das unidades articuladoras das ações de Proteção Social Básica e trabalha em conjunto com as entidades socioassistenciais e com as demais políticas públicas, visando o atendimento integral das famílias atendidas, organizando e executando com qualidade serviços, programas e projetos para atender as necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, em situações de risco como: pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), fragilização de vínculos afetivos –relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras), ou qualquer outro tipo de violação de direito para o indivíduo ou família.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é oferecido no CRAS e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O trabalho social com famílias realizado no âmbito do PAIF, um conjunto de procedimentos realizados com o objetivo de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de uma família. Este trabalho estimula as potencialidades das famílias e da comunidade, promove espaços coletivos de escuta e troca de vivências, visando o fortalecimento da função protetiva da família; a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; o apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

O PAIF oferece atendimento às famílias, visitas domiciliares, orientações e encaminhamento a outros serviços e políticas. O serviço também apoia ações comunitárias, por meio de palestras, campanhas e eventos, ajudando a comunidade na



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

construção de soluções para o enfrentamento de problemas comuns, como nos casos de violência no bairro, trabalho infantil, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer, cultural, entre outros.

O CRAS é a porta de entrada para o acesso a serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social. Assim como os postos de saúde estão para a Política de Saúde o CRAS está para a Assistência Social.

Entre as atividades desenvolvidas pela equipe do CRAS estão:

- Cadastramento das famílias para programas sociais e outros serviços;
  - Levantamento e identificação das necessidades das famílias;
  - Atendimentos psicossociais individuais e em grupos;
  - Visitas domiciliares;
  - Encaminhamento à rede social de serviços;
- Ações socioeducativas com as famílias, como cursos, palestras e oficinas variadas.

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.

É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.

#### **Ações/Atividades**

Os usuários do SCFV são organizados em grupos, a partir de faixas etárias:

- Crianças até 6 anos;
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;
- Adolescentes de 15 a 17 anos;
- Jovens de 18 a 29 anos;
- Adultos de 30 a 59 anos;



- Pessoas Idosas.

### **CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social**

É um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

#### **Público Atendido**

Pessoas e famílias que sofrem algum tipo de violação de direito, como violência física e/ou psicológica, negligência, violência sexual (abuso e/ou exploração sexual), adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou sob medidas de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia, entre outras.

Para alcançar os objetivos, o PAEFI desenvolve trabalho social realizado pela equipe composta por profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos e advogados. Entre as atividades, estão a identificação das necessidades das pessoas que buscam ou são encaminhadas ao CREAS por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, como Conselhos de direitos, Conselhos Tutelares, Ministério Público e Defensoria Pública; ou pelo Sistema de Segurança Pública atenção especializada; orientação sobre direitos; encaminhamento para outros serviços da Assistência Social e de outras políticas, como saúde, educação, trabalho e renda, habitação; orientação jurídica; acesso à documentação, entre outros.

#### **Medidas Socioeducativas**

O adolescente autor de ato infracional é responsabilizado por determinação judicial a cumprir medidas socioeducativas, que contribuem, de maneira pedagógica, para o acesso a direitos e para a mudança de valores pessoais e sociais dos adolescentes. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas podem acontecer em liberdade, em meio aberto ou, com privação de liberdade, sob internação.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferece o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A finalidade é prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens encaminhados pela Vara de Infância e Juventude. Também cabe ao CREAS fazer o acompanhamento do adolescente, contribuindo no trabalho de responsabilização do ato infracional praticado.

O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto possui interface com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, devendo, assim,



compor o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. O Plano tem como objetivo organizar a rede de atendimento socioeducativo e aprimorar e monitorar a atuação dos responsáveis pelo atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

### **Liberdade Assistida**

O adolescente em medida de Liberdade Assistida é encaminhado ao CREAS, onde será acompanhado e orientado. A Liberdade Assistida pressupõe certa restrição de direitos e um acompanhamento sistemático do adolescente, mas sem impor ao mesmo o afastamento de seu convívio familiar e comunitário.

Essa medida é fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída caso a Justiça determine.

### **Prestação de Serviços à Comunidade**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a prestação de serviços à comunidade consiste na realização de atividades gratuitas de interesse geral, por período não superior a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários governamentais. As tarefas são atribuídas conforme aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência escolar ou jornada normal de trabalho. O cumprimento da medida socioeducativa de PSC não pode dar margem à exploração do trabalho do adolescente.

### **Acompanhamento**

Encaminhado pela Vara de Infância e Juventude, o adolescente é recebido pelo CREAS e orientado sobre as medidas aplicadas pelo juiz. Ele também é informado e encaminhado, caso seja necessário, a outros serviços da assistência social e a outras políticas públicas.

Esse acompanhamento é informado por meio de relatórios à Justiça. O juiz determina a continuidade ou o fim da medida aplicada. Em caso de descumprimento, o juiz pode determinar inclusive a privação de liberdade. O acompanhamento ao adolescente é estabelecido de acordo com os prazos legais: no mínimo seis meses para a medida de Liberdade Assistida e inferior a seis meses para a medida de Prestação de Serviços à Comunidade.

### **Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias**

É um serviço para pessoas com deficiência com algum grau de dependência e suas famílias, que tiveram suas limitações agravadas ou situações que aumentam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.



Esse serviço promove atividades que garantem a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que usam o serviço. Nesse sentido, visa à diminuição da exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, da sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a superação das violações de direitos que fragilizam o indivíduo e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou idosa.

O serviço é ofertado no Centro-Dia, através da APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

### **Público Atendido**

Pessoas com deficiência, que necessitam de cuidados de outras pessoas para realizar atividades básicas diárias. Também são atendidos os cuidadores e familiares.

### **Brasil Amigo da Pessoa Idosa**

O governo federal propôs a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa como um caminho para o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável para todas as pessoas – inclusive aquelas que vão envelhecer.

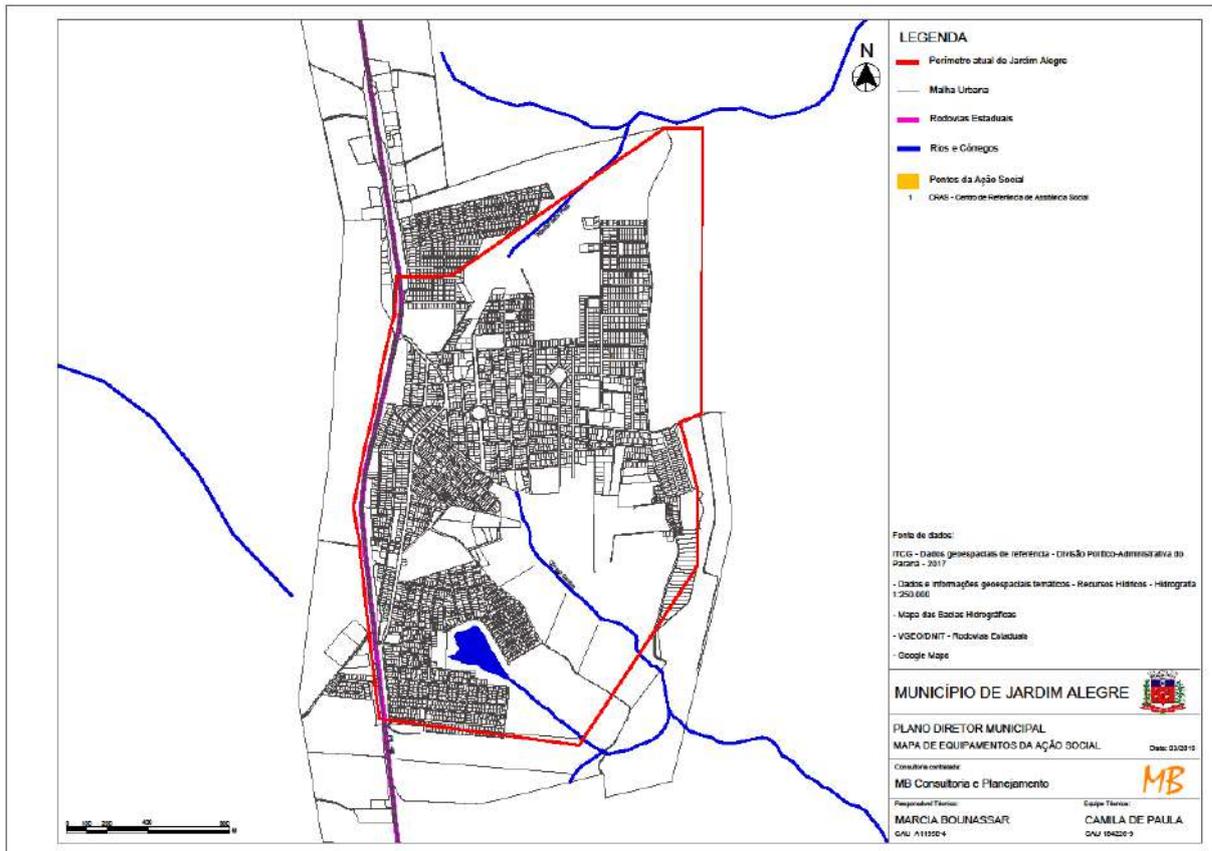
A Estratégia é voltada, preferencialmente, à população idosa vulnerável e, complementarmente, a todas as pessoas idosas. O foco se justifica já que passa de 6 milhões o número de idosos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), enquanto o total de famílias cadastradas, em dezembro de 2017, era de 26,9 milhões.

Destaca-se o compromisso da Estratégia com a efetividade do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), que tem como objetivo garantir os direitos das pessoas idosas, em todos os setores, propondo políticas públicas para as especificidades da população idosa.

Na implementação da Estratégia, a responsabilidade dos municípios e das lideranças comunitárias é compartilhada com os Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa e com as entidades da sociedade civil que desejarem participar.

O município de Jardim Alegre realizou a adesão ao programa pelo interesse em tornar sua cidade mais amiga das pessoas idosas tornando-se promotora do envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável.

A Assistência Social é responsável pela Coordenação em nível local (originalmente), encarregando-se de indicar dois servidores para comporem a equipe de apoio, que já passaram por capacitação para se tornarem usuários do SISBAPI – Sistema Brasil Amigo da Pessoa Idosa.



**Figura 11 – Equipamentos de Educação de Jardim Alegre.**  
Fonte: ITCG (2010).



### 3. POPULAÇÃO FOCO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

A caracterização da população tem como objetivo fundamentar as necessidades habitacionais da população de baixa renda (0 a 3 salários mínimos), foco das Políticas Habitacionais de Interesse Social de Jardim Alegre. Para melhor entendimento, as variáveis que se mostraram mais ilustrativas para caracterizar esta população foram **escolaridade e renda dos responsáveis pelos domicílios** e serão apresentadas no item 3 a seguir.

### 4. DIAGNOSTICO HABITACIONAL: BASE DE DADOS E DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

Para a caracterização do perfil habitacional de Jardim Alegre foram utilizados e analisados dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, base de dados socioeconômica oficial e mais atualizada. Para fins de levantamento censitário o IBGE divide os municípios em setores censitários, que de acordo com o IBGE (2010):

[...] é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País.

Portanto, nem sempre o setor censitário segue a delimitação dos bairros, mas por se tratar da principal fonte de dados disponíveis para elaboração do PLHIS optou-se por utilizar desta delimitação geográfica para exposição dos resultados e proposta de áreas de planejamento que poderão no decorrer do próprio planejamento, serem compatibilizadas à delimitação dos bairros do município.

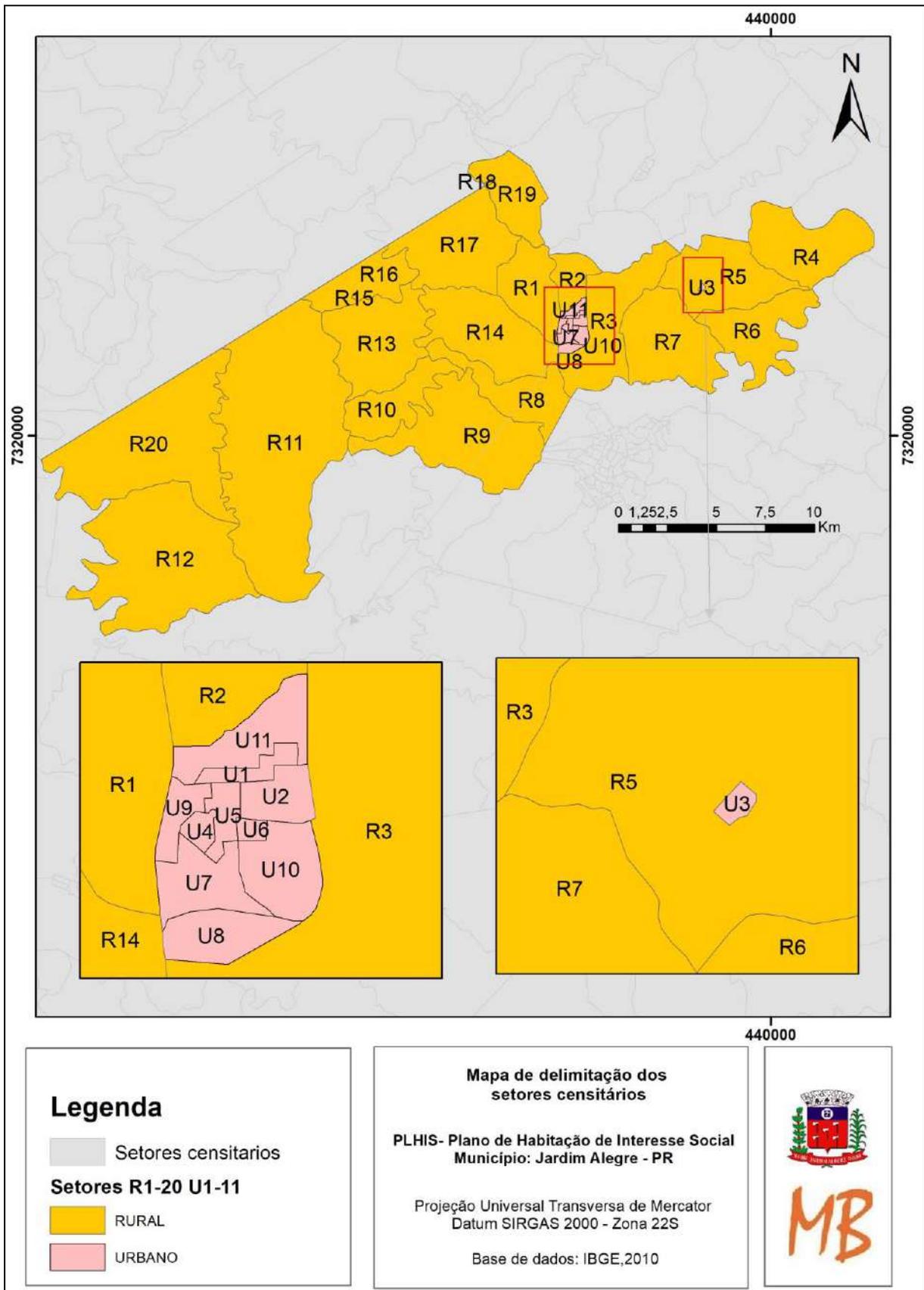
No mapa a seguir apresenta-se a delimitação dos setores censitários conforme IBGE (2010) e seus respectivos códigos de identificação. Em Jardim Alegre foram delimitados 31 setores, sendo 20 na área rural cujo código inicia-se com a letra R, seguido de uma sequência numérica de 1 a 20 e na área urbana foram delimitados 11 setores, sendo que estes iniciam-se com a letra U e seguem a sequência numérica de 1 a 11.



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



**Figura 12 – Limites e códigos dos setores censitários.**

Fonte: IBGE (2010).



## 5. CONDIÇÕES DE ESCOLARIDADE E RENDA DA POPULAÇÃO FOCO

### 5.1 ESCOLARIDADE

Este item levou em consideração o nível de escolaridade das pessoas com 10 ou mais anos de idade por grupo de estudo, divididos em seis classes de acordo com os anos de estudo correspondente aos níveis de ensino: sem escolaridade (menos de 1 ano de estudo); nível fundamental (1 a 3 anos de estudo); nível fundamental (4 a 7 anos de estudo); nível médio (8 a 10 anos de estudo); nível superior (11 a 14 anos de estudo e pós-graduação (mais de 15 anos de estudo). A Tabela a seguir sintetiza a quantidade de responsáveis por nível de escolaridade.

**Tabela 7 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupo de anos de estudo**

Nível de escolaridade	Número de pessoas
Sem instrução e menos de 1 ano	1.955
Fundamental (1 a 3 anos de estudo)	2.512
Fundamental (4 a 7 anos de estudo)	3.572
Médio (8 a 10 anos de estudo)	1.899
Superior (11 a 14 anos de estudo)	1.027
Pós-graduação (mais de 15 anos de estudo)	110
Não determinados	109
TOTAL	11.185

Fonte: IBGE (2000 – base de dados oficiais mais recentes).

Com relação ao nível de escolaridade das pessoas com mais de 10 anos de idade no município de Jardim Alegre, verifica-se que a maior parcela da população possui nível de ensino fundamental, aproximadamente 54% do total. Na categoria ensino superior, foram registrados no período, 1.027 pessoas e, apenas 110 apresentaram mais de 15 anos de estudo, caracterizando ensino superior com nível de pós-graduação.

### 5.2 RENDIMENTOS POR DOMICÍLIO

Os dados do censo de 2010 mostram que a renda média nominal mensal predominante dos domicílios no município de Jardim Alegre é de menos de 2 salários mínimos, cerca de 90% do total dos domicílios, desses, 1.482 domicílios possuem renda média de até 1 salário mínimo. Domicílios sem rendimento abrangem aproximadamente 4% do total e menos de 0,5% dos domicílios apresentam renda mensal acima de 10 salários mínimos. Importante ressaltar que os dados oficiais referem-se ao ano de 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00.



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

**Tabela 8 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*.**

<b>Classes de rendimento</b>	<b>Número de domicílios</b>	<b>Percentual</b>
Menos de 2 salários mínimos	3609	89,53
De 2 a 3 salários mínimos	142	3,52
De 3 a 5 salários mínimos	82	2,03
De 5 a 10 salários mínimos	31	0,77
Domicílios com mais de 10 salários mínimos	9	0,22
Domicílios sem rendimento	158	3,92
<b>TOTAL</b>	<b>4.031</b>	<b>100</b>

**Fonte:** IBGE (2010).

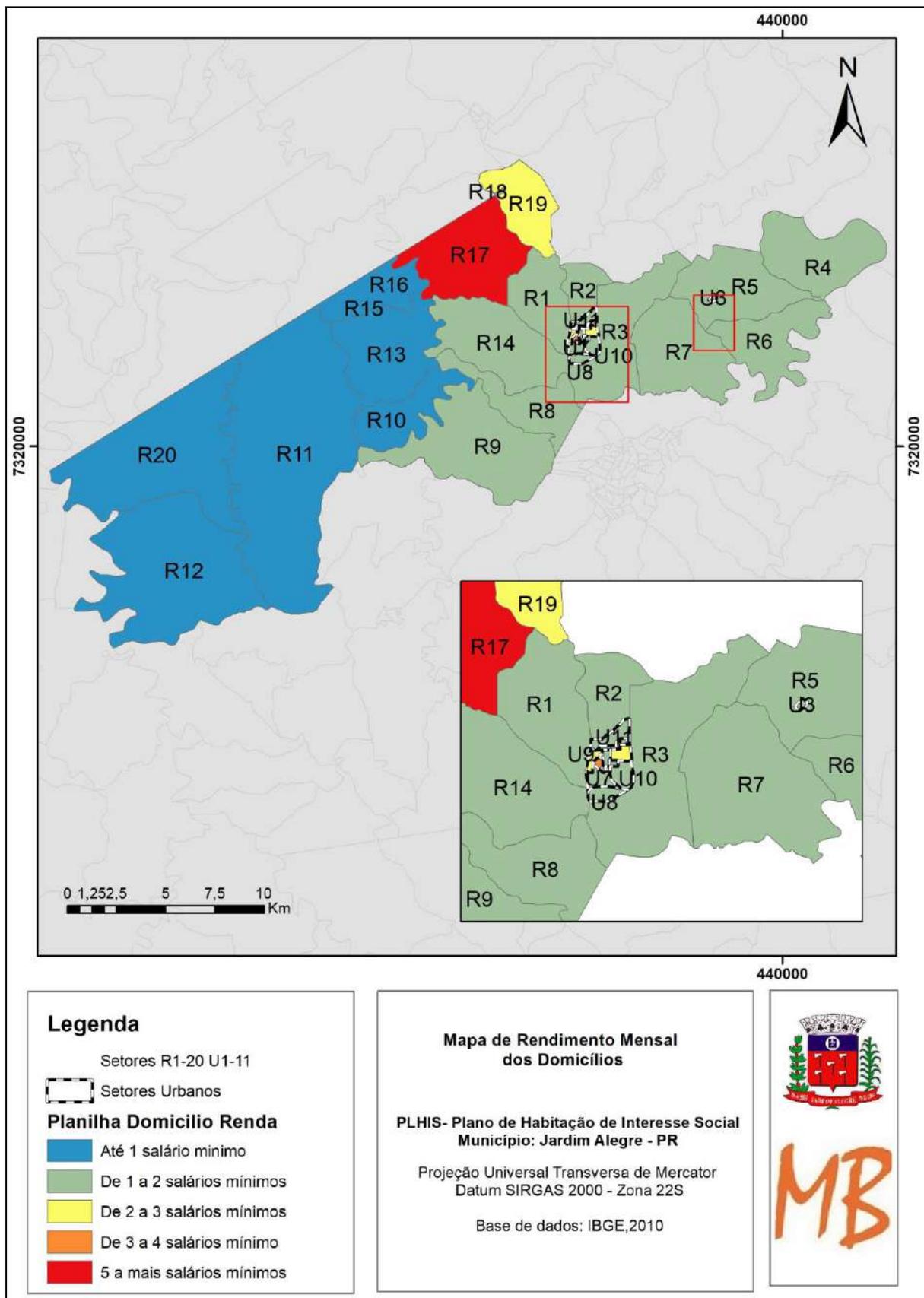
Quanto à região onde se encontram os domicílios com o melhor índice de renda mensal: 5 a mais salários mínimos, destaca-se o setor censitário rural em vermelho na região do extremo noroeste do município, setor R7. Na área urbana boa parte dos domicílios mantem rendimento mensal de até dois salários mínimos, indicando no máximo rendimento de 3 a 4 salários mínimos. Com relação as piores condições: domicílio com renda de até 1 salário mínimo, destaque para os setores em azul no mapa, setores rurais localizados na região oeste de Jardim Alegre (Figura 13).



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



**Figura 13 – Rendimento salarial médio dos domicílios por setor censitário.**  
Fonte: IBGE (2010).



## 6. NECESSIDADES HABITACIONAIS

A habitação é um dos elementos fundamentais que está ligada intimamente a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Baseia-se na premissa de que o direito à moradia é um direito básico<sup>2</sup> do ser humano, numa perspectiva de inserir e incluir as pessoas, num contexto urbano ou rural, no conjunto da cidade, ou seja, o de não focalizar apenas o acesso à casa de forma isolada, mas o de garantir a infraestrutura, serviços públicos, equipamentos sociais, acessibilidade e mobilidade. Além disso, as pessoas necessitam de uma habitação que lhes assegure também um isolamento do meio natural, protegendo do frio, do vento, da chuva, bem como um isolamento do meio social, oferecendo privacidade e comodidade.

A mensuração e qualificação das necessidades habitacionais existentes em Jardim Alegre são elementos essenciais e referências básicas para a formulação adequada das diretrizes, objetivos e metas para oferta de serviços habitacionais capazes de nortear a definição de estratégias e instrumentos para o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Uma vez bem identificadas e mensuradas, essas necessidades podem ser qualificadas e hierarquizadas de acordo com as prioridades de atendimento e os recursos a serem alocados. O grande desafio é superar as limitações existentes nas pesquisas censitárias e amostrais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas limitações dizem respeito, principalmente, a lacunas e problemas conceituais na definição das variáveis pesquisadas.

A metodologia usada para cálculo das necessidades habitacionais sobre a realidade habitacional de Jardim Alegre fundamenta-se na desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP) e publicações dos pesquisadores envolvidos com este instituto em periódicos renomados, e ainda tem como base os dados produzidos pelo IBGE, particularmente o Censo Demográfico de 2010, adotada pelo Ministério das Cidades como referencial básico para o diagnóstico nacional e visitas *in loco*.

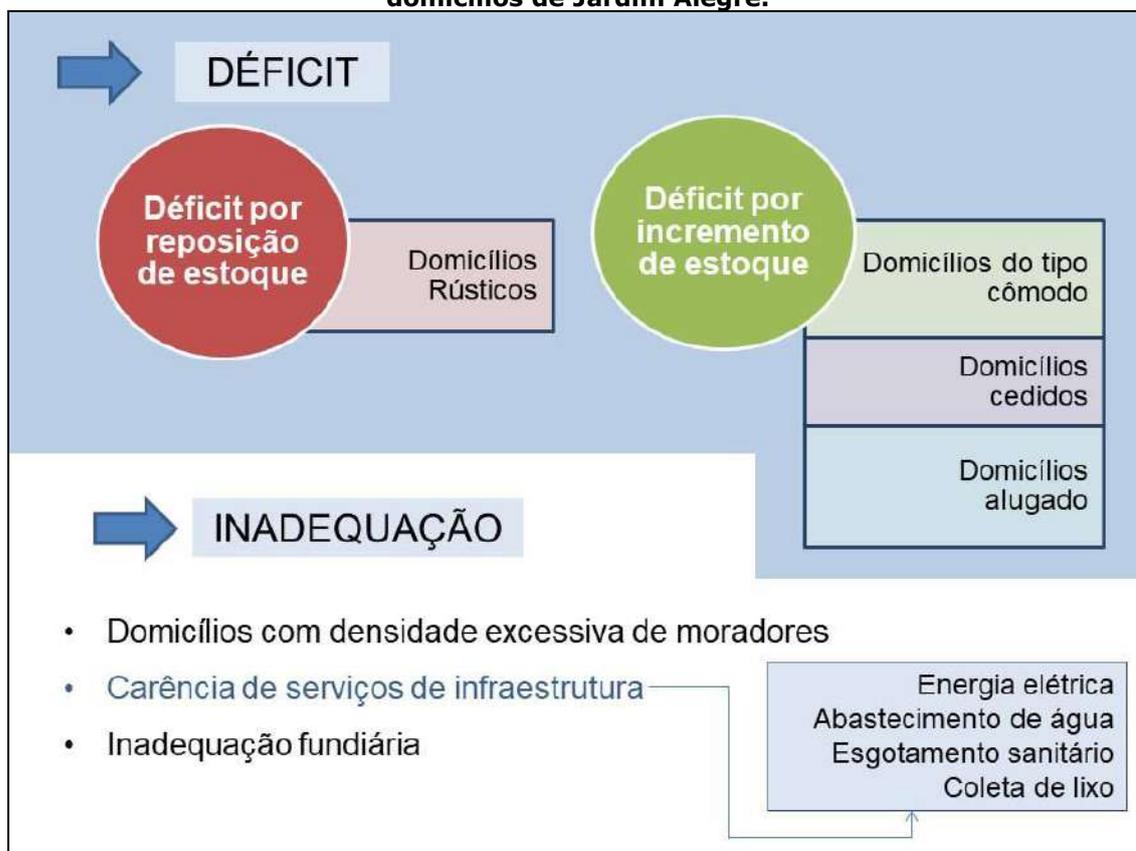
Essa abordagem do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município visa não apenas a tarefa de enfrentar o déficit habitacional através da construção de novas unidades em novos terrenos, mas também a preocupação com as condições das habitações existentes, cuja resolução está relacionada a melhorias nas unidades, como reforma e ampliação, ou melhorias no entorno, como problemas de infraestrutura, ou seja, com a qualidade de vida de seus moradores.

<sup>2</sup> O direito à moradia é um direito básico do ser humano estando anexado à Declaração Universal de Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, entretanto cerca de um bilhão de pessoas não têm acesso à habitação saudável e segura, segundo SAULE JR, Nelson. *O Direito à Moradia como Responsabilidade do Estado Brasileiro*. In SAULE JR, Nelson (coord). *Direito à Cidade: Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis*. São Paulo: Editora Max Limonad / Instituto Pólis, 1999, pg. 82.

Segundo a FJP (2005), com a preocupação de identificar as carências, principalmente da população de baixa renda, os números, tanto do déficit quanto da inadequação dos domicílios, foram explicitados para diversas faixas de renda familiar. Tais números têm como enfoque as famílias com até três salários mínimos de renda.

A figura a seguir sintetiza os principais aspectos metodológicos adotados pela FJP para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil em 2005 e adaptados para o município de Jardim Alegre (2010).

**Tabela 9 – Fluxo metodológico para levantamento do déficit e da inadequação dos domicílios de Jardim Alegre.**



Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro (FJP, 2005).

Na tentativa de suprir a falta de alguns dados e se aproximar mais da realidade de Jardim Alegre, foram feitas pequenas adaptações metodológicas. A primeira delas segue a adaptação já feita pela FJP diante da supressão, no Censo de 2000, da variável relativa aos materiais empregados nas paredes externas do domicílio, base para a classificação do **domicílio rústico**, a FJP adotou um método indireto para o cálculo, utilizando a variável presença ou não de banheiro no domicílio, variável que apresentou maior correlação com os domicílios rústicos. Porém, observando que este é, também, um dado relativo à inadequação habitacional, resolveu-se adotar para o cálculo do déficit habitacional a variável domicílios particulares permanentes sem banheiro, nem sanitário (V023).



Segundo o IBGE (2001), banheiro é o cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira, e aparelho sanitário, enquanto que sanitário é o local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que dispunha de aparelho sanitário ou buraco para dejeções. Assim, resolveu-se adotar a variável domicílios particulares permanentes sem banheiro no cálculo da inadequação habitacional e a variável domicílios particulares permanentes sem banheiro, nem sanitário no cálculo do déficit habitacional.

Houve, também, uma adaptação com relação à densidade excessiva de moradores por dormitório, dado não constante no censo. Esta variável foi substituída pelo número de moradores por domicílio. Outro cuidado foi não sobrepor os domicílios cedidos aos domicílios do tipo cômodo, assim, somou-se apenas os domicílios cedidos do tipo casa e apartamento.

## **6.1 DÉFICIT HABITACIONAL**

De acordo com o conceito adotado, o déficit habitacional está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias que engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas, devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias conviventes), aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas. Inclui-se ainda a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição do estoque e como déficit por incremento de estoque.

Dessa forma, para utilizar as informações disponíveis será mensurado o déficit utilizando as variáveis do IBGE em cada setor agregado urbano correspondendo a:

- Domicílios particulares permanentes sem banheiro, nem sanitário (*domicílio rústico*);
- Domicílios particulares improvisados;
- Domicílios particulares permanentes alugados;
- Domicílios particulares permanentes cedidos.

### **6.1.1 Déficit por reposição de estoque**

O déficit habitacional por reposição de estoque é composto pelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções (domicílios rústicos) ou devido ao desgaste da estrutura física (domicílios com mais de 50 anos de construção).



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

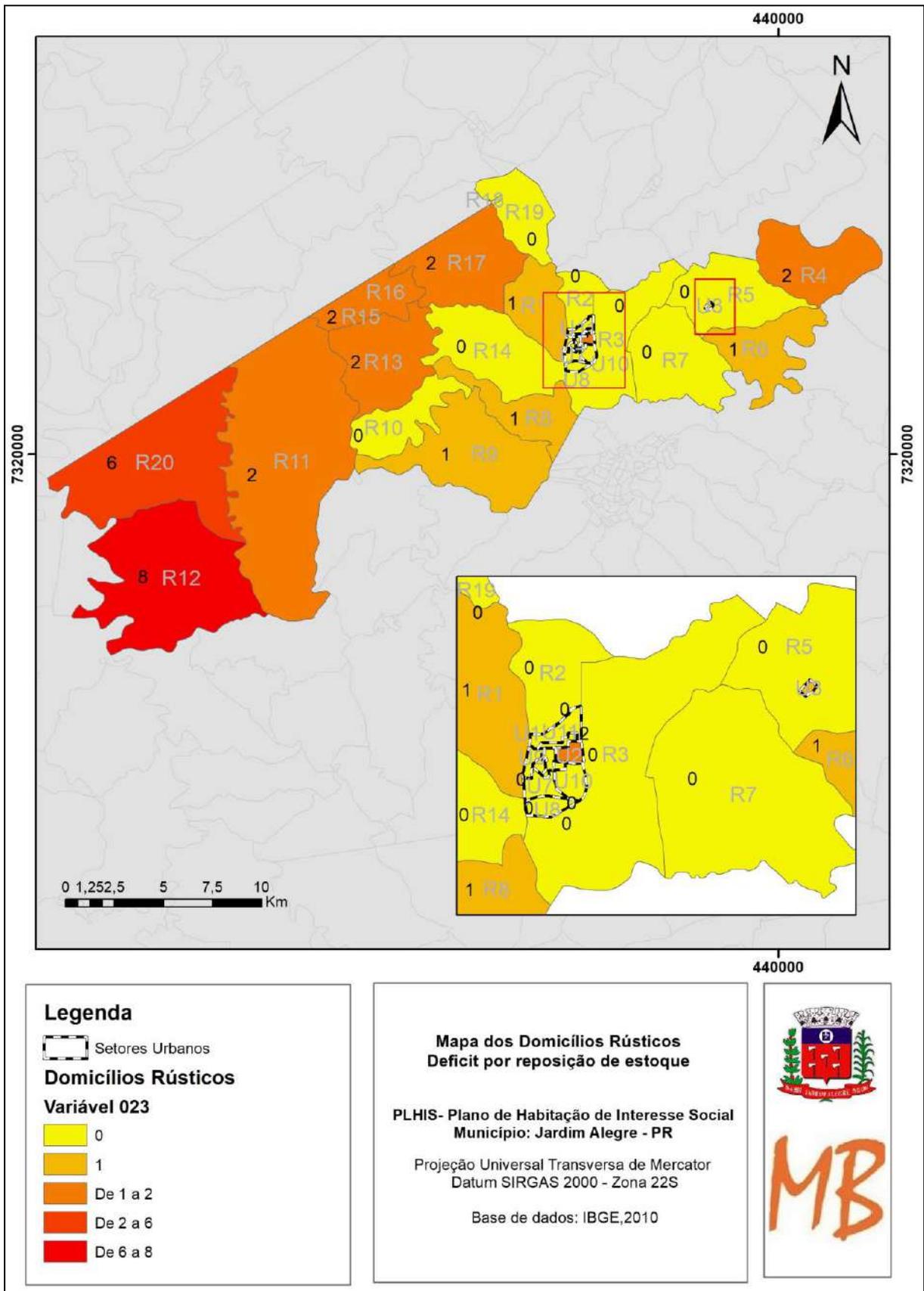
### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

Como não foi possível diagnosticar os domicílios com desgaste da estrutura física, uma vez que não se pode avaliar a estrutura das construções apenas pela sua idade, já que esta pode ter passado por reformas estruturais ou melhorias, esta variável não foi utilizada para o cálculo do déficit por reposição de estoque.

Quanto aos domicílios rústicos, o censo do IBGE de 2010 não forneceu informações sobre o material empregado nas paredes externas, base para classificação dos domicílios rústicos. Assim, de acordo com análises da FJP, a variável "presença ou não de banheiro no domicílio" demonstrou maior correlação com os domicílios rústicos.

Os dados do censo de 2010 mostram que existem 32 domicílios com estas características em Jardim Alegre. Sobrepondo os setores censitários do IBGE a malha urbana do município, observou-se que a região oeste apresenta os maiores déficits, principalmente na área rural. Ao todo, o déficit habitacional por reposição de estoque observado na área urbana de Jardim Alegre foi de 2 moradias (Figura 13). Na área rural de Jardim Alegre, o déficit habitacional por reposição de estoque observado foi, portanto, de 30 moradias (Figura 14).



**Figura 14 – Déficit habitacional por reposição de estoque (domicílios rústicos).**  
 Fonte: IBGE (2010).



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

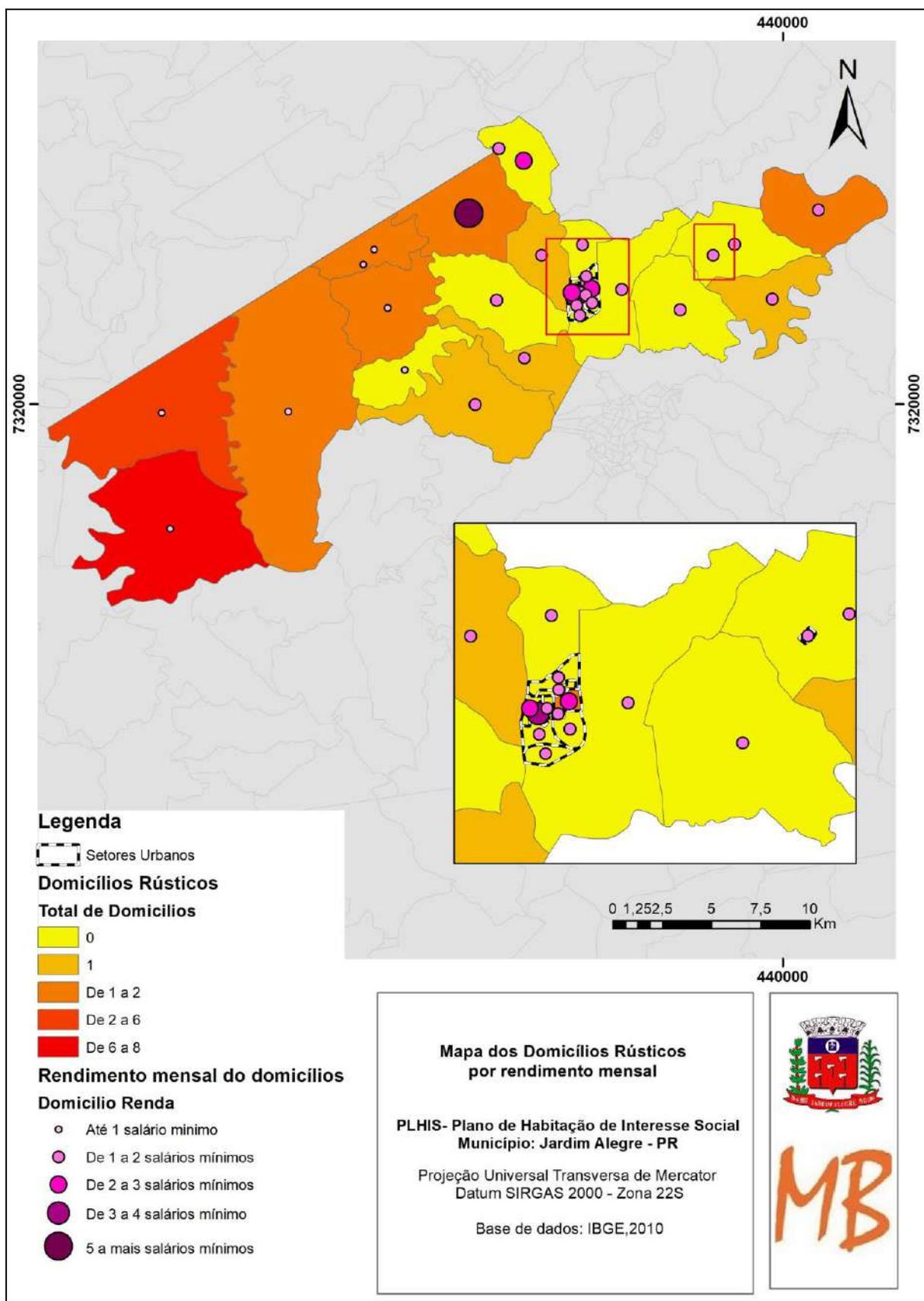
### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

Como colocado por FJP (2005), com a preocupação de identificar as carências, principalmente da população de baixa renda, os números do déficit foram explicitados para diversas faixas de renda familiar, com enfoque para as famílias com até três salários mínimos de renda.

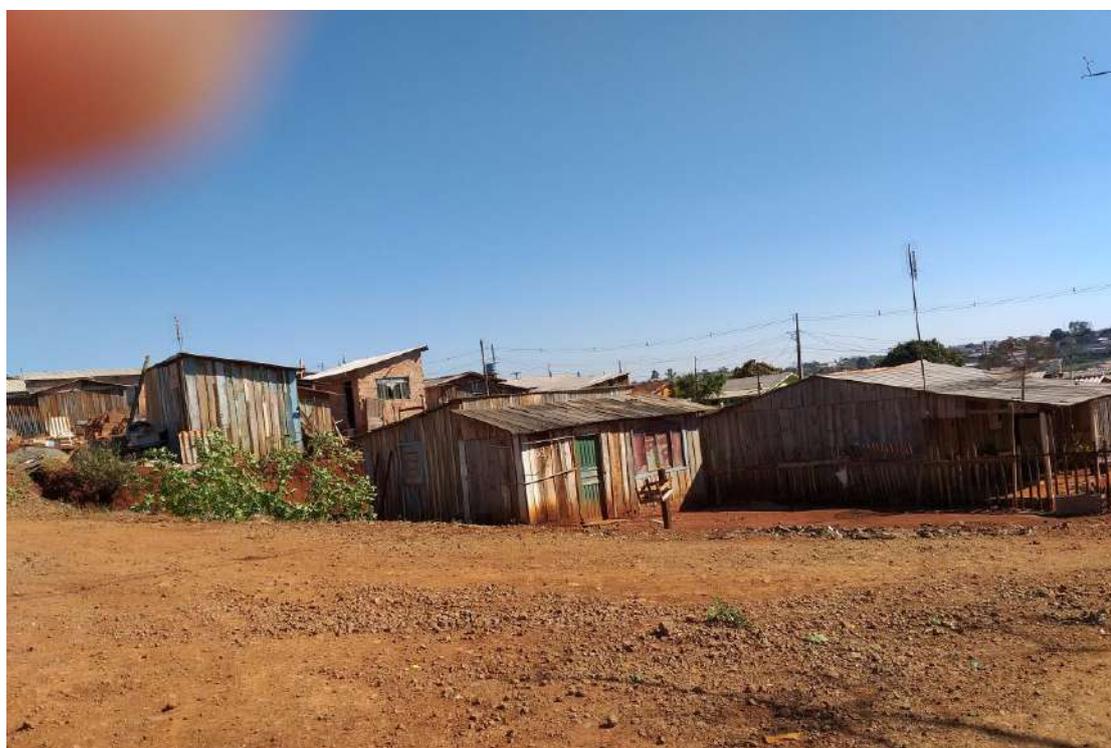
Ao analisarmos este déficit por reposição de estoque com relação ao rendimento mensal da população da área urbana de Jardim Alegre (Figura 15), observou-se que as áreas que correspondem ao maior déficit habitacional por reposição de estoque estão em locais onde a média salarial é de até 1 salário mínimo.



**Figura 15 – Déficit habitacional por reposição de estoque (domicílios rústicos) relacionado ao rendimento salarial médio.**  
Fonte: IBGE (2010).



**Figura 16 – Moradia precária.**  
Fonte: MB Consultoria (2019).



**Figura 17 – Moradia precária.**  
Fonte: MB Consultoria (2019).



### **6.1.2 Déficit por Incremento de Estoque**

O déficit habitacional por incremento de estoque é composto por:

- a) Domicílios improvisados - locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia, tais como barracas, viadutos, prédios em construção, carros etc., denotando necessidade de novas habitações;
- b) Domicílios do tipo Cômodo - Famílias que moram em quartos ou cômodos usando de forma comum áreas de acesso e equipamentos sanitários, sem privacidade;
- c) Famílias com ônus excessivo com aluguel - consideram-se famílias com renda familiar de até três salários mínimos mensais, que comprometem 30% ou mais de sua renda com o pagamento de aluguel;
- e) Famílias que moram em residências cedidas - Famílias com renda de até três salários mínimos mensais, que residem em domicílios cedidos por empregador, familiares ou outro.

#### **6.1.2.1 Domicílios Improvisados e do tipo cômodo**

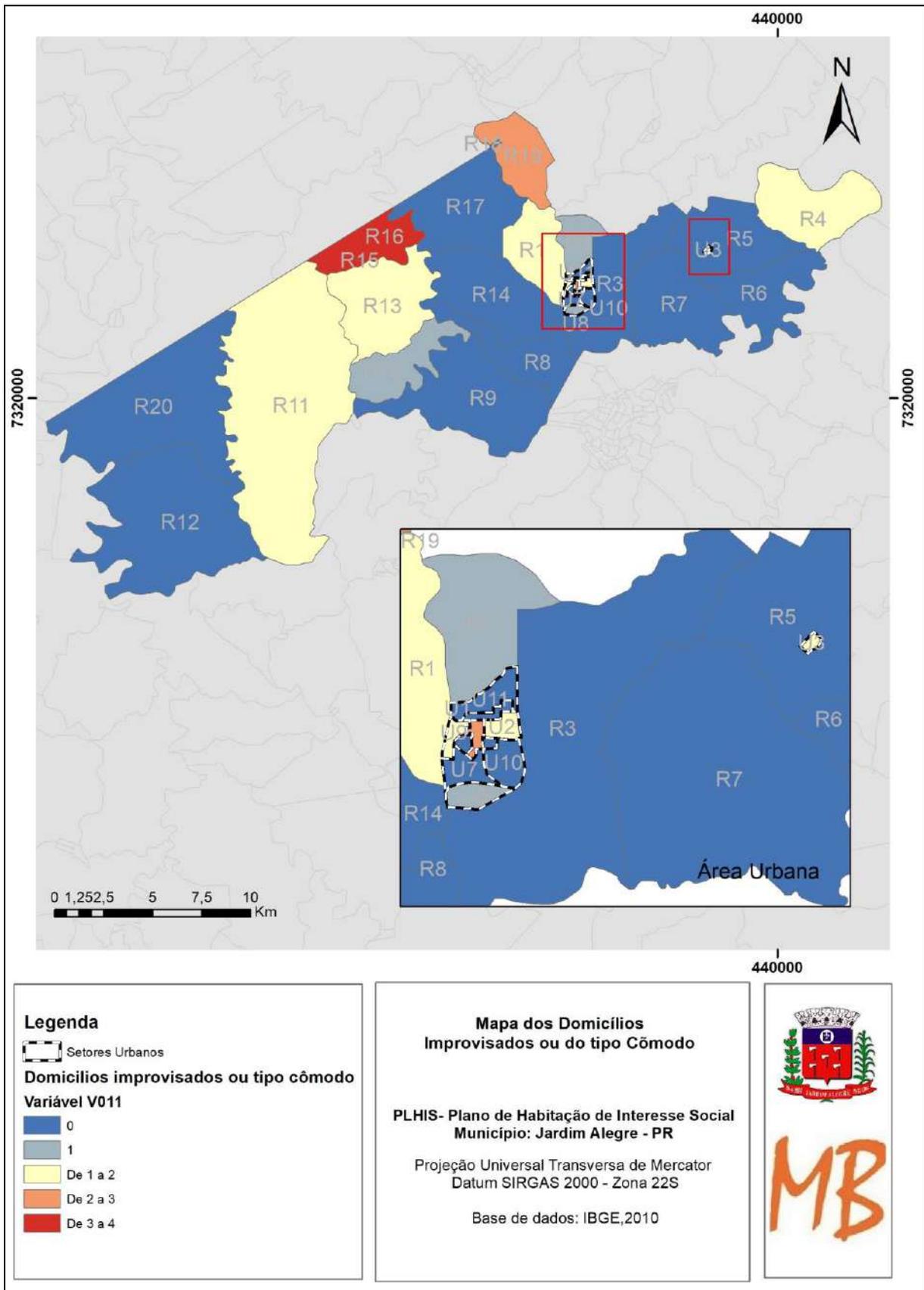
Considerando os dados disponibilizados pelo IBGE, estima-se que atualmente o município de Jardim Alegre possua aproximadamente 31 domicílios improvisados ou do tipo cômodo. É possível observar a espacialização dos casos no mapa da Figura 18. Ainda, vale destacar que a área onde encontra o maior número de domicílios nesta condição (4 domicílios) apresenta uma renda média de até 1 salário mínimo.



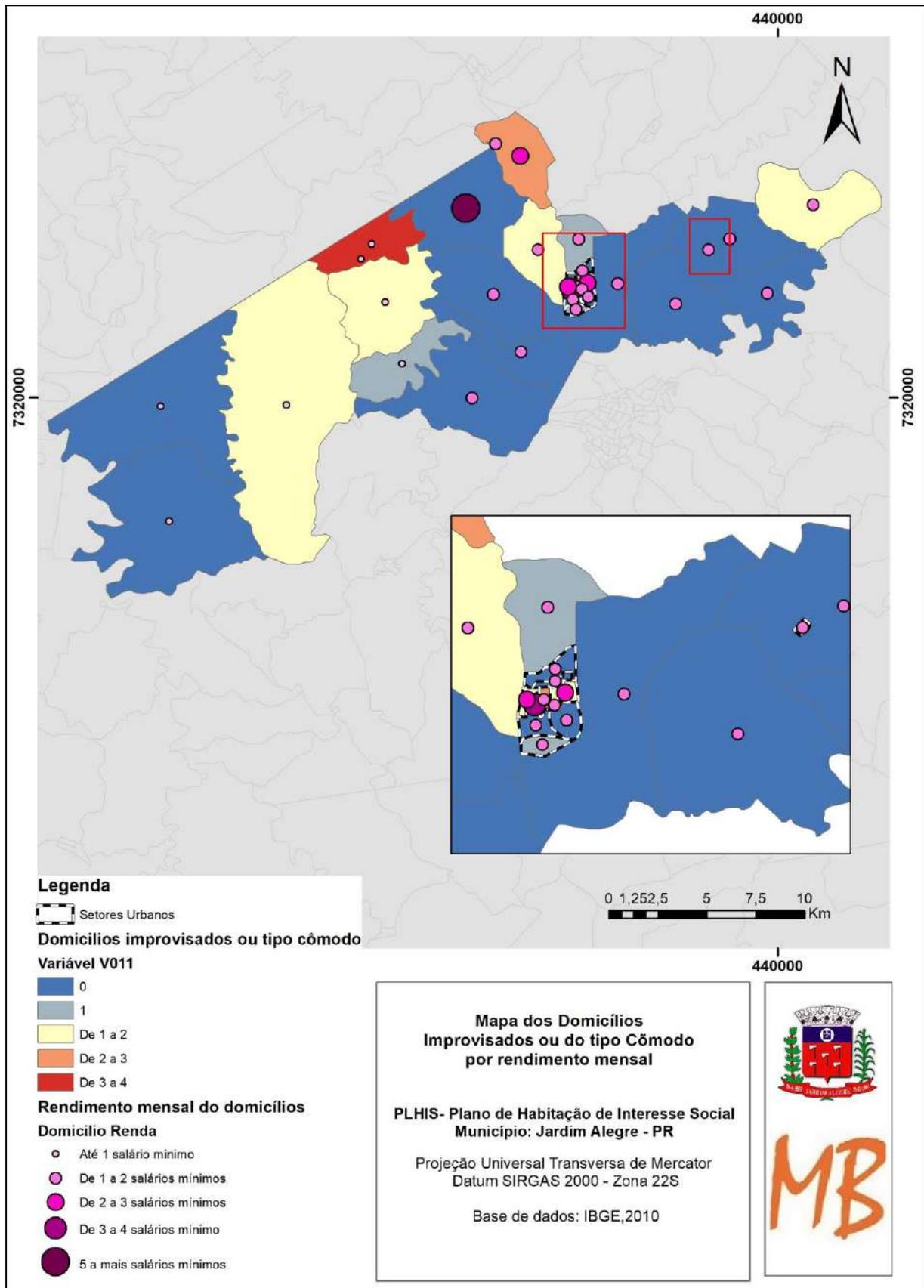
# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



**Figura 18 – Domicílios improvisados e/ou do tipo cômodo em Jardim Alegre.**  
Fonte: IBGE (2010).



**Figura 19 – Domicílios improvisados e/ou do tipo cômodo em Jardim Alegre.**  
 Fonte: IBGE (2010).



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
Plano de Habitação de Interesse Social  
Diagnóstico do Setor Habitacional

### 6.1.2.2 Famílias que moram em Domicílios Cedidos e Domicílios alugados

De acordo com dados do Censo IBGE, no ano 2010 o Município de Jardim Alegre apresentava na área urbana 209 domicílios particulares permanentes cedidos por empregador ou cedidos de outra forma. Na área rural foram levantados 361 domicílios cedidos (IBGE, 2010). Os setores rurais que apresentam mais domicílios nesta categoria são: **R3 e R9** enquanto que na área urbana destacam-se os setores **U2, U7 e U8** (Tabela 10 e Figura 20).

**Tabela 10. Relação de domicílios totais por domicílios cedidos rurais em Jardim Alegre**

Setores	Tipo	Total de Domicílios	Domicílios cedidos	Porcentagem
R1	RURAL	93	20	22
R2	RURAL	43	29	67
<b>R3</b>	<b>RURAL</b>	<b>132</b>	<b>41</b>	<b>31</b>
R4	RURAL	42	22	52
R5	RURAL	61	25	41
R6	RURAL	64	17	27
R7	RURAL	56	23	41
R8	RURAL	36	18	50
<b>R9</b>	<b>RURAL</b>	<b>64</b>	<b>33</b>	<b>52</b>
R10	RURAL	31	3	10
R11	RURAL	271	21	8
R12	RURAL	161	8	5
R13	RURAL	66	27	41
R14	RURAL	78	21	27
R15	RURAL	59	5	8
R16	RURAL	39	9	23
R17	RURAL	53	26	49
R18	RURAL	78	5	6
R19	RURAL	32	8	25
R20	RURAL	158	0	0

Fonte: IBGE, 2010.

**Tabela 11. Relação de domicílios totais por domicílios cedidos urbanos em Jardim Alegre**

Setores	Tipo	Total de Domicílios	Domicílios cedidos	Porcentagem
U1	URBANO	163	3	2
<b>U2</b>	<b>URBANO</b>	<b>319</b>	<b>35</b>	<b>11</b>
U3	URBANO	102	13	13
U4	URBANO	177	15	8
U5	URBANO	300	12	4
U6	URBANO	114	10	9
<b>U7</b>	<b>URBANO</b>	<b>345</b>	<b>40</b>	<b>12</b>



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

---

<b>U8</b>	<b>URBANO</b>	<b>220</b>	<b>38</b>	<b>17</b>
U9	URBANO	273	22	8
U10	URBANO	221	10	5
U11	URBANO	189	11	6

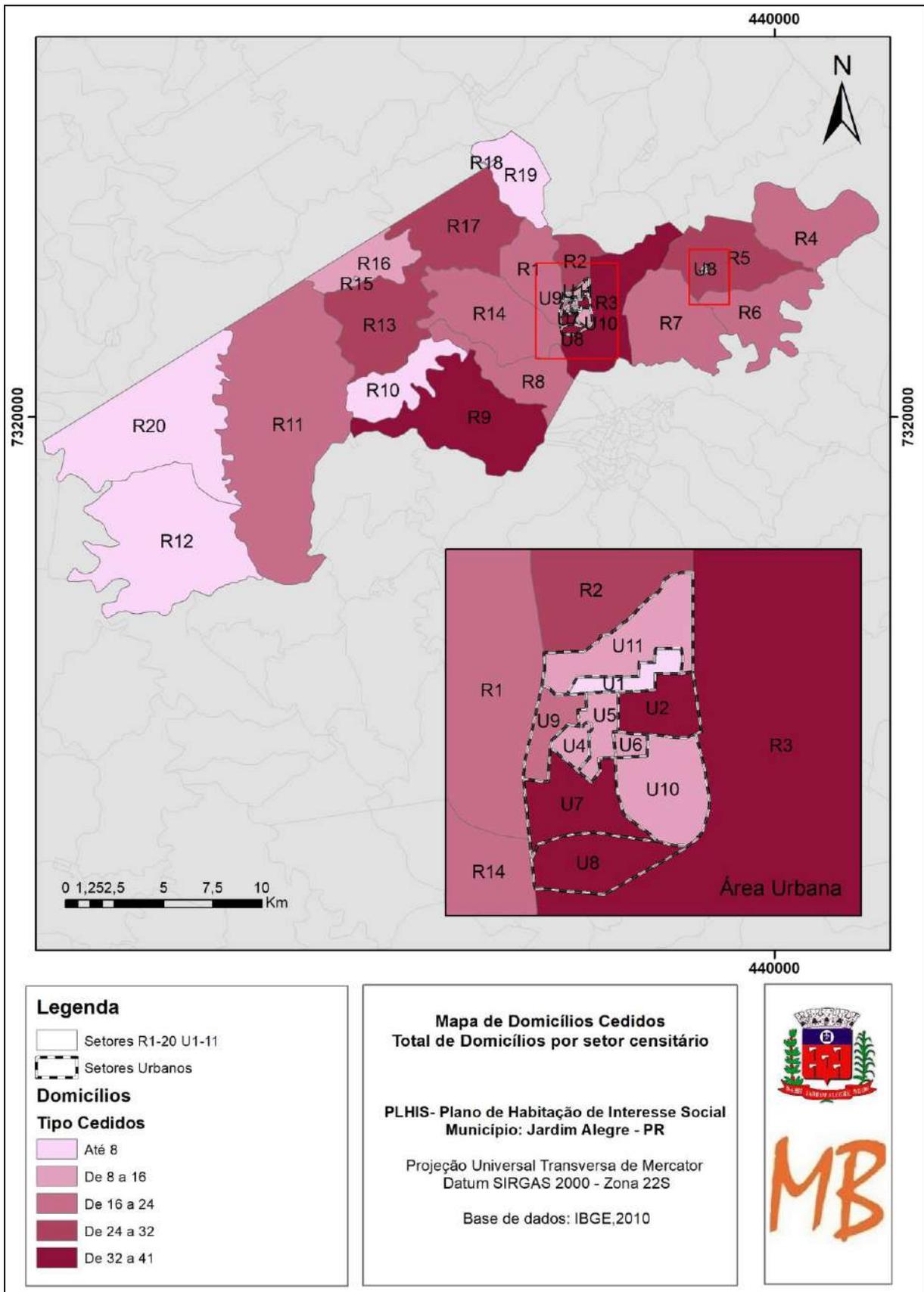
**Fonte:** IBGE, 2010.



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



**Figura 20 – Domicílios cedidos em Jardim Alegre.**  
Fonte: IBGE (2010).



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
Plano de Habitação de Interesse Social  
Diagnóstico do Setor Habitacional

Quanto aos domicílios alugados, observa-se uma maior concentração de domicílios nesta categoria na área urbana, no total são 534 domicílios, sendo 509 na área urbana e 25 na área rural. Na área rural destaca-se o setor **R1**, já na área urbana, observa-se uma média muito próxima de domicílios alugados em todos os setores urbanos - cerca de 20% dos domicílios para cada setor são alugados, exceção é observada nos setores **U3 e U11** (Figura 21 e Tabelas 12 e 13).

**Tabela 12. Relação de domicílios totais por domicílios alugados rurais em Jardim Alegre**

Setores	Tipo	Total de Domicílios	Domicílios Alugados	Porcentagem
<b>R1</b>	<b>RURAL</b>	<b>93</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
R2	RURAL	43	0	0
R3	RURAL	132	2	2
R4	RURAL	42	0	0
R5	RURAL	61	1	2
R6	RURAL	64	1	2
R7	RURAL	56	0	0
R8	RURAL	36	0	0
R9	RURAL	64	0	0
R10	RURAL	31	0	0
R11	RURAL	271	0	0
R12	RURAL	161	0	0
R13	RURAL	66	0	0
R14	RURAL	78	0	0
R15	RURAL	59	2	3
R16	RURAL	39	0	0
R17	RURAL	53	0	0
R18	RURAL	78	7	9
R19	RURAL	32	1	3
R20	RURAL	158	0	0

Fonte: IBGE, 2010.

**Tabela 13. Relação de domicílios totais por domicílios alugados urbanos em Jardim Alegre**

Setores	Tipo	Total de Domicílios	Domicílios Alugados	Porcentagem
U1	URBANO	163	32	20
U2	URBANO	319	66	21
U3	URBANO	102	8	8
U4	URBANO	177	46	26
U5	URBANO	300	82	27
U6	URBANO	114	32	28
U7	URBANO	345	80	23
U8	URBANO	220	35	16
U9	URBANO	273	64	23



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

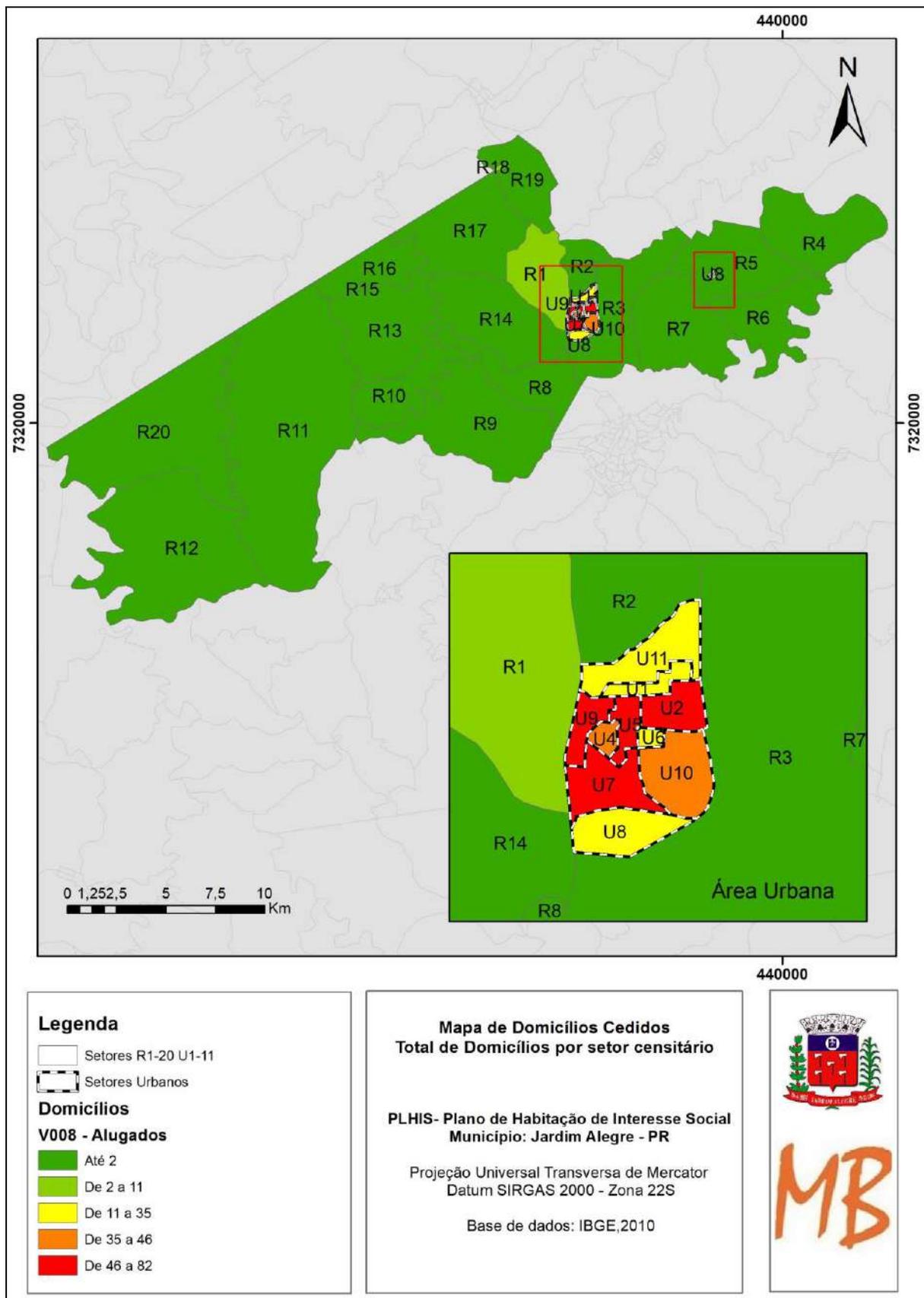
## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

U10	URBANO	221	42	19
U11	URBANO	189	22	12

**Fonte:** IBGE, 2010.



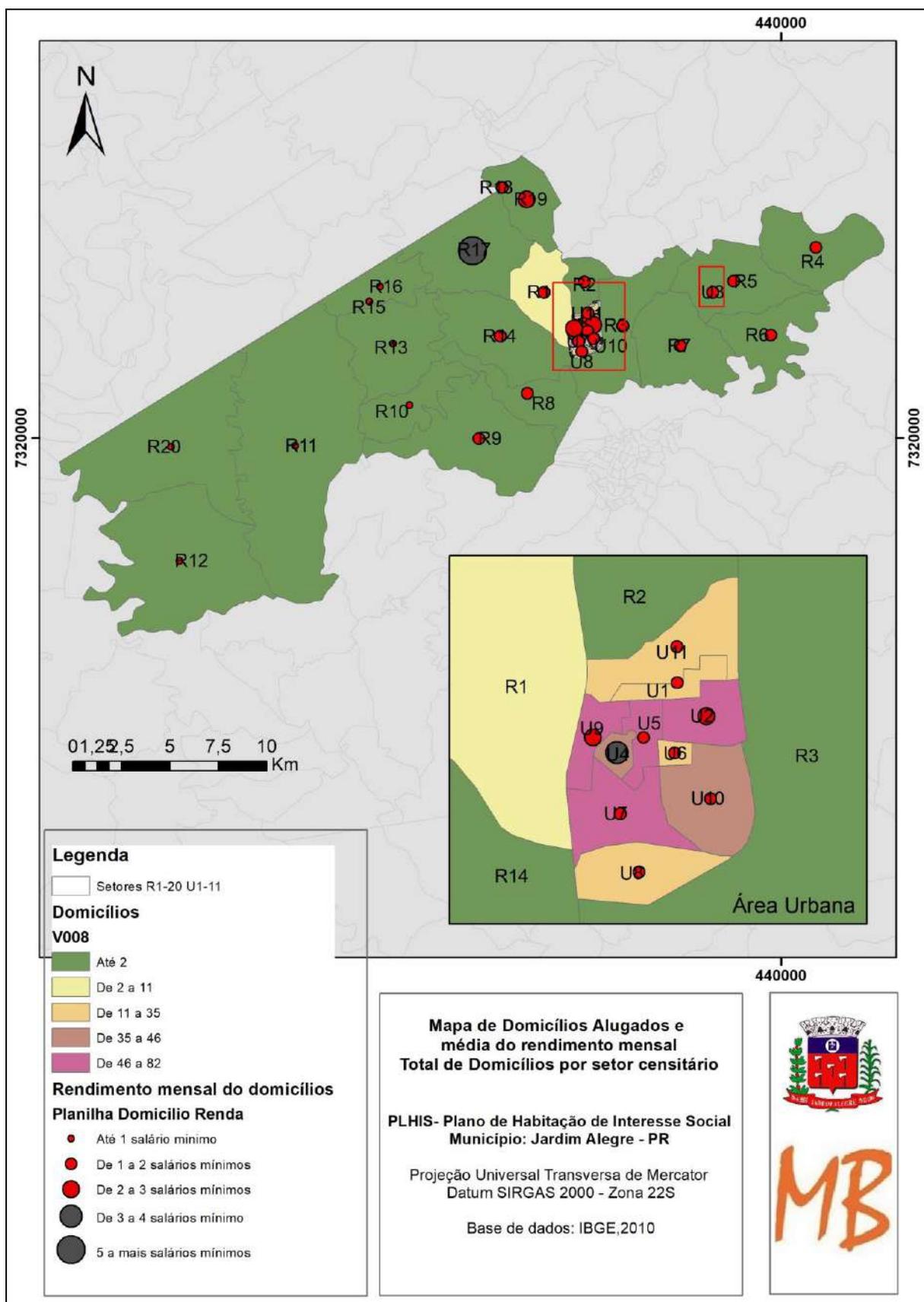
**Figura 21- Domicílios alugados em Jardim Alegre.**  
**Fonte: IBGE (2010).**



### **6.1.2.3 Famílias com Ônus Excessivo com Aluguel**

Esta variável também é bastante relativa quanto ao resultado de sua quantificação através dos dados do Censo, de forma que é possível identificar as áreas de maior dependência e com rendimentos mensais de até 3 salários mínimos, tal identificação poderá ser utilizada como instrumento para priorização de áreas de investimentos.

Os dados mostram que boa parte dos setores com o maior número de domicílios em situação de aluguel também são os setores onde a média de rendimento mensal é de até 3 salários mínimos (Figura 22). Tais setores concentram-se na área urbana, destacados em roxo no mapa: **U5, U2, U9 e U7**. Estima-se que nestas áreas as famílias comprometam mais de 30% de seu rendimento com custos de aluguel.



**Figura 22 – Domicílios alugados por rendimento médio mensal em Jardim Alegre.**

Fonte: IBGE (2010).



### 6.1.3 Resultados do Déficit Habitacional por Incremento de Estoque

Considerando os dados disponíveis pelo Censo IBGE (2010) o déficit habitacional por incremento de estoque no município de Jardim Alegre é de **1135** habitações. Fizeram parte deste cálculo os componentes: domicílios improvisados e do tipo cômodo; domicílios com famílias que moram em habitações alugadas e domicílios cedidos. Dos componentes analisados, as famílias residentes em domicílios cedidos foram as que mais contribuíram para o déficit: 570 no total, seguido dos domicílios alugados: 534.

**Tabela 14 – Déficit habitacional por incremento de estoque de Jardim Alegre.**

Variável	Total	Urbano	Rural
<b>Domicílios Improvisados e do tipo cômodo</b>	<b>31</b>	10	21
<b>Famílias que Moram em Domicílios Cedidos</b>	<b>570</b>	209	361
<b>Famílias que Moram em Domicílios Alugados</b>	<b>534</b>	509	25
<b>Total</b>	<b>1135</b>	728	407

Fonte: IBGE (2010);

Ressalta-se que no decorrer da elaboração do planejamento para priorização de áreas e unidades, deverá ser realizado um levantamento em campo para aplicação de questionários e verificação da situação das famílias, tanto em domicílios cedidos como alugados, no intuito de se verificar a situação de renda e enquadramento nos projetos de assistência à famílias que ainda recebam até três salários mínimos.

Importante salientar também, que de acordo com os dados disponíveis todos os setores com unidades habitacionais em categoria alugadas, indicavam uma média de rendimento mensal a baixo de 3 salários mínimos<sup>3</sup> (Tabela 15).

**Tabela 15. Relação de domicílios totais por domicílios alugados na área rural mais rendimento médio do domicílio em Jardim Alegre**

Setores	Tipo	Total de Domicílios	Domicílios Alugados	Média de rendimento do setor
<b>R1</b>	<b>RURAL</b>	<b>93</b>	<b>11</b>	<b>R\$ 771,49</b>
R2	RURAL	43	0	R\$ 581,08
<b>R3</b>	<b>RURAL</b>	<b>132</b>	<b>2</b>	<b>R\$ 666,71</b>
<b>R4</b>	<b>RURAL</b>	<b>42</b>	<b>0</b>	<b>R\$ 706,77</b>
<b>R5</b>	<b>RURAL</b>	<b>61</b>	<b>1</b>	<b>R\$ 666,82</b>
<b>R6</b>	<b>RURAL</b>	<b>64</b>	<b>1</b>	<b>R\$ 561,44</b>
R7	RURAL	56	0	R\$ 678,54
R8	RURAL	36	0	R\$ 907,11

<sup>3</sup> Ressalta-se que para o ano de 2010 o valor do salário mínimo era de R\$ 510,00.



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

R9	RURAL	64	0	R\$ 784,29
R10	RURAL	31	0	R\$ 457,41
R11	RURAL	271	0	R\$ 392,75
R12	RURAL	161	0	R\$ 293,36
R13	RURAL	66	0	R\$ 490,17
R14	RURAL	78	0	R\$ 596,07
<b>R15</b>	<b>RURAL</b>	<b>59</b>	<b>2</b>	<b>R\$ 444,26</b>
R16	RURAL	39	0	R\$ 503,13
R17	RURAL	53	0	R\$ 2.704,27
<b>R18</b>	<b>RURAL</b>	<b>78</b>	<b>7</b>	<b>R\$ 733,38</b>
<b>R19</b>	<b>RURAL</b>	<b>32</b>	<b>1</b>	<b>R\$ 1.030,65</b>
R20	RURAL	158	0	R\$ 296,73

Fonte: IBGE (2010);

**Tabela 16. Relação de domicílios totais por domicílios alugados em área urbana mais rendimento médio do domicílio em Jardim Alegre**

Setores	Tipo	Total de Domicílios	Domicílios Alugados	Média de rendimento
U1	URBANO	163	32	R\$ 999,44
U2	URBANO	319	66	R\$ 1.290,17
U3	URBANO	102	8	R\$ 522,27
U4	URBANO	177	46	R\$ 1.597,77
U5	URBANO	300	82	R\$ 965,15
U6	URBANO	114	32	R\$ 983,05
U7	URBANO	345	80	R\$ 851,70
U8	URBANO	220	35	R\$ 658,18
U9	URBANO	273	64	R\$ 1.137,61
U10	URBANO	221	42	R\$ 874,40
U11	URBANO	189	22	R\$ 618,34

Fonte: IBGE (2010);



## 6.2 INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

Para a definição de “Inadequação Habitacional”, toma-se aqui o conceito proposto por Azevedo e Araújo (2007) em trabalho publicado no periódico Cadernos da Metrópole, desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com a Fundação João Pinheiro, Ministério das Cidades e PNUD/Habitar.

Sendo assim, Inadequação Habitacional está relacionada:

[Com] os domicílios com carência de infraestrutura, com adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza fundiária, em alto grau de depreciação ou sem unidade sanitária domiciliar exclusiva. [...] São considerados domicílios carentes de infraestrutura todos os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo (AZEVEDO e ARAUJO, 2007, p. 244).

Considerou-se também, na mensuração da inadequação habitacional deste diagnóstico, a publicação do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/FASE-UFRJ) que aponta inadequação para a necessidade de melhorias de unidades habitacionais com determinados tipos de precarização.

Os problemas de acesso à infraestrutura, por sua vez, podem ser de carência de alguma de suas modalidades (iluminação, abastecimento de água, instalação sanitária ou destino do lixo), ou relacionado a algum tipo de deficiência no acesso, ou seja, aquelas que têm infraestrutura mínima, porém de forma deficiente. (IPPUR, 2003).

### 6.2.1 Índice de Carência Habitacional - ICH

Para gerar então um índice que vislumbre as carências na habitabilidade em relação à inadequação, utilizou-se a metodologia do IPPUR, denominada Índice de Carência Habitacional (ICH), que utiliza como parâmetro de cálculo a equação empregada no desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A matriz abaixo mostra a forma como a metodologia define “adequação” e “inadequação” e a seguir as variáveis retiradas do IBGE (2010) que subsidiarão o cálculo do índice.

Tipo de infraestrutura	Variáveis IBGE	Situação
Abastecimento de água	<b>V012 - Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral</b>	<b>Adequado</b>
	V013 - Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade	<b>Inadequado</b>
	V014 - Domicílios particulares permanentes	<b>Inadequado</b>



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

	com abastecimento de água da chuva armazenada em cisterna	
	V015 - Domicílios particulares permanentes com outra forma de abastecimento de água	<b>Inadequado</b>
Esgotamento Sanitário	V017 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Adequado</b>
	V018 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica	<b>Adequado</b>
	V019 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar	<b>Inadequado</b>
	V020 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala	<b>Inadequado</b>
	V021 - Domicílios particulares permanentes, com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar	<b>Inadequado</b>
	V022 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via outro escoadouro	<b>Inadequado</b>
Coleta e disposição de resíduos	V036 - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza	<b>Adequado</b>
	V037 - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza	<b>Adequado</b>
	V038 - Domicílios particulares permanentes com lixo queimado na propriedade	<b>Inadequado</b>
	V039 - Domicílios particulares permanentes com lixo enterrado na propriedade	<b>Inadequado</b>
	V040 - Domicílios particulares permanentes com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro	<b>Inadequado</b>
	V041 - Domicílios particulares permanentes com lixo jogado em rio, lago ou mar	<b>Inadequado</b>
	V042 - Domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo	<b>Inadequado</b>

**Figura 23 - Matriz das variáveis que compõe o cálculo do índice.**

Fonte: IPPUR (2003). Adaptado as variáveis disponíveis no censo IBGE (2010).

A fórmula do ICH é representada por:  $ICH = \text{Valor Observado} - 100 / 0 - 100$  (IPPUR, 2003), sendo "Valor observado" o correspondente ao percentual encontrado de domicílios com determinado atributo, o "Melhor Valor" correspondente à situação onde nenhum tem o atributo (0%) e o "Pior Valor" corresponde à situação onde todos os domicílios têm o atributo (100%).



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

Cada variável possui um peso, e o índice final será construído através da média ponderada: ICH-Água: peso 3; ICH-Esgoto: peso 2; ICH-Lixo: peso 1.

Para uma hierarquização do ICH foram estabelecidas três categorias definidas como: ICH entre 0 a 0,5 é considerado Extremo Índice de Carência, de 0,5 a 0,8 Alto Índice de Carência e de 0,8 a 1 Baixo Índice de Carência.

A cidade de Jardim Alegre encontra-se na classificação como "Extremo índice de carência" **totalizando 0,381.**

Analisando os índices separadamente, observou-se que no que se refere ao ICH Água, o índice de 0,421 classifica o município como "Extremo Índice de Carência", quanto ao ICH Esgoto, o município apresenta o menor índice - 0,269 o que o classifica também como "Extremo índice de Carência". No quesito lixo, o município com um índice de 0,483 se enquadra na categoria "Extremo índice de Carência".

Considerando o extremo índice de carência habitacional, o município de Jardim Alegre, deve priorizar a dotação de infraestrutura para população, principalmente no que se refere ao Saneamento Básico. Os serviços básicos de Saneamento como resíduos sólidos, água, esgotamento sanitário e drenagem urbana deve visar o atendimento de 100% da população.

Em geral, como pode ser observado na Figura 24, os piores índices, na média geral - 0,0 a 0,5, concentram-se na área rural que computou um ICH extremamente alto, média de 0,118. Os valores vão aumentando gradativamente até a área urbana que apresentou uma média de 0,859, ou seja, "Baixo índice de carência". Na área urbana não foram identificados setores com extremo índice de carência, no entanto, 4 setores foram classificados em Alto índice de Carência Habitacional, são eles: Setor **U11, U1, U6 e U10.**

**Tabela 17 - Índice da carência habitacional de Jardim Alegre.**

ICH Água	ICH Esgoto	ICH Lixo	ICH Total	Situação
0,421	0,269	0,483	0,381	Extremo índice de Carência

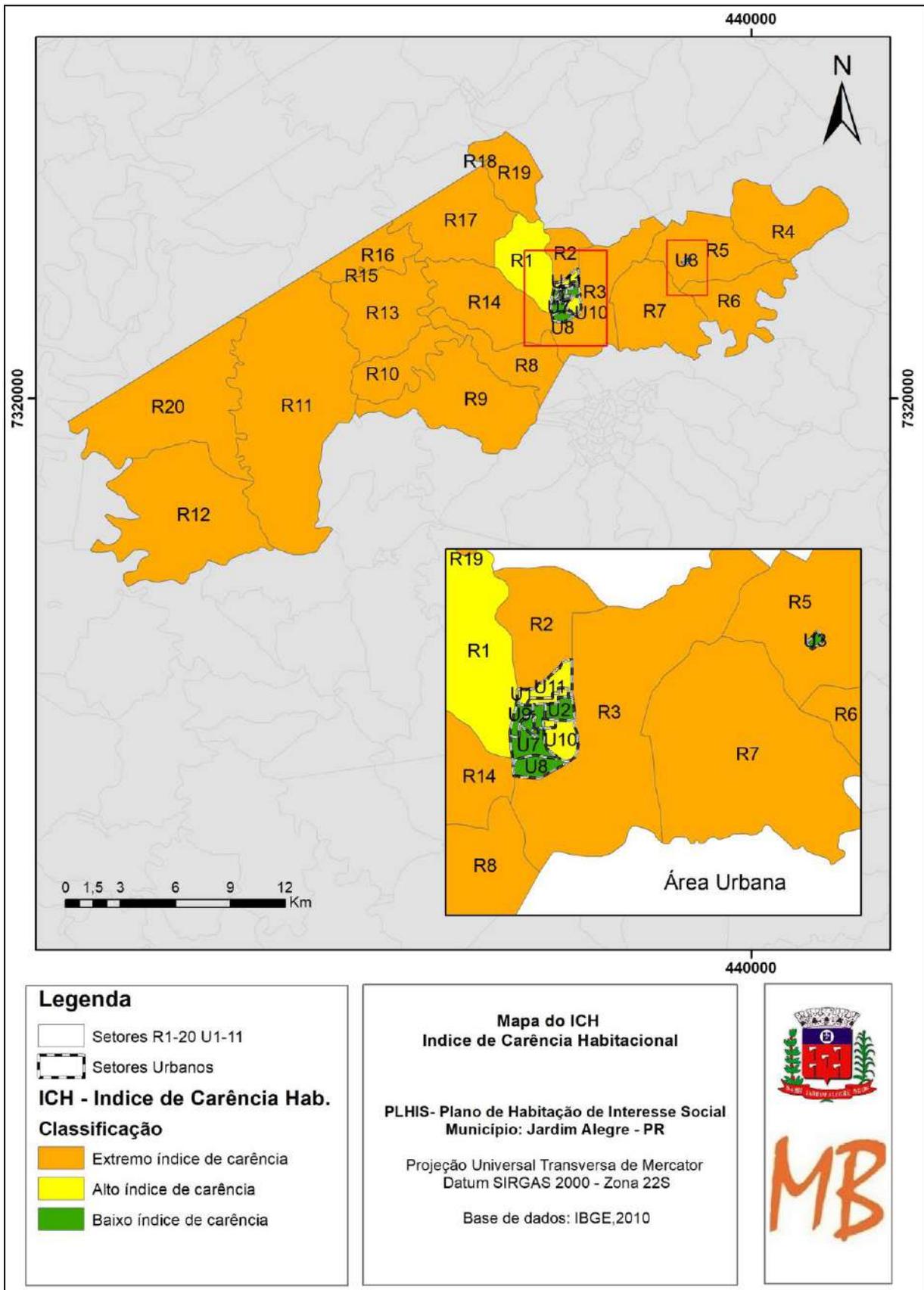
Fonte: IBGE (2010)



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



**Figura 24 - Índice de Carência Habitacional do Município de Jardim Alegre-PR.**  
Fonte: IBGE, 2010.



### 6.2.2 Carência de Serviços de Infraestrutura

A carência de serviços de Infraestrutura, segundo o IPPUR, (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) está relacionada com a carência ou deficiência no acesso de alguma de suas modalidades (energia elétrica, abastecimento de água, instalação sanitária ou destino do lixo).

Esta metodologia, elaborada a partir dos resultados do universo do censo de 2010 do IBGE, considera como carência da infraestrutura os casos seguintes:

- Ausência de energia elétrica no domicílio, urbano ou rural;
- Abastecimento de água realizado de forma diferente de rede geral de distribuição ou poço ou nascente na propriedade;
- Esgotamento sanitário feito de outra forma diferente de rede geral ou fossa séptica;
- Lixo doméstico com outra condição diferente da coletada;

Para a deficiência da infraestrutura, são consideradas as seguintes situações:

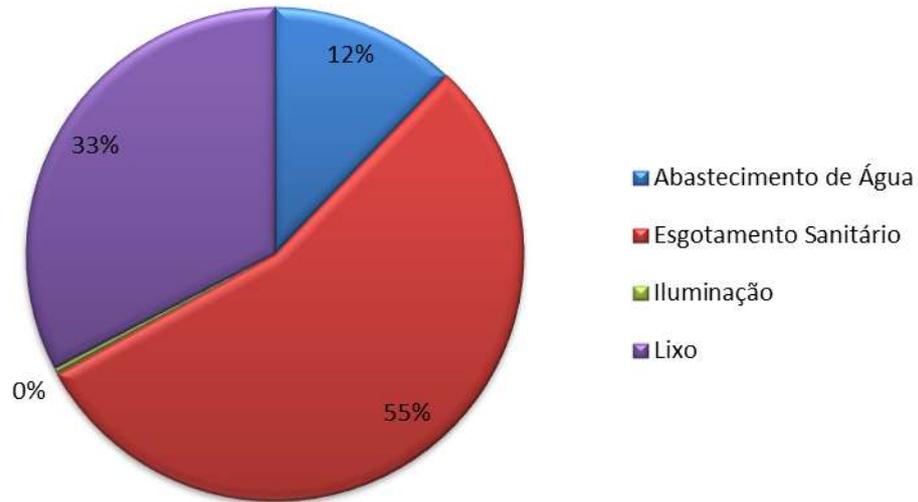
- Fornecimento de energia elétrica de fonte diferente da companhia distribuidora
- Abastecimento de água por poço ou nascente na propriedade;
- Esgotamento sanitário realizado por outra forma que não rede geral;
- Lixo doméstico urbano coletado indiretamente (caçamba).

**Tabela 18 – Inadequação habitacional por infraestrutura.**

<b>Tipo de Inadequação por Infraestrutura</b>	<b>Carência</b>	<b>Deficiência</b>
Abastecimento de Água	510	962
Esgotamento Sanitário	2.301	3.944
Iluminação	16	4
Lixo	1.373	67
<b>Total</b>	<b>4.200</b>	<b>4.977</b>

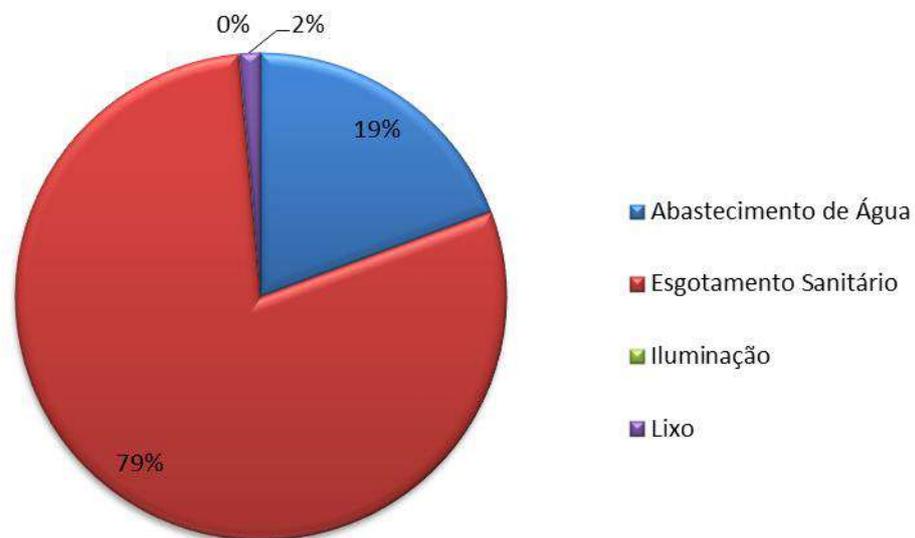
Fonte: IBGE (2010).

### Tipo de inadequação por infraestrutura - Carência



**Figura 25 – Gráfico de inadequação habitacional por carência de infraestrutura.**  
Fonte: IBGE (2010).

### Tipo de inadequação por infraestrutura - Deficiência



**Figura 26 – Gráfico de inadequação habitacional por deficiência de infraestrutura.**  
Fonte: IBGE (2010).

Como é possível constatar pelas informações apresentadas, o maior índice de deficiência e carência corresponde às condições de esgotamento sanitário, o que já havia sido constatado também com os índices de carência habitacional. 55% da carência correspondem às condições de esgotamento sanitário, seguido por 33% sob as



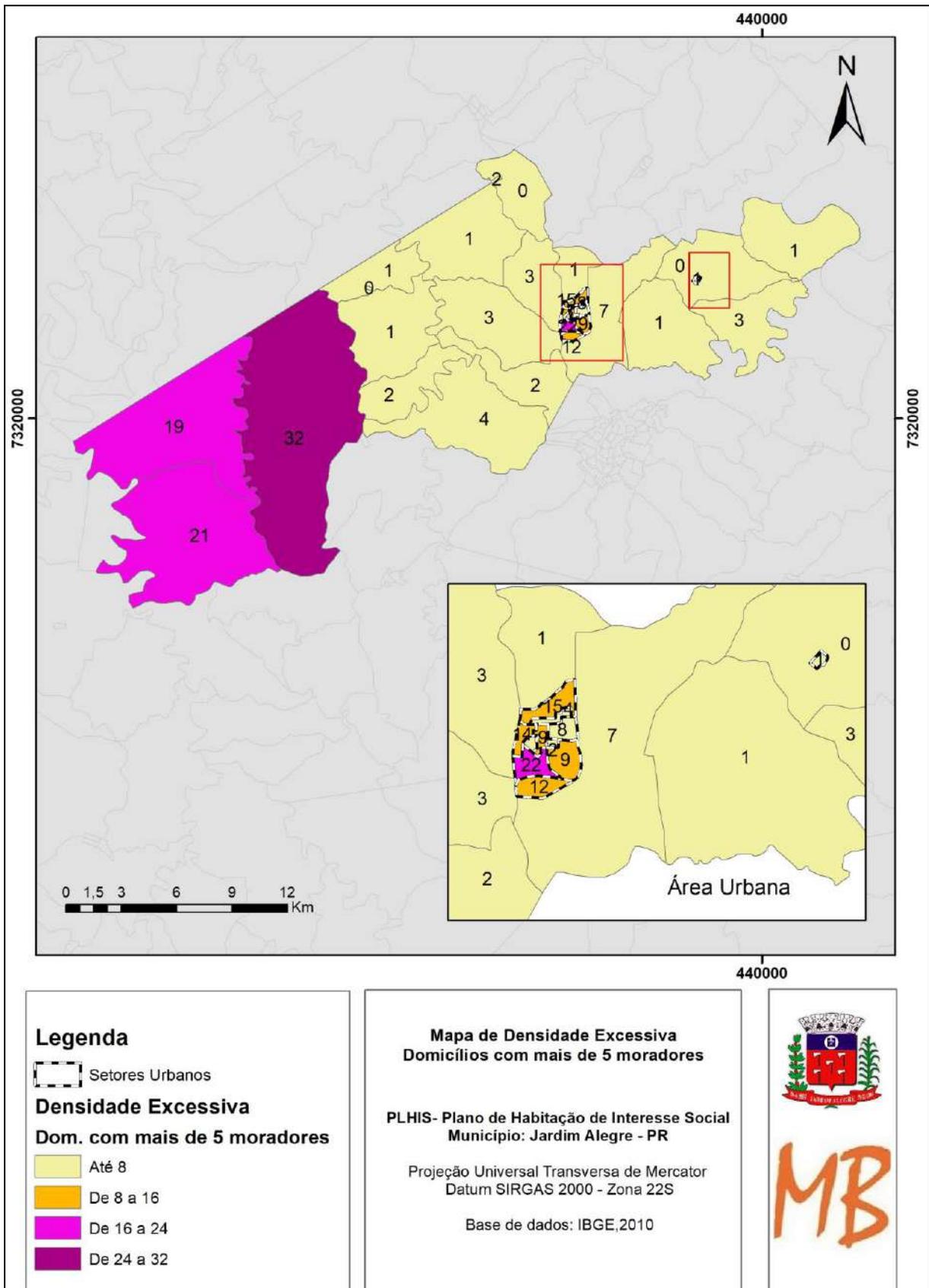
condições de coleta e disposição de resíduos. Quanto à deficiência, 79% correspondem às condições de esgotamento sanitário, seguido em menor proporção as condições de abastecimento de água.

### **6.2.3 Densidade Excessiva de Moradores**

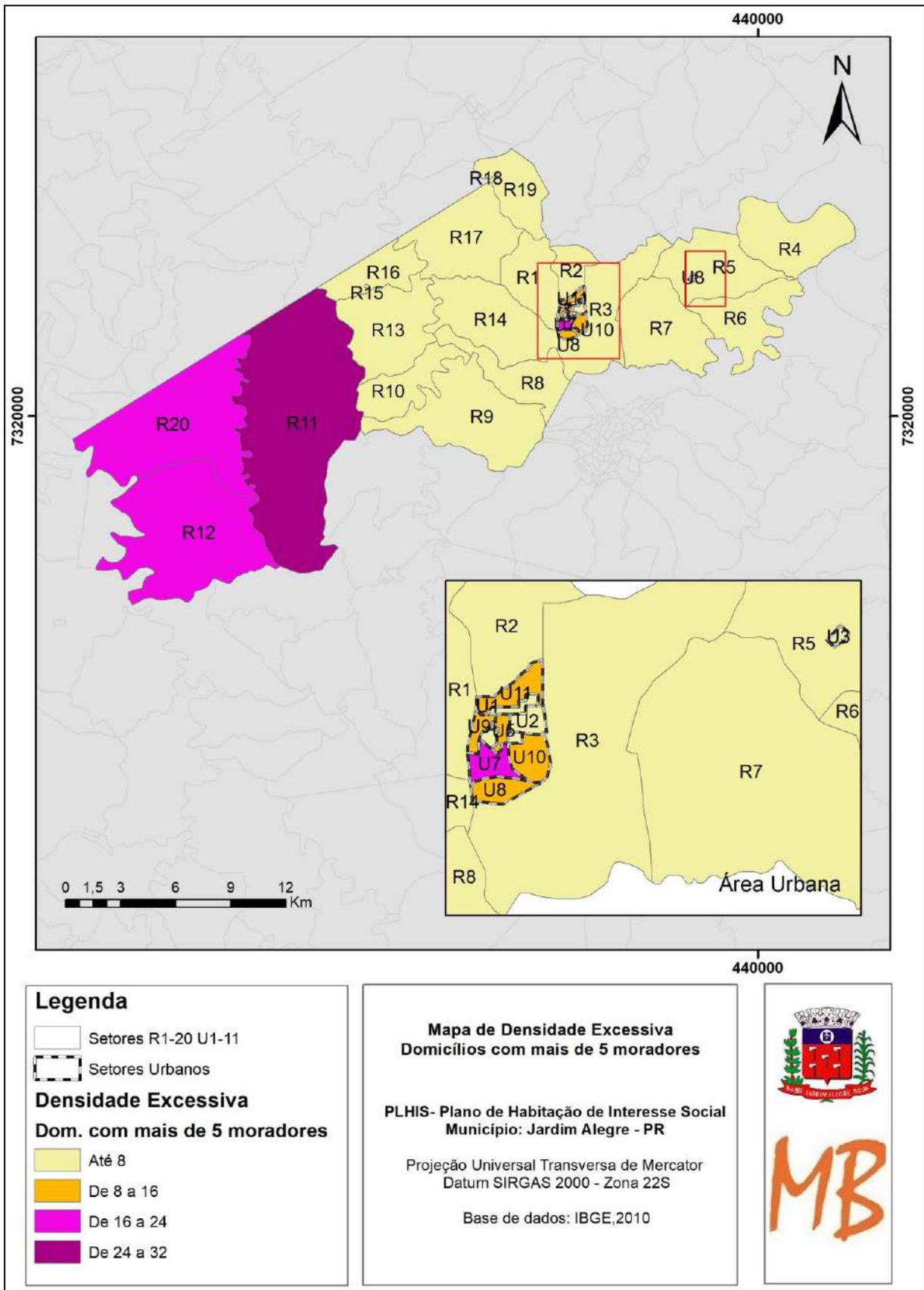
A literatura também contempla nas “Necessidades Habitacionais” o item de adensamento excessivo, dentro da “Inadequação Habitacional”. O adensamento excessivo, segundo a FJP (2004) ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório. Este conceito também é adotado pelo IPPUR/UFRJ/FASE.

Para mensurar nos setores utilizados neste diagnóstico o item de adensamento excessivo e ainda para utilizar os dados disponíveis (setores censitários do IBGE, 2010) foram considerados aqui como adensamento excessivo aqueles domicílios particulares permanentes que possuem mais de cinco moradores. Este número foi adotado, pois Genevois & Costa (2001) apontam que no Brasil, os domicílios particulares permanentes possuem, em média, de três a quatro moradores. Dessa forma, toleraram-se cinco moradores por domicílio particular permanente sendo valor superior a este considerado “excessivo”.

De acordo com os dados do censo (IBGE, 2010), o número total de domicílios com mais de 5 moradores em Jardim Alegre é de 208, sendo que os setores com maiores índices totais localizam-se na área rural, região oeste, identificados nas cores rosa e roxo do mapa a seguir. Ainda, na área urbana identificou-se um setor nessa condição, localizado mais ao sudoeste do município identificado pelo **código U7** (Figuras 27 e 28).



**Figura 27 - Densidade excessiva de moradores por domicílio por setor censitário. Identificação da quantidade de domicílios.**  
 Fonte: IBGE (2010).



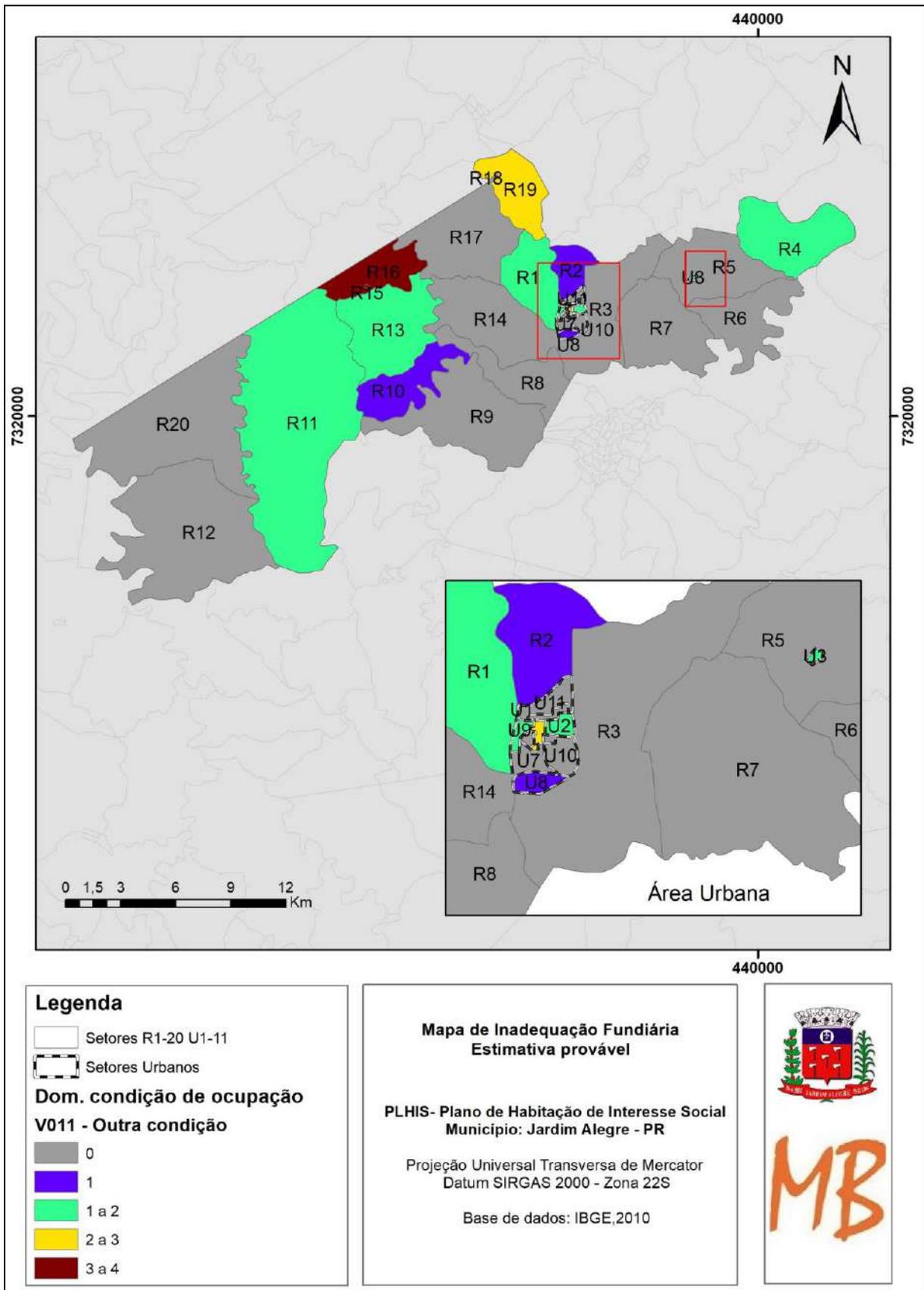
**Figura 28 - Densidade excessiva de moradores por domicílio por setor censitário, identificação dos códigos dos setores.**  
 Fonte: IBGE (2010).



#### **6.2.4 Inadequação Fundiária**

Inadequação fundiária é situação onde pelo menos um dos moradores do domicílio declara ter a propriedade da moradia, mas informa não possuir a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza (FJP, 2006). No município de Jardim Alegre, através de dados do censo de 2010 do IBGE, 31 domicílios encontram-se em situação de ocupação que pode ser considerada irregular, onde o responsável tem a posse do domicílio, mas ele se encontra em terreno que não é próprio nem cedido.

Para levantamento deste dado utilizou-se como referência a variável v011, conforme o censo demográfico do IBGE (2010). Vale lembrar que "Outra condição - quando o domicílio era ocupado de forma diferente das anteriormente relacionadas. Incluíram-se neste caso: o domicílio cujo aluguel, pago por morador, referia-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não residencial (oficina, loja, etc.); o domicílio localizado em estabelecimento agropecuário arrendado; e, também, o domicílio ocupado por invasão". De forma que no ato de planejamento dos instrumentos norteadores das políticas públicas de habitação deverá ser realizada verificação em campo, a fim de inferir o total de domicílios em condições reais de irregularidade por invasão (Figura 29).



**Figura 29 – Localização dos setores censitários com possíveis domicílios irregulares.**

Fonte: IBGE (2010).

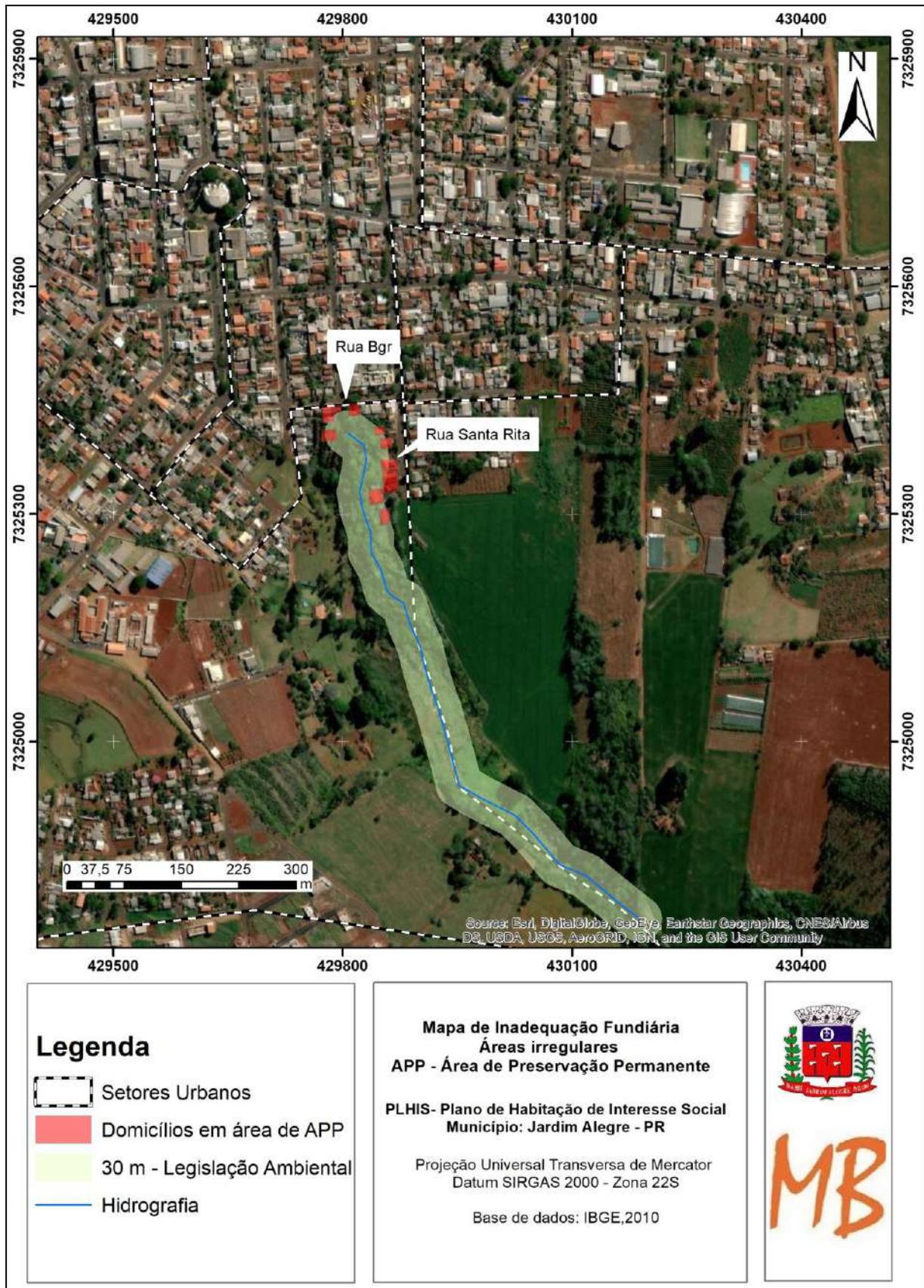


### **6.2.5 Áreas irregulares (APP) ou de risco ambiental**

Os riscos ambientais podem ser caracterizados por fatores físicos (geologia, geomorfologia, etc.) e sociais (ocupações em locais irregulares, padrão construtivo de domicílios) que são capazes de trazer risco a população que reside em locais "inapropriados" ou para os recursos naturais diretamente afetados por ocupações irregulares.

Foram levantadas algumas situações irregulares quanto à ocupação de Áreas de Preservação Permanente - APP, entretanto um número baixo, comparado a outros municípios do Paraná.

Contabilizaram-se aproximadamente 11 lotes nesta situação localizados entre as ruas Bgr e Santa Rita, na porção mais a sul da área urbana do município. Com base na análise de imagem de satélite (2018) é possível inferir que todos os lotes encontram-se ocupados (Figura 30).



**Figura 30 – Localização das ocupações em APP.**



### 6.3 DEMANDA DEMOGRÁFICA FUTURA

A demanda demográfica corresponde à quantidade de moradias que deve ser acrescida ao estoque existente a fim de acomodar o crescimento populacional projetado em um intervalo de tempo.

Na projeção populacional utilizou-se como referência a projeção elaborada pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social para população geral, urbana e rural estimada até 2040. Este horizonte foi escolhido em função da compatibilização com os dados decenais do censo demográfico e em função da divisão dos prazos de execução dos programas propostos para que o município tenha condições de organizar e planejar a aplicação e distribuição de recursos para os vários programas e projetos.

O município de Jardim Alegre tem apresentando um decréscimo relativo nos últimos anos, sua população total em 1980, 28.636; 20.446 no ano de 1991; 13.673 em 2000; 12.324 de acordo com o último censo de 2010. Estes dados refletem na projeção populacional estimada para 2040. Considerando a taxa média de crescimento de -1,49% ao ano, estima-se que a população de Jardim Alegre será em 2040 de **12.220 habitantes**.

É de extrema importância a análise da dinâmica demográfica considerando que as políticas públicas habitacionais deverão estar em consonância com esta projeção.

**Tabela 19- Projeção demográfica para Jardim Alegre**

Variáveis	1980	1991	2000	2010	2040
Total	28.636	20.446	13.673	12.324	12.220
Urbana	7.754	8.580	7.134	7.171	
Rural	20.882	11.866	6.539	5.153	
Taxa de urbanização (%)	27%	42%	52%	58%	
Crescimento da população urbana (%)	6,31	0,92	2,51	0,05	
Crescimento populacional (%)	-1,95	-3,02	0,04	-1,03	

Fonte: IPARDES (1980, 1991, 2000, 2010).

NOTA: Dados trabalhados pela Consultoria.



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
Plano de Habitação de Interesse Social  
Diagnóstico do Setor Habitacional

**Tabela 20 - Estimativa de população até 2040.**

Ano	População Projetada
2018	12.640
2019	12.653
2020	12.660
2021	12.665
2022	12.675
2023	12.686
2024	12.690
2025	12.685
2026	12.684
2027	12.671
2028	12.670
2029	12.648
2030	12.631
2031	12.609
2032	12.583
2033	12.551
2034	12.515
2035	12.474
2036	12.432
2037	12.385
2038	12.335
2039	12.282
2040	12.220

Fonte: IPARDES(1980, 1991, 2000, 2010).

NOTA: Dados trabalhados pela Consultoria.

Estudos do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) de 2007 apontam a tendência declinante do tamanho dos domicílios ao longo dos anos, com queda gradual até 2030, em todos os cenários considerados na pesquisa. O estudo apresenta estimativas por unidades da federação, e como meio de caracterizar o cenário da habitação no Município utilizou-se o número de 2,85 apontado por CEDEPLAR (2007).

Assim, a quantidade de moradias por demanda demográfica em Jardim Alegre até 2040 seria de **207** novas moradias.

**Tabela 21 - Estimativa de população até 2040.**

População estimada	Número de pessoas	Demanda	Total de domicílios	Déficit
População Estimada em 2010	12.324	4.324	<b>4.080</b>	<b>244</b>
População Estimada em 2018	12.640	4.435		
População Estimada em 2030	12.631	4.431		
População Estimada em 2040	12.220	<b>4.287</b>		<b>207</b>
<b>Total</b>	-			

Fonte: IPARDES (1980, 1991, 2000, 2018) e CEDEPLAR (2007).

NOTA: Dados trabalhados pela Consultoria.



## 6.4 OFERTA HABITACIONAL

### 6.4.1 Mercado e Especulação Imobiliária

O intenso processo de urbanização brasileira não acompanhou a demanda por moradias sendo que a população que possui maior dificuldade de mobilidade social é a que mais enfrenta o estigma da problemática habitacional e acesso a terra urbanizada nas cidades brasileiras.

Este processo de exclusão territorial<sup>4</sup> fez com que aquelas localidades que possuem toda a "terra urbanizada", ou seja, os equipamentos urbanos essenciais para o convívio social harmônico e a infraestrutura para uma sobrevivência digna fossem cada vez mais valorizados em detrimento das áreas periféricas – comumente caracterizada pela falta dessa "urbanidade", ou seja, ausência total de elementos essenciais para uma vida urbana.

Nesse processo, a especulação imobiliária entra como um agente perverso do sistema capitalista de produção do espaço urbano onde os agentes imobiliários – construtores, proprietários de imóveis – são responsáveis por especular a terra que acaba por se transformar num mercado de acumulação de capital.

A informação da planta genérica de valores é de extrema importância na análise da especulação imobiliária e merece atenção especial do Poder Público no sentido de espacializar os dados e mantê-los atualizados para uma justiça tributária e, em consequência, justiça social. De acordo com informações da Prefeitura Municipal e apresentadas no mapa a seguir (Figura 31), o valor da terra urbana no município de Jardim Alegre varia de R\$ 40,00 a R\$ 120,00 o m<sup>2</sup>.

As áreas com o maior valor em m<sup>2</sup>, entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00, estão localizadas na área mais central do município, tomando toda área do **setor U5** e boa parte dos setores **U2, U9, U4 e U6**. Nas demais regiões os valores variam entre R\$ 40,00 e R\$ 60,00.

---

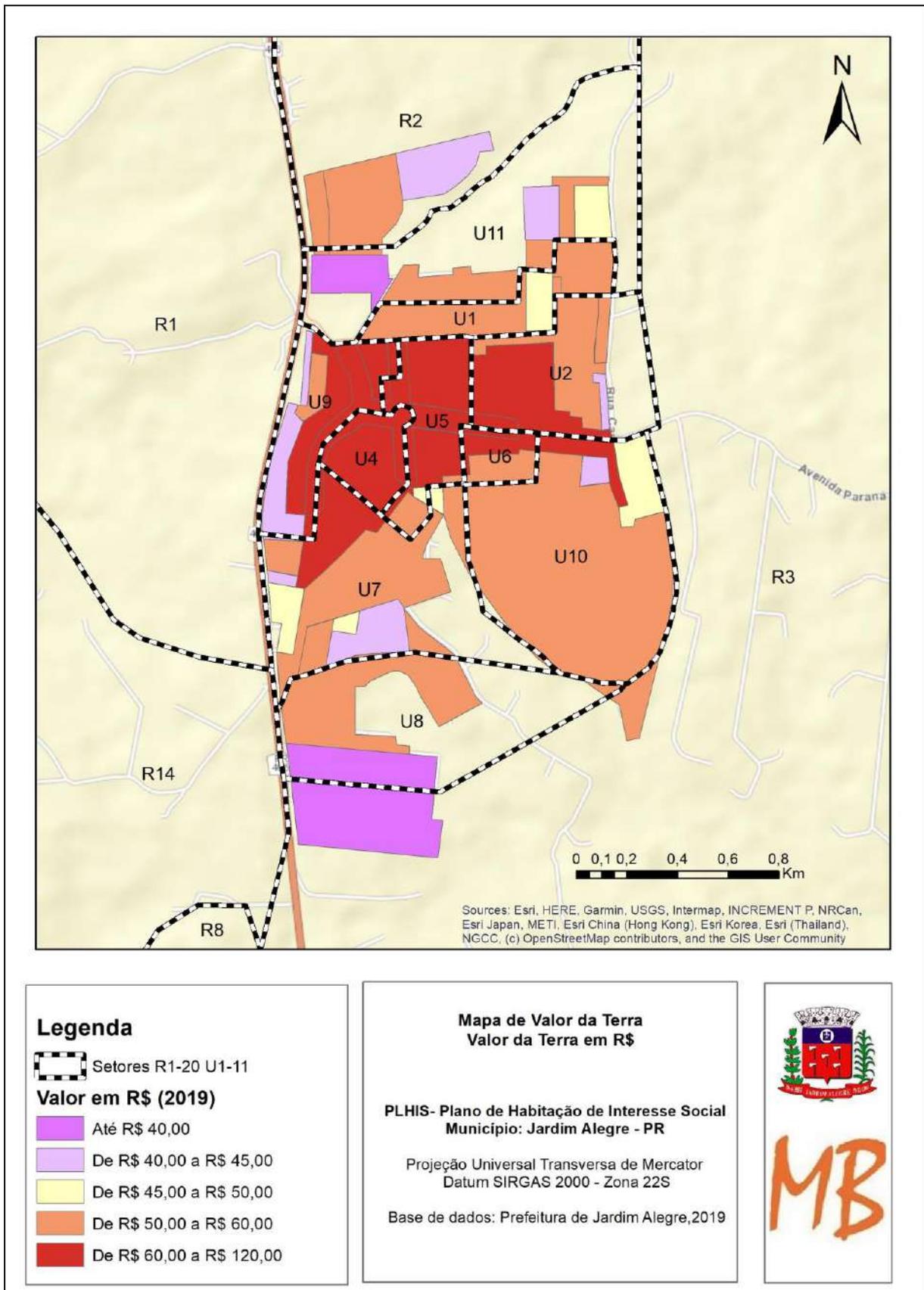
<sup>4</sup> "A exclusão territorial na cidade brasileira é mais do que a imagem da desigualdade, é a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco." (ROLNIK, 1999, p. 100).



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



**Figura 31 – Valor da terra urbana (R\$/m<sup>2</sup>) de Jardim Alegre**

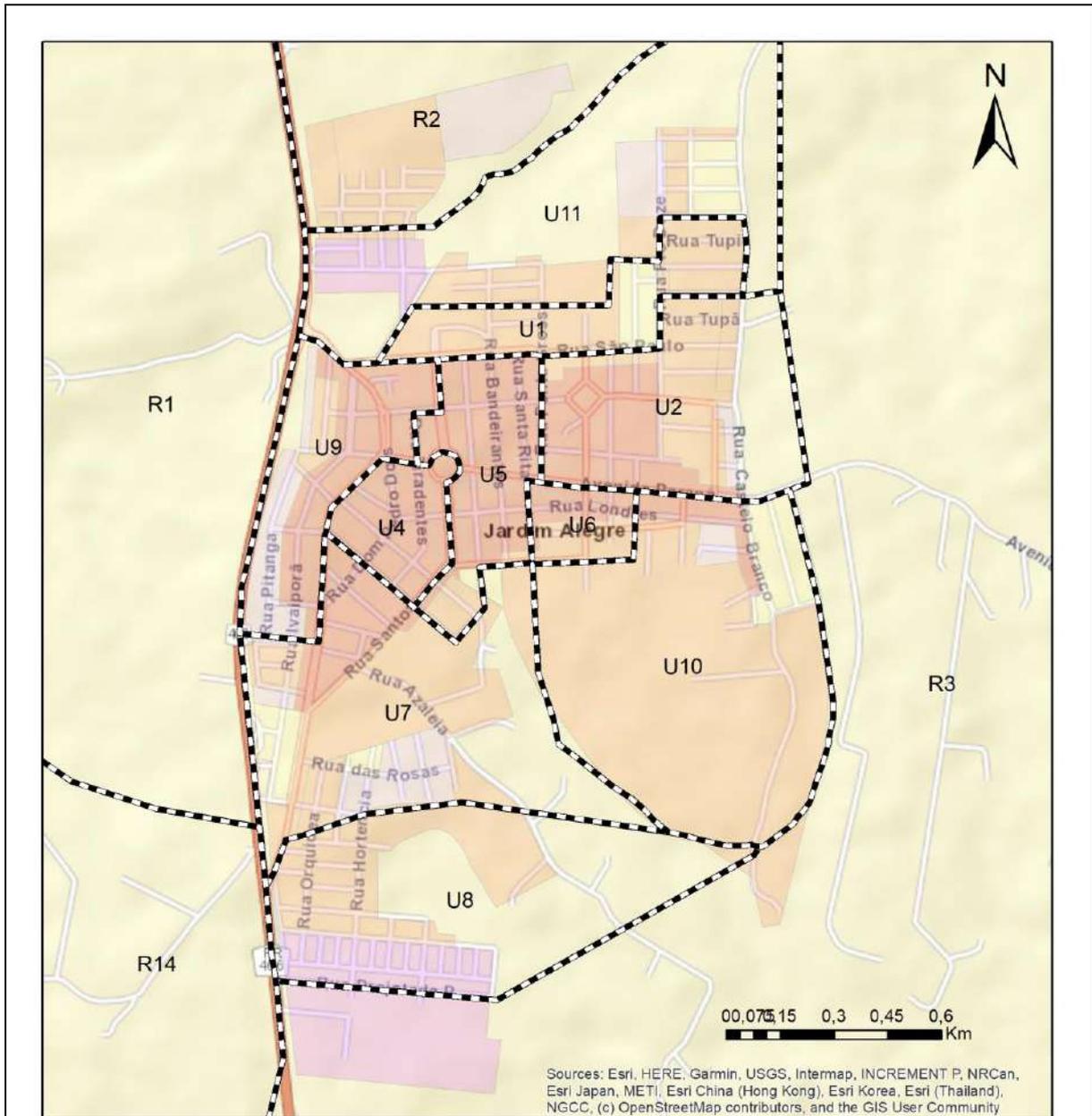
Fonte: Prefeitura Municipal de Jardim Alegre (2019).



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



### Legenda

Setores R1-20 U1-11

### Valor em R\$ (2019)

- Até R\$ 40,00
- De R\$ 40,00 a R\$ 45,00
- De R\$ 45,00 a R\$ 50,00
- De R\$ 50,00 a R\$ 60,00
- De R\$ 60,00 a R\$ 120,00

### Mapa de Valor da Terra

Valor da Terra em R\$

PLHIS- Plano de Habitação de Interesse Social  
Município: Jardim Alegre - PR

Projeção Universal Transversa de Mercator  
Datum SIRGAS 2000 - Zona 22S

Base de dados: Prefeitura de Jardim Alegre, 2019



# MB

**Figura 32 – Valor da terra urbana (R\$/m<sup>2</sup>) de Jardim Alegre. Destaque de ruas principais.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Jardim Alegre (2019).



#### **6.4.2 Oferta de moradia e solo urbanizado**

Este item versará sobre a localização das zonas de interesse social e os vazios urbanos que têm potencial para construção de moradias pelo Poder Público. O Município de Jardim Alegre possui Lei de Plano Diretor aprovada, portanto, o município possui as Zonas de Interesse Social institucionalizadas. Foram mapeados, portanto, apenas as áreas nomeadas como “vazio ou uso vago” que podem ser utilizadas para construção e/ou aproveitamento para moradia de interesse social.

Também foi levantado o número de domicílios vagos de acordo com o Censo demográfico do IPARDES de 2010, sendo observado um número total de 440 domicílios, sendo 234 na área urbana e 206 na área rural.

#### **6.4.3 Vazios Urbanos**

As áreas nomeadas vazios urbanos foram assim denominadas a partir do mapeamento realizado por meio da análise de imagens de satélite. Observa-se no mapa da Figura 33, que o município detém de áreas disponíveis para construção de novas residências. A maior parte destes vazios estão em loteamentos já consolidados distribuídos por toda área urbana dotados de infraestrutura básica como abastecimento de água, asfalto e coleta de resíduos sólidos.

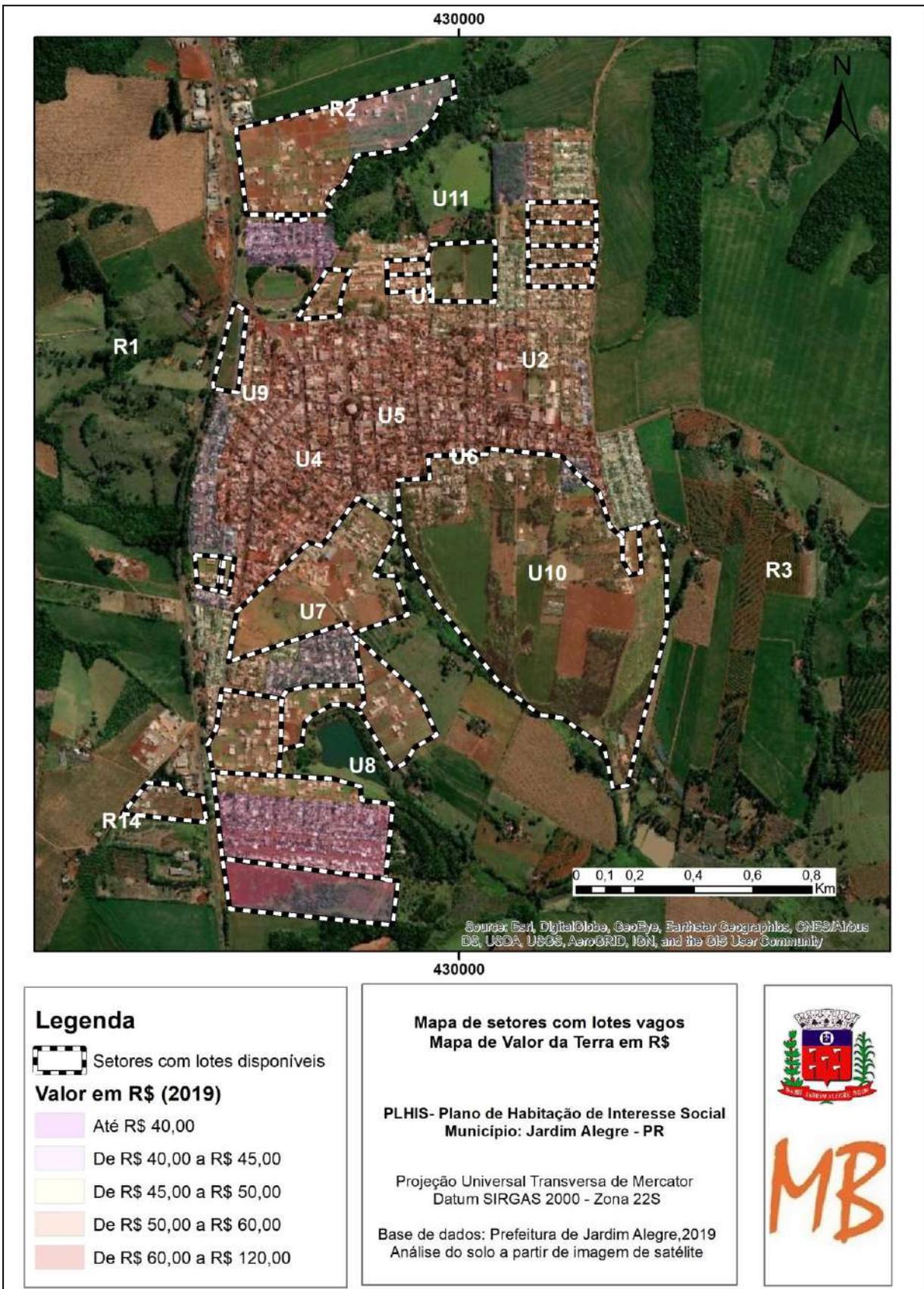
No momento de efetivação das ações de planejamento, recomenda-se que esta base seja avaliada juntamente com a base atualizada de cadastro urbano e das bases referentes à elaboração do Plano diretor, para que seja possível identificar detalhadamente os lotes como suas condições legais, se de propriedade privada ou pública.



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



**Figura 33 – Vazios urbanos de Jardim Alegre**

Fonte: Prefeitura Municipal de Jardim Alegre, 2019.



#### **6.4.4 Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)**

Até a década de 70, os assentamentos precários nas cidades, sejam estes ocupações consolidadas ou até com mais de 30 anos de existência eram considerados “provisórios” pelo poder público (ROLNIK, 2009).

A partir da década de 80, com inúmeras reivindicações populares e um novo cenário no planejamento urbano brasileiro uma nova ferramenta foi acrescentada ao zoneamento urbano: a zona especial de interesse social.

A concepção básica do instrumento das ZEIS é incluir no zoneamento da cidade uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, estabelecer padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos (ROLNIK, 2009).

Dentre os objetivos da ZEIS está a inclusão da população marginalizada que foi impossibilitada de inserir-se dentro da terra urbana; permitir a introdução de infraestrutura nos locais onde esta não existe; regular o conjunto do mercado de terras urbanas, pois se reduzindo a diferença de qualidade entre os diferentes padrões de ocupação reduz-se também as diferenças de preços entre elas; introduzir mecanismos de participação direta dos moradores no processo de definição dos investimentos públicos em urbanização para consolidar os assentamentos; aumentar a arrecadação do Município, pois as áreas regularizadas passam a poder pagar impostos e taxas e aumentar a oferta de terras para os mercados urbanos de baixa renda (ROLNIK, 2009).

A ZEIS não devem necessariamente localizar-se em áreas de expansão urbana ou periféricas da cidade pela disponibilidade de terra para edificação. Deve-se pensar numa forma de integrar a habitação de interesse social com outras regiões da cidade reduzindo desta forma a especulação imobiliária.

Assim, com a fragmentação da ZEIS por todo espaço urbano é possível aproveitar ao máximo a infraestrutura existente além de compactar a cidade diminuindo assim o uso de automóveis, o deslocamento das pessoas e a poluição. Apesar de Jardim Alegre ser um Município de pequeno porte, deve-se pensar em impactos futuros ao possibilitar a construção de novos domicílios nas margens da área urbana, pois além de pressionar os limites de expansão do perímetro urbano e, em consequência, a demanda por infraestrutura e serviços financiados pela Prefeitura, a agricultura pode ser prejudicada devido à invasão das áreas urbanas, a geração de inúmeros vazios que induzem a especulação imobiliária impactando fortemente na economia municipal.

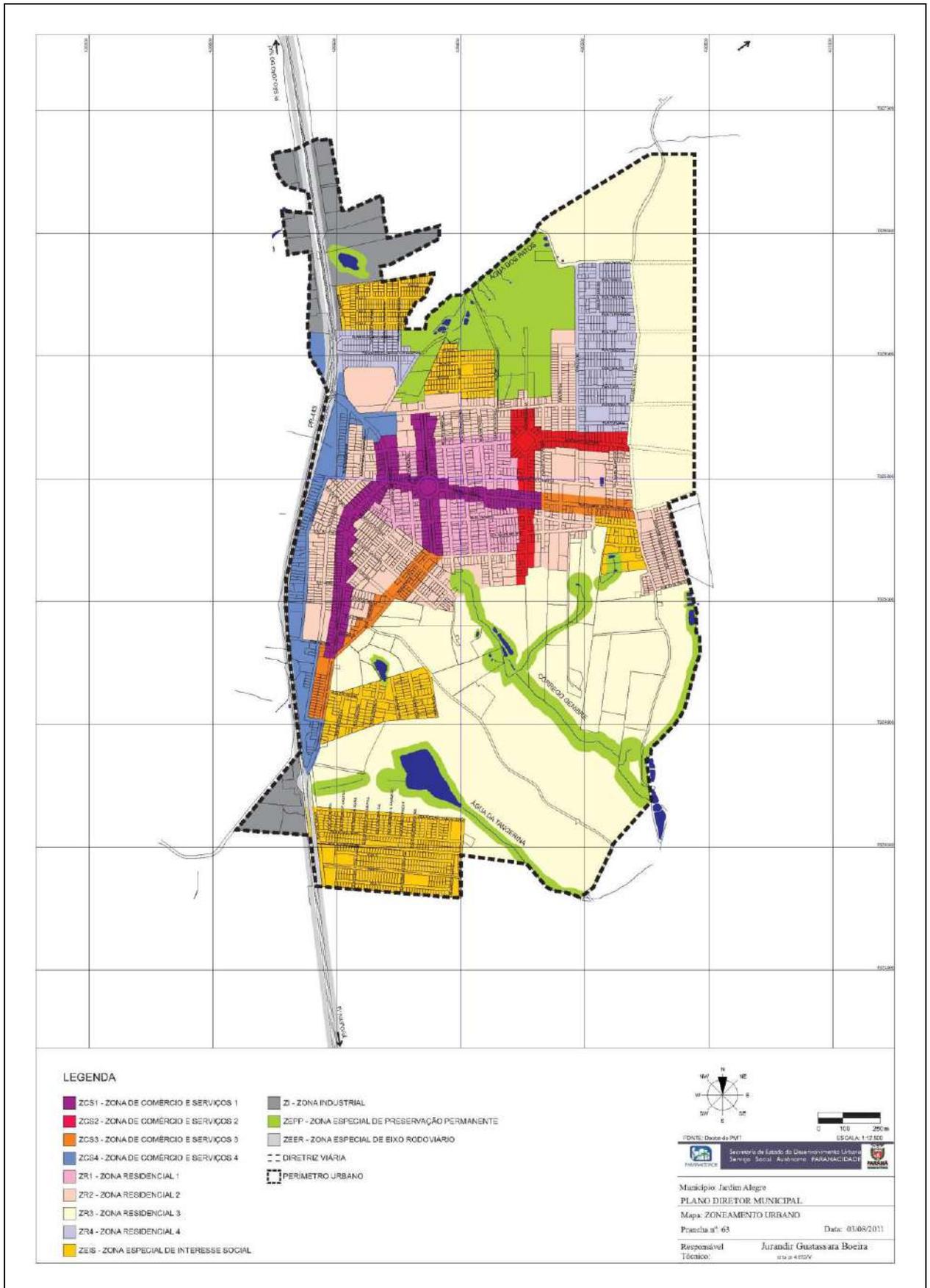
Na Figura a seguir apresenta-se o mapa de zoneamento urbano do município, onde as áreas em amarelo representam as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social.



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional



**Figura 34 - Mapa de zoneamento urbano do município de Jardim Alegre.**  
Fonte: Prefeitura Municipal. Plano Diretor, 2011.



## **6.5 PROGRAMAS HABITACIONAIS**

O início da construção das unidades habitacionais na década de 70 e 80 vem concomitante ao período do governo militar e fim deste através do Banco Nacional da Habitação (BNH) – órgão inserido dentro do Serviço Financeiro de Habitação (SFH), o principal órgão gestor do governo federal no âmbito das políticas habitacionais.

Seu desenho institucional, conforme aponta Santos (1999), funcionava através da concessão de verbas às Companhias Estaduais de Habitação (COHABs) – que por sua vez contratava construtoras e repassavam a preço de custo das unidades habitacionais para os consumidores finais, estes que eram incumbidos de pagar o financiamento para a própria COHAB.

Os recursos utilizados para repasse na construção de unidades para as COHABs pelo Governo Federal eram oriundos da poupança forçada, o FGTS pago pelos trabalhadores formais. As taxas de inadimplência, entretanto, eram marcantes no financiamento de moradias para as classes de até três salários mínimos, o que prejudicou o desempenho das COHABs na época. Uma melhora foi observada de acordo com Santos (1999) quando a companhia passou a incluir as famílias de até cinco salários mínimos no financiamento das unidades habitacionais até o período de recessão econômica.

### **6.5.1 Programas Habitacionais existentes que podem ser pleiteados pelo município**

Considerando as necessidades habitacionais apresentadas neste diagnóstico, segue abaixo Programas habitacionais existentes que poderão ser pleiteados pelo município para a demanda existente. Caso seja de interesse o município poderá buscar informações atualizadas no site do Ministério das Cidades - <http://www.cidades.gov.br/index.php/programas-e-acoas>.

#### **Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV**

O programa “Minha Casa Minha Vida” tem por objetivo *criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 9.000,00 (Faixa 3)*. No caso dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, a renda anual da família deve ser até R\$ 78.000,00. As concessões são feitas,



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

portanto, por faixa de renda, apresenta-se nos quadros a baixo, as principais informações referentes ao programa.

**Tabela 22. Concessões do programa por faixa de renda**

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.600,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 4.000,00	FAIXA 2	Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 9.000,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

**Tabela 23. Modalidades do programa**

Modalidades do programa
<p><b>Minha Casa, Minha Vida Urbano</b></p> <p>Destinado aos moradores de centros urbanos, de acordo com as faixas de renda bruta mensal das famílias agrupado nas seguintes formas de atendimento:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Renda até R\$ 1.800,00 - Podem ser atendidas pelas modalidades da FAIXA 1: <u>MCMV Faixa 1</u>, <u>MCMV Entidades</u>, ou <u>MCMV Financiamento</u>;</li><li>- Renda até R\$ 6.500,00 - Podem ser atendidas apenas pela modalidade MCMV Financiamento, dividida em FAIXA 1,5, FAIXA 2 ou FAIXA 3.</li></ul>
<p><b>MCMV Entidades</b></p> <p>Esta modalidade da FAIXA 1 permite que famílias organizadas de forma associativa, por uma Entidade Organizadora - EO (Associações, Cooperativas e outros) habilitada, produzam suas unidades habitacionais.</p>
<p><b>Minha Casa, Minha Vida Rural</b></p> <p>Voltado aos agricultores familiares, trabalhadores rurais ou de comunidades tradicionais (como quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas). Esta modalidade possui três grupos de renda, que variam até R\$ 78.000,00 por ano. O atendimento permite tanto construção de novas casas quanto reforma de unidades já existentes.</p>
<p><b>FAIXA 1:</b></p> <p>Para aqueles que têm o perfil da FAIXA 1, pode se cadastrar na sua cidade e, se atender os critérios, aguardar o próximo sorteio para um empreendimento. Em breve, poderá consultar neste portal os endereços ou sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis pelas inscrições em todo o Brasil. Também estarão disponíveis consultas para verificar se está cadastrado para participar de sorteios ou se foi sorteado.</p> <p>Também pode ser atendido com o MCMV Financiamento e, neste caso, deve fazer uma simulação para saber o valor do subsídio a que tem direito e ir diretamente à CAIXA ou ao Banco do Brasil para pedir um financiamento. O subsídio para financiamento é o valor que o Minha Casa, Minha Vida oferece para reduzir o valor da prestação de financiamento da casa própria.</p>
<p><b>FAIXA 1,5, FAIXA 2 ou FAIXA 3</b></p> <p>Se sua renda está em uma dessas faixas, pode fazer diretamente uma simulação para saber o valor do subsídio que o programa te oferece e ir diretamente ao Banco do Brasil ou à CAIXA para</p>



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

pedir um financiamento. É importante lembrar que se trata apenas de uma simulação, e que para obter o financiamento e ter direito ao subsídio, passará por uma análise de crédito na instituição financiadora.

#### Condições para participar

Além de atender aos limites de renda, você **NÃO PODE**:

- ser dono ou ter financiamento de imóvel residencial;
- ter recebido benefício de outro programa habitacional do Governo;
- estar cadastrado no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI) e/ou Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT);
- ter débitos com o Governo Federal.

**Fonte:** Ministério das cidades, 2020. <https://www.cidades.gov.br/index.php/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acesso em 21 jan. 2020.

## Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

**Tabela 24. Síntese de informações sobre o PNHR**

#### O que é o programa?

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR integra o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e busca garantir subsídio financeiro para a produção de moradia aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. O Programa concede subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, aos beneficiários enquadrados no Grupo I, quais sejam: aqueles com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00. Os beneficiários são organizados de forma coletiva por uma Entidade Organizadora - EO (cooperativas, associações, sindicatos ou o Poder Público). Os recursos são concedidos individual e diretamente às pessoas físicas, para a aquisição de material de construção e pagamento dos serviços de mão-de-obra destinados à produção de unidade habitacional – Construção/conclusão/reforma/ampliação.

#### Para quem?

São beneficiárias do PNHR as pessoas físicas, agricultores familiares e trabalhadores rurais, com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00, comprovada mediante: Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP - no caso de agricultores familiares. Carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou declaração em papel timbrado de cooperativa/sindicato/associação de que o proponente participa ou declarada pelo empregador com firma reconhecida em cartório ou por comprovante de proventos do INSS, se aposentado de caráter permanente – se trabalhador rural. São também beneficiários do Programa e se enquadram como agricultores familiares: pescadores artesanais; extrativistas; silvicultores; aquicultores, maricultores, piscicultores; comunidades quilombolas; povos indígenas; Outras comunidades tradicionais.

**Fonte:** [http://www.contag.org.br/imagens/f2201cartilha\\_pnhr.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f2201cartilha_pnhr.pdf). Consultar para mais informações

## Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

O FNHIS refere-se ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social instituído pela Lei nº. 11.124/2006. “O programa centraliza os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Habitação de Interesse



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

#### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

Social”, inseridos no SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. “O Fundo é composto por recursos do Orçamento Geral da União, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, dotações, recursos de empréstimos externos e internos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais e receitas de operações realizadas com recursos do FNHIS” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

O Fundo destina-se a aquisição, construção, reforma e melhoria em unidades habitacionais, a produção de lotes para fins habitacionais e regularização fundiária e urbanística. Além disto, este recurso também poderá ser utilizado para implantação de infraestrutura e saneamento básico.

### PROGRAMAS E AÇÕES

#### ➤ URBANIZAÇÃO REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

**Fonte de Recursos:** FNHIS acrescidos das contrapartidas obrigatórias de estados, municípios e Distrito Federal.

**Como participar:** O programa pode ser acessado através da Emenda Parlamentar à Lei Orçamentária Anual (LOA) e seleção pública de propostas realizadas pelo Ministério das Cidades.

**Legislação Básica:** Lei nº. 11.124/2005 e Decreto nº. 5.796/2006

#### **Atribuições e Responsabilidades:**

- MCidades: Gestor responsável pelos projetos;
- CEF: Agente Operador
- Administração Pública: agentes executores do projeto
- Famílias atendidas: beneficiários. Responsáveis pelos dados fornecidos ao CadÚnico e apropriar-se de forma correta (conforme Lei) dos benefício disponibilizados.

#### ➤ HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

**Fonte de Recursos:** FNHIS e OGU

**Como participar:** O programa pode ser acessado através da Emenda Parlamentar à Lei Orçamentária Anual (LOA) e seleção pública de propostas realizadas pelo Ministério das Cidades.

**Legislação Básica:** Lei nº. 11.124/2005 e Decreto nº. 5.796/2006

#### **Atribuições e Responsabilidades:**



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

#### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

- MCidades: Gestor responsável pelos projetos;
- CEF: Agente Operador
- Administração Pública: agentes executores do projeto
- Famílias atendidas: beneficiários. Responsáveis pelos dados fornecidos ao CadÚnico e apropriar-se de forma correta (conforme Lei) dos benefícios disponibilizados.

#### ➤ **AÇÃO PROVISÓRIA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL**

**Fonte de Recursos:** FNHIS e OGU

**Como participar:** O Programa é dividido em 4 ações: Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais, Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados, Requalificação de Imóveis e Apoio à Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

#### **Atribuições e Responsabilidades:**

- Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários da Secretaria Nacional de Habitação: Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais, Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados, Requalificação de Imóveis
- Departamento de Produção Habitacional, da Secretaria Nacional de Habitação: Apoio à Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social;
- Administração Pública: seleção dos **beneficiários**.
- Beneficiários: "a) cidadãos idosos, na forma da Lei nº. 10.741, 1º de outubro de 2003, ou cidadãos portadores de necessidades especiais, na forma do Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004;  
b) famílias com menor renda per capita;  
c) famílias com maior número de dependentes;  
d) mulheres responsáveis pelo domicílio; e  
e) outros critérios, a juízo dos Proponentes/Agentes Executores, desde que com objetivo de melhor retratar a vulnerabilidade socioeconômica dos beneficiários" (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

#### ➤ **AÇÃO DE APOIO A PRODUÇÃO SOCIAL DA MORADIA**

**Fonte de Recursos:** FNHIS acrescidos das contrapartidas obrigatórias das entidades privadas sem fins lucrativos vinculadas ao setor habitacional.

**Como participar:** Podem participar do processo dirigentes de empresas privadas. A empresa deve habilitar-se. "O processo de habilitação inicia-se com o preenchimento de



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

formulário eletrônico específico junto ao Agente Operador da Ação (Caixa Econômica Federal). Nesta etapa, os representantes das entidades privadas sem fins lucrativos também devem apresentar os documentos necessários à habilitação” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

**Legislação Básica:** Lei 11.124/2005 e alterações feitas após a sanção da lei 11.578/2007.

#### **Atribuições e Responsabilidades:**

- MCidades: Gestor responsável pelos projetos;
- CEF: Agente Operador
- Entidade Privada sem fins lucrativos: Agentes executores responsáveis por encaminhar propostas, gerenciar as obras, selecionar os beneficiários, gerenciar os recursos obtidos;
- Beneficiários. Responsáveis pelos dados fornecidos ao CadÚnico e apropriar-se de forma correta (conforme Lei) dos benefícios disponibilizados.

#### **OGU - ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO**

#### **PROGRAMAS E AÇÕES**

##### ➤ **HBB – HABITAR BRASIL BID**

Programa criado para financiar obras e projetos em municípios, regiões metropolitanas, aglomerados urbanos.

**Fonte de Recursos:** DI – Subprograma de Desenvolvimento Institucional, OGU – Orçamento Geral da União, Contrapartida do proponente, UAS – Subprograma de Urbanização de Assentamento Subnormais.

**Legislação Básica:** Diretrizes e regras do contrato de Empréstimo nº.1126 OC/BR (União e BID), Regulamento Operacional, Manual de Orientação dos subprogramas DI UAS (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

#### **Atribuições e Responsabilidades:**

- MCidades: Gestor responsável pelos projetos;
- CEF: Agente Operador;
- Municípios, Distrito Federal e, eventualmente, estados: agente executor dos projetos a serem executados;
- ER – Entidades Representativas: Representam os beneficiários;
- Beneficiários: Famílias de baixa renda com faixa salarial de até 3 salários mínimos residentes em domicílios precários;

##### ➤ **PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT-PBQP-H**



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

#### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat também é um programa desenvolvido pelo Ministério das Cidades e tem por objetivo melhorar a qualidade e a produtividade do setor de construção civil “por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012)<sup>5</sup>.

#### ➤ **PSH – PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

O principal objetivo deste programa é subsidiar a construção de moradias para famílias de baixa renda.

**Fonte de Recursos:** OGU e contrapartida proveniente dos estados, DF e municípios.

#### **Atribuições e Responsabilidades:**

- MCidades e MFazenda: Gestor responsável pelos projetos;
- Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria Nacional de Habitação: responsáveis pela operação do Programa e gerenciar a contratação de instituições financeiras;
- Beneficiários: famílias com rendimento mensal até R\$ 1.245,00.

#### ➤ **PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO.**

#### ➤ **PPI – PROJETOS PRIORITARIOS DE INVESTIMENTOS**

O Objetivo principal do PPI é implantar “ações necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p.3).

**Fonte de Recursos:** OGU e contrapartida de Agentes Executores;

#### **Atribuições e Responsabilidades:**

- MCidades: Gestor responsável pelos projetos;
- CEF: Agente Operador;
- Administração Pública do Estado ou Municípios: encaminhar as propostas para seleção de projetos, executar os trabalhos necessários para execução dos projetos, selecionar os beneficiários,
- Beneficiários: Responsáveis pelos dados fornecidos ao CadÚnico e apropriar-se de forma correta (conforme Lei) dos benefícios disponibilizados.

---

<sup>5</sup> Mais referências consultar o site <http://www2.cidades.gov.br/pbqp-h/>



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

#### **Fundo de Arrendamento Residencial – FAR**

Como citado anteriormente dentre os fundos disponíveis na área habitacional destacam-se o **FAR – Fundo de Arrendamento Residencial** e também o **FGHab – Fundo Garantidor da Habitação Popular**. No que diz respeito ao FAR, o limite autorizado para transferência restringe-se a R\$ 16.500.000.000,00 e para o FDS o valor de R\$ 500.000.000,00. Quanto ao FGHab, a União está autorizada ao repasse limite de R\$ 2.000.000,00. Este valor tem por finalidade:

- I - garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais);
- II - assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários com renda familiar mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) (BRASIL, Lei nº. 11.977/2009 p.7).

#### **SUBVENÇÃO ECONÔMICA**

Neste caso, trata-se da disponibilização de recursos para a construção e reforma de imóveis. Conforme a Lei nº. 11.977/2009 a União esta autorizada a “conceder subvenção econômica ao BNDES” para financiamento em infraestrutura em projetos de habitação popular. O volume de recursos não pode ultrapassar o valor integral de R\$ 5.000.000.000,00.

#### **PMI – PROGRAMAS MULTISSETORIAIS INTEGRADOS URBANOS**

O Objetivo deste programa é disponibilizar infraestrutura urbana, moradia adequada e demais serviços públicos básicos. Para participar os interessados devem encaminhar as solicitações ao BNDES através de cadastro disponível no site oficial [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). A seleção é realizada pelo Ministério das Cidades.

**Fonte de Recursos:** FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador;

**Legislação Básica:** Instrução Normativa nº 45, de 13/09/2007;



## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A problemática habitacional no País é um dos traços mais marcantes que retrata sua posição de nação subdesenvolvida – ou como muitos utilizam – em desenvolvimento. O intenso processo de migração rural para o urbano, a falta de políticas públicas que monitorassem essa nova estrutura territorial e social resultou numa explosão de desigualdade e informalidade onde a cidade é o principal palco dessas ações.

As discrepâncias nos âmbitos sociais, econômicos, ambientais e quaisquer que sejam são cada vez mais acentuadas, dependendo da escala de análise, assim, os estudos comparativos são de extrema importância quando se busca características semelhantes entre determinadas regiões para solucionar problemas em comum.

Não diferente dos demais municípios do estado do Paraná e do Brasil, o município de Jardim Alegre possui índices preocupantes no âmbito da habitação: um déficit habitacional por reposição de estoque de 32 moradias (IBGE, 2010) e um déficit por incremento de estoque de 1135 moradias (IBGE, 2000;2010) o que totaliza 1167 moradias. Com inúmeras variáveis que contribuem para este índice, a questão maior é que a falta de acesso à moradia e ao direito a cidade que a população desse Município possui deve ser sanada através de políticas urbanas que visem ações direcionadas à população de menor renda incluindo acesso a educação de qualidade.

Os percalços para atingir a distribuição de renda e, conseqüentemente, de moradia a todos os que precisam são inúmeros e a articulação regional é um dos maiores aliados a estes municípios que se encontram no eixo de integração e desenvolvimento do Estado.

Estes municípios, contíguos ou não, devem buscar soluções conjuntas – por meio de consórcios intermunicipais, por exemplo – para problemas comuns e seguir um passo à frente na gestão das cidades com políticas intermunicipais democráticas e participativas que visem articular seus problemas buscando uma maior igualdade social.

Na habitação, o aproveitamento da infraestrutura – que tanto custa para a Prefeitura Municipal – deve ser utilizada no seu máximo e os vazios urbanos devem ser combatidos através dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e nas proposições do Plano Diretor e a partir de agora, no Plano de Habitação.

Os interesses dos agentes imobiliários e do Poder Público, os grandes (re) produtores do espaço urbano devem ser mais afinados com aquela população de menor renda, que possui ínfimas oportunidades de acesso a terra urbana, ou seja, aquela terra essencial para o convívio social que todos almejam.



# MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

## Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

Este cenário futuro deve ser projetado numa visão sistêmica onde a habitação esteja intrinsecamente ligada às questões de acesso a renda, educação de qualidade, saúde e salubridade ambiental.



## **8. GEOPROCESSAMENTO**

As Geotecnologias têm se firmado cada vez mais como ferramentas essenciais para o planejamento urbano, regional e ambiental. Neste âmbito, as técnicas de Geoprocessamento, que podem ser definidas como o conjunto de tecnologias de coleta, tratamento, desenvolvimento e uso de informações georreferenciadas tem se tornado essencial para as administrações públicas em todos os seus níveis.

Considerando que para o ordenamento e a gestão do território seja este em qualquer escala, a análise espacial é primordial, Simão (1999) aponta que 80% das decisões tomadas por organizações da administração pública e local envolvem ou devem envolver o componente espacial, direta ou indiretamente.

Neste sentido, a utilização de imagens de satélite (gratuitas ou pagas) disponíveis em diversas resoluções, e ainda os dados alfanuméricos (textos ou números) disponíveis muitas vezes gratuitamente em diversas fontes são pontos positivos para os planejadores municipais para o melhor ordenamento e monitoramento do seu município, tendo em vista que as tecnologias geográficas são capazes de atualizar as diversas situações espacializadas quase que em tempo real.

Contudo, muitos municípios brasileiros têm enfrentado dificuldades em nível técnico e de aquisição ou uso adequado das tecnologias geográficas. O uso das Geotecnologias, como o Geoprocessamento é geralmente restrito a municípios médios a grandes e ainda nestes muitas vezes as técnicas são utilizadas na elaboração de mapas temáticas ao invés de complexas análises e diagnósticos que aquela proporciona.

Jardim Alegre possui algumas experiências utilizando o Geoprocessamento. Além disso, o Plano Local de Habitação de Interesse Social está sendo desenvolvido na sua totalidade no Sistema de Informações Geográficas.

O Sistema de Informações Geográficas, conhecido também como SIG ou GIS (do inglês *Geographic Information Systems*) é outra técnica dentro das Geotecnologias que pode atribuir a pontos ou regiões de um mapa, uma tabela de informações (atributos), sejam estas em forma de número ou letras compondo um banco de dados.

No PLHIS, a utilização do SIG possibilitou além de gerar os mapas, cruzar as informações pertinentes para identificar onde a população vulnerável se localizava. Além disso, o SIG proporciona além de cruzar informações sociais e econômicas ainda transpor dados ambientais, por exemplo.

Os resultados obtidos neste Plano mostram que a utilização das Geotecnologias (SIG, Geoprocessamento) é essencial para a administração municipal, pois se pode utilizar o cruzamento de dados em análises espaciais por métodos



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

estatísticos e matemáticos, criação de banco de dados proporcionando ao Poder Público direcionar os investimentos e identificar onde a população mais carente se encontra.

As técnicas são amplamente utilizadas também na área da saúde em municípios como o Rio de Janeiro, por exemplo. Contudo, é essencial que existam recursos humanos capacitados para a administração das informações, pois o estágio atual da tecnologia não proporciona a atualização automática das informações no computador em concomitância com a realidade.

Dessa forma, recomenda-se que o município de Jardim Alegre analise a viabilidade da incrementação do software de SIG já existente no município e que capacite os servidores técnicos municipais para que o planejamento municipal se torne mais efetivo e capaz de atingir a população na sua totalidade.



## **9. REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, S.; ARAÚJO, M. B. Questões metodológicas sobre o “déficit habitacional”: o perigo de abordagens corporativas. Revista Caderno das Metrôpoles. N. 17. p. 241-255. 2007.

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2000.

Atlas de Necessidades Habitacionais. IPARDES, 2000.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação de interesse social no Brasil. Revista Análise Social. Volume XIX. p. 711- 732. 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Decreto de Lei 3.365 de 21 de junho de 1941. A desapropriação por utilidade pública.

BRASIL. Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

BRASIL. Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

BRASIL. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.257, 10 julho de 2001. Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. Lei 11.124 de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

BRASIL. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

BRASIL, Lei 11.977/2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em:  
<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Leis/L11977compilada.pdf>. Acesso em 20.jun.2019.

CARDOSO, A. L. Assentamentos Precários no Brasil: Discutindo Conceitos. Cadernos do CEAS. nº. 230. Salvador. 2008.

CARDOSO, A. L. Meio ambiente e moradia: discutindo o déficit habitacional a partir do caso da região metropolitana do Rio de Janeiro. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.



## MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE

### Plano de Habitação de Interesse Social

### Diagnóstico do Setor Habitacional

---

ESTADO DO PARANÁ. Lei Complementar 85 de 28 de dezembro de 1999. Estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

ESTADO DO PARANÁ. Emenda Constitucional 07 de 27 de abril de 2000. Constituição do Estado do Paraná.

ESTADO DO PARANÁ. Lei 15.301 de 04 de outubro de 2006. Destina as "mulheres chefes de família" que atendam os requisitos que especifica 20% das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular.

ESTADO DO PARANÁ. Lei Complementar 119 de 31 de maio de 2007. Institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS) e cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social (FEHRIS).

ESTATUTO DA CIDADE: Guia para a implantação pelos municípios e cidades. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicação, 2001.

FERRARI, C. Dicionário de Urbanismo. São Paulo: Disal, 2004.

FERREIRA, F. P. M. Demanda Habitacional: Uma Metodologia de acompanhamento e previsão para as Regiões Administrativas do Distrito Federal. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. 2004. Caxambu.

FORESTI, C. Avaliação e monitoramento ambiental da expansão urbana do setor oeste da área metropolitana de São Paulo: análise através de dados e técnicas de sensoriamento remoto. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, Departamento de Geografia, 1987.

GENEVOIS, M. L. B. P.; COSTA, O. V. Carência habitacional e déficit de moradias: questões metodológicas. Revista São Paulo em Perspectiva. 15(1). 12p. 2001.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. Revista Cadernos PAGU. Unicamp. Campinas. 44p. 1993.

GROSTEIN, M. D. Metrôpoles e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". Revista São Paulo em Perspectiva. 15(1). 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2000.

IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Observatório das Metrôpoles. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal. Necessidades Habitacionais. Setembro de 2003.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004.

JUNIOR, J. M. N. O zoneamento como instrumento de segregação em São Paulo. Cadernos Metrôpole. nº. 13, 2005.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 1 ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MORETTI, R.; FERNANDES, A. A sustentabilidade urbana e a habitação de interesse social. Salvador: ENTAC, 2000.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. v. 1. 204 p.



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

---

MASCARÓ, J. Infra - estrutura urbana. Porto Alegre: +4, 2005.

MASCARÓ, J. Loteamentos urbanos. Porto Alegre: +4, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/index.php>. Acesso em 20.jun.2019.

MOURA, R. Paraná: meio século de urbanização. Revista RAE' GA. Número 8, p.33- 44. Curitiba. 2004.

ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Lista vermelha de animais ameaçados de extinção no Paraná. Curitiba, 1995.

POLIDORO, M.; VIZINTIM, M. F. B. Novas políticas, velhos problemas: o que os mapas nos revelam sobre os investimentos no Paraná de hoje. Anais do I Simpósio de Recursos Tecnológicos Aplicados a Cartografia. Maringá, 2009.

PNUD, IDH do Brasil cresce; país é 70º. no ranking, 18 de Dezembro de 2008.

RANKING DO IDH DOS ESTADOS DO BRASIL EM 2005. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (15 de setembro de 2008). Página visitada em 17 de setembro de 2008.

RIBEIRO, C. A. A. S.; SOARES, V. P.; OLIVEIRA, A. M. S. and GLERIANI, J. M.O desafio da delimitação de áreas de preservação permanente. Rev. Árvore [online]. 2005, vol.29, n.2, pp. 203-212.

RODRIGUES, A. L. Maringá: A segregação planejada. Observatório das Metrôpoles. Acesso em: 31 de agosto de 2019. Disponível: <[http://www.cch.uem.br/observatorio/arquivo/artigos/ana\\_lucia\\_artigo1.pdf](http://www.cch.uem.br/observatorio/arquivo/artigos/ana_lucia_artigo1.pdf)>

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência.São Paulo Perspec.[online]. 1999, vol.13, n.4, pp. 100-111. ISSN 0102-8839.

ROLNIK, R. Planejamento e gestão: um diálogo de surdos? In: MOREIRA, M. Estatuto da Cidade – Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM). São Paulo. 482p. 2001.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez. v.23, n.72, p. 53-61, nov. 2002.

ROLNIK, Raquel. Acesso ao solo urbano: limites e possibilidades (Aula I, Módulo I, Educação à Distância). In: PINHEIRO, Otilie Macedo [et al.]. CARVALHO, Celso Santos. GOUVÊA, Denise. BALBIM, Renato (coords.). Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

ROLNIK, R. Zona Especial de Interesse Social. Verônica Paulics (organizadora) in Faculdade Assis Gurgacz. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/professores/deniseschuler/1%BA%20SEM%202008/PUR%20II/Trabalho%202%BA%20bimestre/Textos%20de%20apoio/ZONA%20ESPECIAL%20DE%20INTERESSE%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 09/09/2019.

ROSA, R. A utilização de imagens TM/LANDSAT em levantamento de uso do solo. Anais do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. INPE. 1990.

RUCKERT, A. A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: Antonio Carlos Filgueira Galvão. (Org.). Para pensar uma Política Nacional



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

---

de Ordenamento Territorial. 1 ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, v. 1, p. 31-39. 2005.

SANTOS, C. H. M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998. IPEA – Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada. Textos para discussão. 32p. Brasília. 1999.

SOUZA, M. L. A B C do Desenvolvimento Urbano. Bertrand Brasil. 192p. 2003.

SOUZA, M. L. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. 5ª edição. Bertrand Brasil. 560p. 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. 3. ed. São Paulo: Cortez. Recife: EQUIP. Salvador: UFBA, 2002.

TESOURO NACIONAL. Consulta a transferências. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/municipios.asp?UF=PR&ANO=%&MES=%&UNDOS=FPM&ORMATO=TELA](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp?UF=PR&ANO=%&MES=%&UNDOS=FPM&ORMATO=TELA)>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

TURNER, M.G. Landscape Ecology: Effect of Pattern on Process. In: Annual Review of Ecological Systems, vol. 10, nº. 3, pp. 171-197, 1989.

[www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php)

[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)

[www.ipm.org.br/an.php](http://www.ipm.org.br/an.php)

[www.inep.gov.br/](http://www.inep.gov.br/)

[www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm](http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm)

[www.genco.com.br](http://www.genco.com.br)

[www.mds.gov.br/bolsafamilia/bolsafamilia01.asp](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/bolsafamilia01.asp)

[www.pr.gov.br/cohapar/](http://www.pr.gov.br/cohapar/)

[www4.pr.gov.br/escolas/dadosEscola.jsp](http://www4.pr.gov.br/escolas/dadosEscola.jsp)

[www.saude.pr.gov.br/Estatisticas/indicador/index.html](http://www.saude.pr.gov.br/Estatisticas/indicador/index.html)

[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)

[www.portal.saude.gov.br/portal](http://www.portal.saude.gov.br/portal)



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

---

**ANEXO XX - DECRETO DAS EQUIPES DE COORDENAÇÃO (EC) E TÉCNICA DE APOIO (ETA)**

Nemi Aparecida Caroba Canterteze  
Ana Paula Lopes Fernandes de Almeida  
Thiago Santos Hort  
Paula Crystiana Franco de Souza  
Camila Francisco de Bastos  
Maria Cristina esteves Gonçalves  
Rosely Pollatto Dutra



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

---

**ANEXO XX - CÓPIA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO QUE NOMEIA OS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DO PLHIS**

ANDRIELI Guerra Pereira

Anderson Botelho Marion



**MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**  
**Plano de Habitação de Interesse Social**  
**Diagnóstico do Setor Habitacional**

---

**CONSULTORIA CONTRATADA**



**MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTOS S/S. LTDA.**

CNPJ: 05.882.271/0001-31 • CAU 29379-2

Rua Santos, 267 Sala 302, Centro

Tel.: 43 3017 4219 - CEP 86020-040 - Londrina-PR

e-mail: [mbconsultoria@sercomtel.com.br](mailto:mbconsultoria@sercomtel.com.br)

**RESPONSÁVEL TÉCNICA:**

**Msc. Márcia Bounassar**

Arquiteta e Urbanista

Especialista em Gestão Técnica do Meio Urbano

CAU A11950-4